

Serigati, Felipe; Rodrigues, Raquel Magossi; Possamai, Roberta; Vieira Filho, José Eustáquio Ribeiro

Working Paper

O mercado de trabalho na fronteira do agronegócio: Quanto a dinâmica no Matopiba difere das regiões mais tradicionais?

Texto para Discussão, No. 2277

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Serigati, Felipe; Rodrigues, Raquel Magossi; Possamai, Roberta; Vieira Filho, José Eustáquio Ribeiro (2017) : O mercado de trabalho na fronteira do agronegócio: Quanto a dinâmica no Matopiba difere das regiões mais tradicionais?, Texto para Discussão, No. 2277, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/177493>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

TEXTO PARA **DISCUSSÃO**

2277

**O MERCADO DE TRABALHO NA
FRONTEIRA DO AGRONEGÓCIO:
QUANTO A DINÂMICA NO
MATOPIBA DIFERE DAS REGIÕES
MAIS TRADICIONAIS?**

**Felippe Serigati
Raquel Magossi Rodrigues
Roberta Possamai
José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho**



O MERCADO DE TRABALHO NA FRONTEIRA DO AGRONEGÓCIO: QUANTO A DINÂMICA NO MATOPIBA DIFERE DAS REGIÕES MAIS TRADICIONAIS?

Felippe Serigati¹

Raquel Magossi Rodrigues²

Roberta Possamai³

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho⁴

1. Pesquisador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (GV Agro/FGV); e professor do MBA de gestão estratégica do agronegócio da Escola de Economia de São Paulo (Eesp) da FGV. *E-mail*: <felippe.serigati@fgv.br>.

2. Pesquisadora do GV Agro/FGV; e mestranda do curso de mestrado profissional em agronegócio (MPAgro) da Eesp/FGV. *E-mail*: <raquel.rodrigues@fgv.br>.

3. Pesquisadora do GV Agro/FGV; e mestranda do MPAgro da Eesp/FGV. *E-mail*: <roberta.possamai@gymail.br>.

4. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea; secretário executivo da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober); e professor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade de Brasília (Propaga/UnB). *E-mail*: <jose.vieira@ipea.gov.br>.

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Desenvolvimento e Gestão**
Ministro interino Dyogo Henrique de Oliveira

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Ernesto Lozardo

**Diretor de Desenvolvimento Institucional,
Substituto**
Carlos Roberto Paiva da Silva

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**
Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**
Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais
de Inovação e Infraestrutura**
João Alberto De Negri

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**
Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação
Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>
URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2017

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: Q1; Q12.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS BASES DE DADOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	11
3 REVISÃO DA LITERATURA: O MERCADO DE TRABALHO NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E NO AGRONEGÓCIO.....	24
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	64
ANEXO – DADOS GERADOS.....	67

SINOPSE

Este estudo tem como objetivo principal analisar a dinâmica do mercado de trabalho na região do Matopiba e compará-la com a evolução do mercado de trabalho no agronegócio brasileiro como um todo. O trabalho faz parte de um projeto de pesquisa que visa realizar um diagnóstico da socioeconomia e das condições institucionais das macrorregiões Nordeste e Norte do Brasil, de maneira a subsidiar a implementação de políticas públicas e a aplicação de instrumentos de desenvolvimento regional. Por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua realizada entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro trimestre de 2016, ficou claro que, por um lado, embora o agronegócio tenha gerado uma quantidade cada vez menor de postos de trabalho dentro do próprio setor, por outro, conseguiu dinamizar o mercado de trabalho do Matopiba, aumentando o rendimento médio da população ocupada da região e aquecendo o setor de serviços local. Por trás dessa dinâmica aparentemente contraditória há o sucesso do agronegócio brasileiro, que, por meio de tecnologias mais intensivas em capital e poupadoras de mão de obra, conseguiu aumentar a sua produtividade e gerar volumes crescentes de renda, liberando força de trabalho para outros setores. No Matopiba, a renda gerada pelo agronegócio aqueceu o setor de serviços que, por sua vez, dinamizou o mercado de trabalho local, possibilitando a incorporação de um volume de mão obra maior do que aquele que foi liberado pelas atividades do universo agro. Embora essa dinâmica fique clara ao se decompor os dados sobre o mercado de trabalho no Matopiba, no restante do país é possível observar apenas que o agronegócio contraiu a população ocupada em suas atividades, permanecendo dúvidas se, de fato, promoveu o aquecimento do mercado de trabalho no setor de serviços.

Palavras-chave: mercado de trabalho; Matopiba; agronegócio; desenvolvimento regional; fronteira agrícola.

ABSTRACT

The present study has the main objective to analyze the labor market dynamics in the Matopiba region and to compare it with the evolution of the Brazilian agribusiness labor market as a whole. The paper is part of a broader research project that aims to

make a diagnosis of the socioeconomics and the institutional conditions of the Brazilian Northeast and North macro-regions, in order to subsidize the implementation of public policies. Using the data from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua between the first quarter of 2012 and the first quarter of 2016, it was clear that, on the one hand, although agribusiness generated an increasingly smaller number of jobs within the sector itself, on the other, managed to boost the labor market of Matopiba, increasing the average income of the employed population of the region and improving the local services sector. Behind this seemingly contradictory dynamic there is the success of Brazilian agribusiness, which, through more capital-intensive and labor-saving technologies, has been able to increase its productivity and generate increasing income, freeing up workforces to other sectors. In Matopiba, the income generated by agribusiness has warmed the service sector, which in turn has boosted the local labor market, allowing the incorporation of a larger volume of employees. Although this dynamic was clear in Matopiba, in the rest of the country it is possible to observe only that agribusiness reduced the employed population in its activities.

Keywords: labor market; Matopiba; agribusiness; regional development; agricultural frontier.

1 INTRODUÇÃO

Desde a primeira metade da primeira década dos anos 2000, o agronegócio brasileiro, com especial destaque para as atividades agropecuárias, vivenciou verdadeiros anos dourados: uma combinação envolvendo expansão da área plantada, da produtividade e, conseqüentemente, da produção que há tempos não era vista (Gasques *et al.*, 2016). Em termos macroeconômicos, as atividades agropecuárias – um subconjunto de um grupo maior denominado agronegócio – foram o setor econômico que mais cresceu na economia brasileira. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2000 e 2015, enquanto, em média, os serviços expandiram 3,0% ao ano (a.a.) e a indústria, 2,1% a.a., as atividades agropecuárias avançaram 3,7% a.a. (tabela 1).

TABELA 1
Brasil: taxa de crescimento anual do produto interno bruto (PIB) por setores econômicos (2000-2015)
(Em %)

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB
2000	2,7	4,4	3,8	4,4
2001	5,2	-0,6	2,1	1,4
2002	8,0	3,8	3,1	3,1
2003	8,3	0,1	1,0	1,1
2004	2,0	8,2	5,0	5,8
2005	1,1	2,0	3,7	3,2
2006	4,6	2,0	4,3	4,0
2007	3,2	6,2	5,8	6,1
2008	5,8	4,1	4,8	5,1
2009	-3,7	-4,7	2,1	-0,1
2010	6,7	10,2	5,8	7,5
2011	5,6	4,1	3,4	3,9
2012	-3,1	-0,7	2,9	1,9
2013	8,4	2,2	2,8	3,0
2014	2,1	-0,9	0,4	0,1
2015	1,8	-6,2	-2,7	-3,8
Média	3,7	2,1	3,0	2,9

Fonte: IBGE.

Apesar da importância do agronegócio para a economia brasileira¹ e da forte expansão desse setor, por muito tempo não foi possível acompanhar adequadamente a evolução do seu mercado de trabalho, pois a principal pesquisa sobre emprego e desemprego no Brasil era a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE. Embora essa pesquisa levantasse uma variedade ampla de informações sobre o mercado de trabalho nacional, a coleta dos seus dados era feita somente em seis regiões metropolitanas (RMs), a saber, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Uma vez que as atividades agropecuárias têm uma participação pequena na economia dessas seis regiões, era impossível obter um retrato mais preciso da evolução do mercado de trabalho associado ao agronegócio a partir desses números.

Dada a impossibilidade de acompanhar a dinâmica do mercado de trabalho associado ao agronegócio por meio dos dados da PME, a literatura sobre o assunto evoluiu fazendo uso de outras pesquisas principais:

- o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), ambas do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS); e
- a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do IBGE.

Apesar dos esforços da literatura,² essas bases de dados contam com importantes limitações para analisar a dinâmica e a evolução do mercado de trabalho no agronegócio. Por um lado, embora os dados fornecidos pelo Caged e pela Rais abrangam todos os municípios brasileiros, seus números tratam apenas da população formalmente ocupada. Como uma fração significativa da população ocupada (PO) é caracterizada por uma relação de trabalho informal, notadamente nas atividades agropecuárias – 60%, segundo Dieese (2014) –, uma pesquisa que trate apenas da parte formal do mercado de trabalho impõe importantes restrições à análise. Por outro lado, a Pnad apresenta informações tanto sobre os trabalhadores formais quanto sobre as demais modalidades de ocupação, como trabalhadores informais, empregadores, conta própria e autônomos. Seus dados, todavia, não são fornecidos com uma frequência

1. O PIB do agronegócio representa 21% do PIB brasileiro, conforme dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP) (tabela 2). Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>.

2. Maia e Sakamoto (2014) fazem uma revisão da literatura disponível e dos principais pontos desse debate.

maior (mensal ou trimestralmente) e não incluem uma gama de variáveis sobre o mercado de trabalho tão ampla quanto a PME.

Felizmente, essa situação mudou a partir da divulgação de uma nova pesquisa, também do IBGE, sobre o mercado de trabalho brasileiro: a Pnad Contínua. Assim como a PME, essa pesquisa também fornece uma ampla variedade de informações sobre o mercado de trabalho, porém, não mais restritas às seis RMs já citadas; a Pnad Contínua conta com informações de aproximadamente 3.500 municípios, ou seja, seus números são representativos para todas as Unidades da Federação (UFs) (interior e RMs). Com isso, finalmente, passou a ser possível acompanhar a evolução e a dinâmica do mercado de trabalho no setor agropecuário.

Diante da disponibilidade dos números sobre o mercado de trabalho no agronegócio, este estudo teve, portanto, como principal objetivo analisar a dinâmica e a evolução do mercado de trabalho na região do Matopiba³ e compará-las com a evolução do mercado de trabalho no agronegócio brasileiro como um todo, a partir dos dados da Pnad Contínua.

A partir desses resultados foi possível responder em que medida o agronegócio conseguiu aquecer o mercado de trabalho no Brasil e em particular na região do Matopiba, e também para quais segmentos o mercado de trabalho foi mais favorável em termos de rendimento médio. Além disso, o estudo pretende analisar se, onde o agronegócio é atividade predominante, o setor de serviços foi aquecido a ponto de conseguir absorver a mão de obra liberada pelo setor agropecuário, e se houve diferença nessa dinâmica na região do Matopiba.

Antes de apresentar os principais resultados encontrados pela pesquisa, os dois pontos mencionados a seguir merecem alguns comentários adicionais.

3. De acordo com o Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Gite/Embrapa), o Matopiba compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão (MA), Tocantins (TO), Piauí (PI) e Bahia (BA). Infelizmente, os microdados da Pnad Contínua estão desagregados para municípios, com exceção das capitais das UFs. Logo, neste estudo, foram utilizados como *proxy* para captar a dinâmica do mercado de trabalho os movimentos observados nos municípios do interior dessas quatro UFs.

- 1) Desagregação geográfica dos dados disponíveis: embora a Pnad Contínua traga uma ampla base de dados sobre o mercado de trabalho brasileiro em todas as suas UFs, infelizmente não é possível desagregar os dados por municípios, com exceção das capitais. Logo, em termos geográficos, a análise mais desagregada que foi possível fazer se deu entre os números referentes às RMs⁴ das capitais e o interior.⁵
- 2) Periodicidade e memória dos dados disponíveis: embora os dados da Pnad Contínua sejam amplos, as séries históricas, infelizmente, são trimestrais e recentes, com os primeiros dados disponíveis se referindo ao primeiro trimestre de 2012. Como os dados são trimestrais, e as últimas observações disponíveis se referem ao primeiro trimestre de 2016, para cada variável, em termos temporais, há apenas dezessete observações disponíveis.

De qualquer forma, embora o período de dados disponível seja limitado, foi possível captar, mesmo que parcialmente, um ponto de inflexão da economia brasileira: o final do ano de 2014, que marcou definitivamente a transição do final de um período de forte expansão da economia nacional, que teve início em 2004, e a atual recessão que ficou mais clara, pelo menos, a partir do início de 2015. Embora os sinais dessa inflexão no ritmo de expansão da economia brasileira já apareçam antes do final de 2014 em diversas variáveis (por exemplo, na produção industrial e nos investimentos), no mercado de trabalho essa virada ocorre justamente na passagem de 2014 para 2015. Dessa forma, a análise estará dividida em dois subperíodos: *i)* pré-crise: de 2012 a 2014; e *ii)* crise: a partir de 2015.

Feitas essas observações, serão apresentados os seguintes questionamentos a serem respondidos por esta pesquisa.

- 1) Onde houve maior contração da população desocupada (PD), no Brasil ou no Matopiba, nas RMs ou no interior?
- 2) A recente expansão da PD no Brasil e no Matopiba reflete uma contração na PO ou uma volta da população em idade ativa (PIA) ao mercado de trabalho?
- 3) Onde o mercado de trabalho conseguiu atrair mais a PIA, no Matopiba ou no total da economia brasileira?

4. A definição de RM é feita pela assembleia legislativa de cada estado. Como as capitais dos estados de Rondônia, Acre, Roraima, Tocantins, Mato Grosso do Sul, bem como do Distrito Federal, não pertencem a qualquer RM, nesses cinco casos foram considerados apenas os números das respectivas capitais.

5. Neste estudo foi considerado interior qualquer município que não pertencesse à RM da capital da sua respectiva UF.

- 4) Qual é a participação das RMs no mercado de trabalho do agronegócio e das atividades agropecuárias?
- 5) Para onde foi a mão de obra liberada pelas atividades agropecuárias? Os movimentos observados no Matopiba foram semelhantes àqueles observados na economia brasileira?
- 6) De que forma o agronegócio impactou o mercado de trabalho no Matopiba?
- 7) O rendimento médio cresceu mais no agronegócio ou no restante da economia? A dinâmica observada no Brasil vale também para o Matopiba?

Este estudo, portanto, tem como objetivo principal analisar a dinâmica e a evolução do mercado de trabalho na região do Matopiba e compará-las com a evolução do mercado de trabalho no agronegócio brasileiro como um todo, a partir dos dados da Pnad Contínua.⁶ Para tanto, o estudo está dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta os principais conceitos utilizados para analisar o mercado de trabalho e descreve as principais características das bases de dados já utilizadas para estudar o mercado de trabalho, seja nas atividades agropecuárias, seja no agronegócio. A segunda seção traz uma revisão da literatura, sintetizando os principais resultados encontrados a partir das bases de dados disponíveis até então. A terceira seção apresenta os números gerados para o setor na Pnad Contínua, bem como discute as principais dinâmicas encontradas no mercado de trabalho, tanto no Brasil quanto no Matopiba. Por fim, a quarta e última seção traz uma síntese dos principais resultados encontrados pelo estudo.

2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS BASES DE DADOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

No levantamento da revisão bibliográfica, procurou-se levantar os estudos sobre o mercado de trabalho no setor agropecuário brasileiro, sua dinâmica e evolução, além de uma breve explanação sobre as principais bases de dados e variáveis disponíveis utilizadas para analisar o mercado de trabalho na agropecuária, bem como suas

6. Todas as tabelas com os números extraídos dos microdados da Pnad Contínua são apresentadas no anexo deste estudo. A geração dos números apresentados foi feita a partir do *software* R (R Core Team, 2016). Os *scripts* utilizados para extrair e tratar os microdados estão à disposição do leitor e podem ser solicitados diretamente aos autores.

principais diferenças. Ademais, as atividades agropecuárias e o agronegócio serão tratados separadamente.

As atividades agropecuárias envolvem a agricultura ou produção vegetal e a pecuária. Já o agronegócio compreende toda a cadeia produtiva relacionada à agropecuária, envolvendo o setor de insumos, agroindústria/processamento e distribuição/serviços.

O conceito de *agribusiness* (agronegócio, em tradução literal) nasceu em 1957, com os pesquisadores John Davis e Ray Goldberg, de Harvard, nos Estados Unidos (Davis e Goldberg, 1957). De acordo com essa definição, o agronegócio é a soma das operações envolvidas no processamento e na distribuição dos produtos da agropecuária, e deve ser tratado de uma forma sistêmica. Envolve o setor de insumos, as atividades agropecuárias propriamente ditas, o armazenamento, o processamento, o transporte, a distribuição e a comercialização dos produtos agrícolas. Esses pesquisadores usaram a matriz insumo-produto, apresentada em Leontief (1951), para analisar e dimensionar o setor agrícola na economia.

Para uma noção dessa diferença, o PIB do agronegócio, formado pelo PIB dos setores de insumos, agropecuária, indústria e serviços, segundo dados do Cepea/Esalq/USP,⁷ foi de R\$ 1.267,2 bilhão em 2015, enquanto o PIB da agropecuária foi de R\$ 377,7 bilhões (tabela 2). O PIB do agronegócio foi responsável por 21% do PIB nacional, enquanto o PIB da agropecuária, que é 30% do PIB do agronegócio, representou apenas 6% do PIB brasileiro.

Quanto ao mercado de trabalho, enquanto a agropecuária empregava 12,7% da mão de obra brasileira (Velo, Matos e Coelho, 2015), o agronegócio respondia por 42% do pessoal ocupado em 2013 (Moraes *et al.*, 2015). Nota-se que a participação da agropecuária na força de trabalho em 2013 (12,7%) é maior que sua participação no PIB nacional (6%) – um indicativo da baixa produtividade do trabalho nesse setor, segundo Moraes *et al.* (2015).

7. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>.

TABELA 2
Valor do PIB do Brasil e do agronegócio
(Em R\$ bilhões)

	2013	Participação (%)	2014	Participação (%)	2015	Participação (%)
PIB Brasil	6.134,2		6.140,6		5.904,3	
PIB agronegócio	1.241,7	100	1.262,4	100	1.267,2	100
Insumos	144,5	12	148,0	12	151,1	12
Agropecuária	359,4	29	374,6	30	377,7	30
Indústria	351,1	28	349,2	28	348,1	27
Serviços	386,8	31	390,6	31	390,3	31
PIB Brasil	6.134,2	100	6.140,6	100	5.904,3	100
PIB agronegócio	1.241,7	20	1.262,4	21	1.267,2	21
Agropecuária	359,4	6	374,6	6	377,7	6

Fonte: Cepea/Esalq/USP e IBGE.

Apesar da baixa produtividade, entretanto, o setor apresentou crescimento contínuo nos últimos anos. Veloso, Matos e Coelho (2015) analisaram a produtividade do trabalho (por meio do cálculo da razão entre o valor adicionado e o fator trabalho) para os setores de agropecuária, indústria e serviços, utilizando os dados da Pnad e das Contas Nacionais, e constataram que a produtividade do trabalho na agropecuária cresceu em média 6% a.a. no período de 1995 a 2013, enquanto a indústria caiu 0,4% e os serviços aumentaram 0,6% no mesmo período.

Apesar da importância do setor para a economia brasileira, encontra-se pouco material sobre a dinâmica e o desempenho do mercado de trabalho quando se refere ao conceito expandido do agronegócio. Há uma literatura muito mais numerosa sobre o mercado de trabalho nas atividades agropecuárias.

2.1 Sobre as bases de dados disponíveis

As principais informações utilizadas para analisar o mercado de trabalho são fornecidas pelo IBGE e pelo MTPS. Entre as pesquisas do IBGE, estão o Censo Agropecuário, a PME, a Pnad e a Pnad Contínua. O MTPS fornece dados do mercado de trabalho por meio do Caged e da Rais. Cada uma delas tem suas vantagens e limitações, e serão brevemente descritas a seguir.

2.1.1 Censo Agropecuário do IBGE

O censo pesquisa os estabelecimentos agropecuários e as suas atividades, coletando informações sobre as características do produtor e da propriedade e sobre o emprego no meio rural. O primeiro censo da agropecuária brasileira foi em 1920. De acordo com a periodicidade decenal, em 1930 deveria ocorrer o segundo censo no país, mas, com a Revolução de 1930 e a queda do governo, o censo daquele ano foi cancelado. Em 1940, o censo voltou a ser realizado e teve periodicidade decenal até 1970. Em 1975 houve a modificação que reduziu a sua periodicidade de dez anos para cinco anos. E assim continuou até 1995-1996. Em 1990, o censo também não foi realizado devido a cortes orçamentários do governo.⁸

O Censo Agropecuário de 2006, assim como o anterior, foi realizado junto com a contagem da população por falta de recursos para as duas operações censitárias, que ocorriam em períodos distintos. Com isso, o Censo Agropecuário teve o seu período de referência alterado de ano civil para ano safra a partir do censo de 1995-1996, comprometendo a comparabilidade com os censos agropecuários anteriores.⁹

As principais variáveis disponibilizadas pelo Censo Agropecuário são: total de estabelecimentos agropecuários; área total dos estabelecimentos; área total de lavouras e de pastagens; área de matas; total de tratores, implementos, máquinas e veículos; características do estabelecimento e do produtor; pessoal ocupado; totais de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos, suínos e aves; e produção vegetal.

As variáveis referentes ao pessoal ocupado envolvem as situações a seguir.

- 1) Condição do empregado:
 - a) empregado permanente: pessoa contratada para trabalhar com, no mínimo, seis meses de contrato ou, se por menor período, ter sido contratada com esta característica, sendo que o administrador do estabelecimento não foi considerado como empregado permanente porque, se comparado a uma pessoa jurídica, ele seria o responsável pelo estabelecimento;

8. Disponível em: <http://censos2007.ibge.gov.br/hist_agro.shtm>.

9. Florido, A. C. S. *Breve histórico dos censos agropecuários*. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br/doc/HistoricoCensosAgropecuarios.pdf>.

- b) empregado temporário: pessoa contratada para trabalhar em tarefas temporárias ou eventuais, como preparo da terra, plantio, colheita etc., sem a intermediação de terceiros;
 - c) empregado-parceiro: pessoa empregada no estabelecimento, que executou tarefa mediante recebimento de uma cota-parte da produção; e
 - d) outra condição: pessoas que não se enquadram nas categorias anteriores, como moradores e agregados.
- 2) Posição na ocupação:
- a) conta própria;
 - b) consumo próprio;
 - c) não remunerado;
 - d) empregado com carteira assinada;
 - e) empregado sem carteira assinada; e
 - f) empregador.

As pessoas ocupadas também são classificadas por sexo e faixa etária; se residiam no estabelecimento; se sabiam ler e escrever; se recebiam salários; e se tinham qualificação profissional. Essa base de dados abrange todo o território nacional e possui uma boa diversidade de variáveis, mas seu limitante é a periodicidade, além da falta de dados mais recentes.

2.1.2 PME do IBGE

A PME é feita a partir de amostras de domicílios realizadas pelo IBGE, com periodicidade mensal, e tem como objetivo levantar informações sobre o mercado de trabalho, dimensionando e caracterizando a população economicamente ativa (PEA). Inclui todas as atividades econômicas e segmentos ocupacionais. Teve início em 1980 e foi encerrada em fevereiro de 2016, sendo durante esse tempo a principal pesquisa sobre emprego e desemprego no Brasil. Disponibilizava informações mensais para avaliação das tendências e flutuações do mercado de trabalho nas suas áreas de abrangência – a saber, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife.¹⁰

10. Disponível em: <http://censos2007.ibge.gov.br/hist_agro.shtm>.

Uma vez que as atividades agropecuárias têm uma participação pequena na economia dessas seis RMs, como demonstrado nas tabelas 3 e 4, torna-se mais difícil obter um retrato preciso da evolução do mercado de trabalho do agronegócio a partir desses números.

TABELA 3
Participação dos principais setores econômicos no PIB brasileiro nas RMs de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife e no interior dos respectivos estados (1999-2013)
 (Em %)

Ano	6 RMs			Interior		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
1999	0,2	26,5	73,3	8	29	62
2000	0,2	27,9	71,9	8	32	60
2001	0,2	26,6	73,2	9	30	61
2002	0,3	26,2	73,5	10	31	59
2003	0,3	27,3	72,5	10	32	57
2004	0,3	29,7	70,0	9	35	56
2005	0,2	28,1	71,6	8	35	58
2006	0,2	26,7	73,1	8	35	57
2007	0,2	25,9	73,9	8	33	59
2008	0,2	25,3	74,5	8	34	57
2009	0,2	25,4	74,4	8	32	60
2010	0,2	25,9	74,0	8	33	59
2011	0,2	23,0	76,9	7	33	60
2012	0,2	21,8	78,0	6	32	62
2013	0,2	21,2	78,6	7	30	64

Fonte: IBGE.

Obs.: PIB a preços correntes; e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, com as respectivas participações: 1999 a 2010, referência 2002; e 2011 a 2013, referência 2010.

TABELA 4
Participação das RMs de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife e do interior dos seus respectivos estados no PIB de cada setor econômico (1999-2013)
 (Em %)

Ano	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	6 RMs	Interior	6 RMs	Interior	6 RMs	Interior
1999	3	97	54	46	60	40
2000	3	97	52	48	60	40
2001	3	97	52	48	60	40
2002	3	97	50	50	60	41
2003	3	97	49	51	59	41
2004	3	97	49	51	59	41
2005	3	97	49	51	59	41

(Continua)

(Continuação)

Ano	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	6 RMs	Interior	6 RMs	Interior	6 RMs	Interior
2006	3	97	47	53	59	41
2007	3	97	48	52	60	40
2008	3	97	45	55	59	41
2009	3	97	48	52	59	41
2010	3	97	46	54	58	42
2011	3	97	43	57	58	42
2012	3	97	42	58	57	43
2013	3	97	43	58	56	44

Fonte: IBGE.

Obs.: PIB a preços correntes; e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, com as respectivas participações: 1999 a 2010, referência 2002; e 2011 a 2013, referência: 2010.

As principais variáveis na PME são listadas a seguir:

- PIA;
- PEA;
- PO;
- PD;
- População não economicamente ativa (Pnea);
- Rendimento real e nominal habitual do trabalho principal; e
- Rendimento real e nominal efetivamente recebido do trabalho principal.

Esta pesquisa entrevista pessoas a partir de 10 anos de idade, que são classificadas como ocupadas se exerceram algum trabalho na semana anterior à entrevista. Para identificar o vínculo ao mercado de trabalho, a PME considera, entre os ocupados, os empregados no mercado formal (setores público e privado), trabalhadores sem carteira, os que trabalham por conta própria, empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração e empregados domésticos, com ou sem carteira assinada.

Após ser encerrada, a PME teve seus indicadores substituídos pelos indicadores da Pnad Contínua.

2.1.3 Pnad do IBGE

A Pnad teve início em 1967. Compreendia as regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Distrito Federal. Até 1970, a pesquisa era trimestral e, a partir de então, passou a ser anual. Até

2004, a área rural da região Norte não estava incluída na pesquisa. Portanto, a partir de 2004, a Pnad passa a abranger as cinco grandes regiões brasileiras, UFs e as RMs de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, incluindo cerca de 1.100 municípios.¹¹

Ela apresenta informações tanto sobre trabalhadores formais quanto informais, e também sobre as demais modalidades de ocupação, como empregadores, conta própria e autônomos.

As principais características relacionadas ao mercado de trabalho investigadas nessa pesquisa são:

- PIA;
- PEA;
- PO;
- PD; e
- Pnea.

Entre os ocupados:

- atividade e condição de ocupação;
- posição na ocupação e categoria do emprego;
- rendimento e horas trabalhadas; e
- contribuição para instituto de previdência.

Como essa pesquisa recolhe informações apenas uma vez no ano, seus indicadores permitem a análise de aspectos estruturais do mercado de trabalho.

2.1.4 Pnad Contínua do IBGE

Em 2012, o IBGE divulgou uma nova pesquisa sobre o mercado de trabalho brasileiro: a Pnad Contínua, que disponibiliza indicadores que permitem acompanhar as movimentações trimestrais do mercado de trabalho no Brasil, assim como sua evolução no médio e longo prazo.

11. Para mais informações, ver: <http://censos2007.ibge.gov.br/hist_agro.shtml>.

A pesquisa é realizada por amostra probabilística de domicílios, abrangendo Brasil, Grandes Regiões, UFs, vinte RMs que contêm municípios das capitais, municípios das capitais e Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) da Grande Teresina. São entrevistados aproximadamente 211 mil domicílios, distribuídos em cerca de 3.500 municípios. Ou seja, seus números são representativos para todas as UFs (interior e RMs).¹² Com isso, finalmente, passou a ser possível acompanhar a evolução e a dinâmica do mercado de trabalho no setor agropecuário.

Os dados são atualizados mensalmente por meio de médias móveis trimestrais. A cada mês são divulgadas informações sobre o último trimestre móvel, além das divulgações dos trimestres convencionais.

As principais variáveis da pesquisa são:

- PIA;
- PEA;
- PO;
- PD; e
- Pnea.

Entre os ocupados:

- atividade e condição de ocupação;
- posição na ocupação e categoria do emprego;
- taxa de participação na força de trabalho;
- rendimento do trabalho principal e todos;
- massa de rendimento no trabalho principal e outros;
- contribuição para instituto de previdência; e
- taxa de ocupação e desocupação.

As grandes diferenças e vantagens dessa pesquisa são a periodicidade e a abrangência.

12. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm>.

2.1.5 Caged do MTPS

O Caged é uma importante fonte de dados sobre o mercado de trabalho brasileiro. Foi criado pela Lei nº 4.923/1965, que institui a obrigatoriedade de registro de informações sobre admissões e desligamentos, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar esse processo, dando apoio a medidas contra o desemprego. Tem periodicidade mensal, abrangência nacional, mas considera apenas o mercado de trabalho formal. Envolve somente os trabalhadores com regime celetista, mostrando as admissões e os desligamentos nos estabelecimentos que tiveram movimentação no período.¹³

Suas principais variáveis são:

- índice de emprego;
- taxa de rotatividade;
- flutuação do emprego; e
- empregados admitidos e desligados por:
 - a) gênero;
 - b) grau de escolaridade;
 - c) faixa etária;
 - d) salários; e
 - e) tempo de emprego.

As variáveis são desagregadas em nível geográfico, setorial e ocupacional.

2.1.6 Rais do MTPS

A Rais tem abrangência nacional e periodicidade anual. Foi criada para fornecer informações do mercado de trabalho para governantes da área social. Foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de dezembro de 1975. Assim como o Caged, apresenta apenas dados do mercado de trabalho formal. O Caged é mais utilizado para análises conjunturais do mercado de trabalho formal, e a Rais, para análises estruturais.¹⁴

13. Informações disponíveis em: <<http://pdet.mte.gov.br/o-que-e-caged>>.

14. Para mais informações, ver: <<http://pdet.mte.gov.br/o-que-e-rais>>.

Segundo informações do MTPS, a Rais foi criada para fornecer dados relacionados ao controle da entrada de mão de obra estrangeira no país e da arrecadação e concessão de benefícios através dos registros do Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho (FGTS).

Diferente do Caged, essa pesquisa engloba qualquer tipo de vínculo de trabalho: celetistas, estatutários, avulsos e temporários; e informa o número de empregados no ano em todos os estabelecimentos, tanto os que tiveram movimentação no período como os que não tiveram. Em síntese, a Rais apresenta o estoque anual de emprego, enquanto o Caged representa a movimentação mensal dos celetistas.

As variáveis disponibilizadas por essa fonte são:

- número de empregos; e
- empregados admitidos e desligados, por:
 - a) gênero;
 - b) faixa etária;
 - c) grau de escolaridade;
 - d) tempo de serviço;
 - e) nacionalidade; e
 - f) rendimentos.

As variáveis são desagregadas em nível geográfico, setorial e ocupacional.

Embora os dados fornecidos pelo Caged e pela Rais abranjam todos os municípios brasileiros, seus números tratam apenas da população formalmente ocupada. Como uma fração significativa da PO é caracterizada por uma relação de trabalho informal, notadamente nas atividades agropecuárias – 60%, segundo Dieese (2014) –, uma pesquisa que trate apenas do lado formal do mercado de trabalho impõe importantes restrições à análise.

Em resumo, nota-se que todas as bases de dados têm suas vantagens e desvantagens, e devem ser escolhidas e utilizadas de acordo com o objetivo que se quer analisar. Neste caso, como o objeto deste estudo é o mercado de trabalho no agronegócio, a Pnad Contínua é a que fornece melhores dados, seja pela sua abrangência nacional e pelo elevado número de municípios e domicílios que são entrevistados, seja pela sua periodicidade. O Censo

Agropecuário seria uma base de dados adequada, não fosse a periodicidade quinquenal. A PME também seria útil, ao considerar sua periodicidade e seu número de variáveis, mas sua abrangência de apenas seis RMs não é representativa para o agronegócio, que tem baixa participação nas atividades econômicas nessas regiões. Já a Rais e o Caged, ao envolverem apenas o mercado formal, também deixam de ser uma base de informações representativas para analisar o mercado de trabalho no setor agrícola, que conta ainda com elevada participação de mão de obra informal.

2.2 Dados utilizados

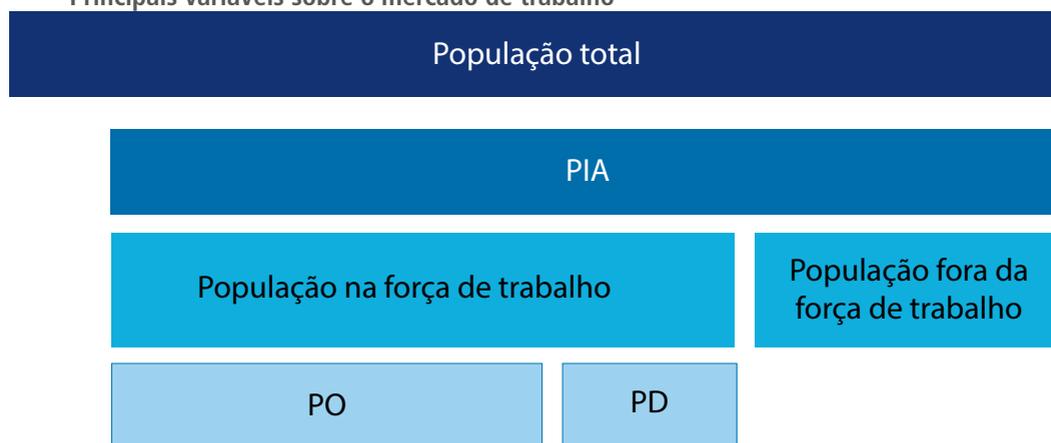
Esta pesquisa estuda o mercado de trabalho para o Brasil e para a região do Matopiba, tanto o mercado formal quanto o informal, por meio dos microdados da Pnad Contínua, a partir do ano de 2012. Foram analisadas as informações para as RMs como também para o interior do país e da referida região. Além disso, as análises sobre mercado e trabalho envolvem as atividades agropecuárias e o agronegócio. As principais variáveis analisadas foram: PO, PD, PIA, população na força de trabalho (antiga PEA), população fora da força de trabalho (antiga Pnea), taxa de ocupação, taxa de desocupação e taxa de atividade e rendimento.

O IBGE define que o mercado de trabalho é formado pelas pessoas em idade ativa (a PIA), que são aquelas de 14 anos de idade ou mais. Nesse grupo está inserida a população na força de trabalho (a PEA) – que é classificada em PO e PD –, e a população fora da força de trabalho (a Pnea). As pessoas que exerceram um trabalho, remunerado ou não, na semana de referência formam a PO. Já as que não estavam trabalhando na semana de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e tinham tomado alguma providência para conseguir um emprego, compõem a PD. Ademais, as pessoas que não estão trabalhando e não estão procurando por um emprego estão contabilizadas na Pnea.

A partir desses dados, têm-se alguns indicadores, como a taxa de ocupação, que é a porcentagem de pessoas ocupadas na PEA, a taxa de desocupação ou desemprego, que é a porcentagem de desocupados em relação às pessoas na força de trabalho, e a taxa de atividade, que representa a porcentagem de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade ativa. A Pnad também faz um levantamento sobre o rendimento médio dos trabalhadores, que é classificado como rendimento principal e todos os rendimentos, que envolve toda a renda da pessoa, inclusive as que não provêm do

trabalho que está exercendo. A figura 1 mostra um diagrama das principais variáveis no mercado de trabalho.

FIGURA 1
Principais variáveis sobre o mercado de trabalho



Fonte: IBGE.

A metodologia deste estudo baseou-se na análise dos microdados da Pnad Contínua, desagregando-os para as RMs e interior, tanto para o Brasil como para a região do Matopiba. Ademais, os dados foram abertos para as atividades agropecuárias, da indústria e de serviços. Os dados abrangem vinte RMs, que contêm os municípios das capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia), a Rida da Grande Teresina, cinco capitais dos estados que não têm RMs, como Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista, Palmas e Campo Grande; além do Distrito Federal.

Os dados são atualizados mensalmente por meio de trimestres móveis, e a cada mês são divulgadas as informações referentes ao último trimestre móvel, além dos trimestres convencionais, com dados completos sobre o mercado de trabalho. Para as atividades econômicas, considerou-se como base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae), no caso a Cnae Domiciliar 2.0.

Para os setores relacionados ao agronegócio, foram utilizados coeficientes para mensurar a participação de cada setor no agronegócio, elaborada por Barros, Silva

e Fachinello (2014) e adaptada por Moraes *et al.* (2015). Esses coeficientes nos dão uma ideia da parcela relacionada ao agronegócio em cada setor produtivo da economia brasileira. Foram baseados nos códigos da Cnae 2.0, com alto nível de desagregação por atividade, sendo possível uma identificação mais clara da relação de determinada atividade com o agronegócio. Quando, porém, Moraes *et al.* (2015) usaram esses coeficientes para analisar o mercado de trabalho no agronegócio por meio dos dados da Pnad, os códigos das atividades tiveram que ser baseados na Cnae Domiciliar – que é mais agregada que a Cnae 2.0 –, e, portanto, foram realizados cálculos para compatibilizar os dados das duas Cnaes. Os dados da Pnad Contínua utilizados neste trabalho são baseados nos códigos da Cnae Domiciliar 2.0, e, pelo fato de existirem algumas pequenas mudanças entre a Cnae Domiciliar e a Cnae Domiciliar 2.0, as duas foram pareadas novamente para maior compatibilidade das informações.

3 REVISÃO DA LITERATURA: O MERCADO DE TRABALHO NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E NO AGRONEGÓCIO

3.1 O mercado de trabalho nas atividades agropecuárias

Gasques, Bastos e Bacchi (2008) analisaram os dados da Pnad e do Censo Agropecuário de 2006, no período de 1975 a 2005, para obter estimativas da produtividade de trabalho. Tanto os dados da Pnad quanto os do censo mostraram uma tendência de queda no número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas. Pelo censo, a redução foi de 3,9 milhões de pessoas; e pela Pnad, 1,1 milhão. Nas duas situações, o número de trabalhadores no campo aumenta até 1985 e depois cai até 2005. Os autores fizeram uma análise sobre a produtividade total dos fatores (PTF) e constataram que, apesar da redução no número de pessoas ocupadas no setor, a mão de obra apresentou aumento de produtividade quando comparada com a produtividade da terra ou do capital.

Oliveira (2009), também com base nos dados da Pnad, analisou a evolução do mercado de trabalho no setor rural no período de 1992 a 2007. Os resultados mostram que o número de postos de trabalho na agropecuária brasileira diminuiu nesse período, reflexo do uso mais intenso da tecnologia pelo setor. Apesar disso, foi possível notar um crescimento dos empregos formais e ganhos reais de rendimentos.

Em estudo um pouco mais recente, Maia e Sakamoto (2014) confirmam essa tendência de queda da PO agrícola para o período de 1992 a 2012. Os dados da Pnad mostraram que, apesar de ter tido um pico em 2005, quando chegou a cerca de 21% da PO total do país, a PO agrícola caiu para 15% em 2012. Segundo os autores, essa redução pode ser explicada pela mecanização e concentração da produção, pela inviabilidade dos minifúndios na região Nordeste (onde está grande parte da PO agrícola) e pelas melhores oportunidades de emprego e renda nos centros urbanos. Alves e Souza (2015), entretanto, mostram que a agricultura de menor porte também pode se beneficiar de um quadro de maior modernização no Nordeste. Nesse sentido, o êxodo rural estaria associado ao dinamismo econômico da região. O importante é planejar o desenvolvimento do Nordeste, já que esta é a região com maior potencial migratório e que tem uma das mais baixas taxas de urbanização encontradas no Brasil (Alves e Rocha, 2010). Conforme Navarro (2016), o conjunto de transformações recentes em curso nas regiões rurais brasileiras ativa a formação de um novo padrão de acumulação de capital, que é determinado pela manifestação financeira. Trata-se de uma fase que desenvolve processos econômico-financeiros e socioculturais inéditos. Assim, é preciso entender o esvaziamento do campo, as mudanças do mercado de trabalho e, sobretudo, o aprofundamento das desigualdades regionais e sociais.

A crescente modernização e mecanização na atividade agropecuária é verificada pelo número de tratores no meio rural. Segundo Dieese (2014), em 1970, eram cerca de 160 mil tratores, e, em 2013, esse número chegou a quase 1,2 milhão. Além disso, não se pode deixar de considerar a melhoria e a elevação do desempenho dessas máquinas, uma tecnologia que exige mão de obra mais qualificada. Ainda de acordo com Dieese (2014), estima-se que, em 2050, o número de tratores atinja 1,7 milhão de unidades.

A tendência de queda do número de trabalhadores na agropecuária brasileira também é compartilhada por outros estudos, a saber Balsadi (2007), Buainain e Dedecca (2008), Hoffman (2009) e Peres (2009).

Quanto à renda, a trajetória é oposta à do número de pessoas empregadas no setor, apesar de o rendimento médio ser considerado baixo no setor, de acordo com os dados da Pnad analisados por Maia e Sakamoto (2014). As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram um aumento do rendimento médio acima de 67% no período de 1992 a 2012, enquanto na região Nordeste o crescimento foi de 55% no mesmo período.

Essa evolução da renda pode ser explicada pela valorização do salário mínimo, aumento da produtividade do trabalho, aumento do número de empregados com carteira assinada (maior formalidade), melhor qualificação da mão de obra e redução do excedente da mão de obra rural.

Há, entretanto, grande desigualdade na distribuição dos rendimentos, relacionados aos diferentes estados de desenvolvimento da agricultura nas regiões. Ou seja, houve uma melhora no rendimento e nas condições de trabalho na agropecuária, mas isso aconteceu nas regiões onde a agricultura é mais desenvolvida, como no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, onde o rendimento médio aumentou mais que 67% entre 2001 e 2012, e nos setores mais dinâmicos e mais intensos em tecnologia, como os de soja e cana. Nesse mesmo período, a renda média geral dos ocupados agrícolas aumentou 51%. Na região Nordeste, o rendimento médio é inferior a todas as outras regiões, devido, principalmente, a atividades de baixa produtividade e alta informalidade (Maia e Sakamoto, 2014).

No trabalho de Hoffman (2009), que analisa a distribuição do rendimento dos empregados na agricultura no período de 1992 a 2007, a partir dos microdados da Pnad, nota-se também que o rendimento médio real cresceu entre 1993 e 1996, e depois caiu até 2003. A partir de 2003, até 2007, houve um crescimento da renda no meio rural de mais de 7% a.a., acompanhando a valorização real do salário mínimo. Segundo o autor, desde 1995, o rendimento mediano na agropecuária está muito próximo ao valor do salário mínimo, que teve um aumento do seu valor real de 67% de setembro de 1995 a setembro de 2007.

Apesar do aumento da renda no setor, Kubrusly (2011), analisando os dados da Pnad para as seis principais atividades econômicas (administração pública, indústria, construção civil, comércio e reparação, agropecuária e serviços), afirma que a agropecuária é o setor que apresentava o menor rendimento entre elas no ano de 2007.

Buainain e Dedecca (2008) analisaram os microdados da Pnad e mostraram que o rendimento médio nas ocupações agrícolas é inferior ao das não agrícolas, e que é possível que essa baixa remuneração esteja associada à baixa qualificação. Além disso, pode-se observar que o rendimento possui alguma relação com o desempenho produtivo e, portanto, diferenças entre os rendimentos podem estar associadas a diferentes estruturas produtivas. A região Nordeste, por exemplo, apresenta as menores

remunerações, pois a base produtiva agrícola tem os menores desempenhos produtivo e tecnológico. Os ganhos de produtividade advindos dos avanços tecnológicos revelam duas linhas marcantes: a economia da mão de obra e a exigência de mão de obra mais qualificada, que leva a remunerações mais elevadas.

Balsadi e Graziano (2008) estudaram a polarização na qualidade do emprego no mercado de trabalho assalariado na agropecuária no período de 1992 a 2004. Os autores elaboraram um índice de qualidade do emprego com base nos dados da Pnad e constataram uma polarização da qualidade do emprego na agropecuária no grau de formalidade, nos rendimentos médios, no nível educacional e nos auxílios recebidos, ou seja, observa-se um contraste na qualidade do emprego rural entre as diferentes categorias (permanentes e temporários; formal e informal). Apesar do estudo ter analisado apenas o mercado assalariado agrícola, com empregados permanentes e temporários, e não o geral, nota-se uma expansão do trabalho formal, principalmente entre 2001 e 2004, tanto para os permanentes como para os temporários. Ainda de acordo com esse estudo, os índices de formalidade foram maiores na região Centro-Sul, e para as culturas de café, cana e soja. Os menores índices foram nas culturas de mandioca, arroz e milho.

Bezerra e Elias (2011) analisaram dados da Rais e do Caged para os anos de 1985, 1995 e 2004 e constataram que o emprego formal na agropecuária brasileira cresceu em números absolutos. No período analisado, o número de empregos formais aumentou cerca de quatro vezes, com uma variação percentual de 291,5%, saindo de 333,5 mil empregos em 1985 para 1,3 milhão em 2004. A justificativa, segundo os autores, é que a agricultura veio passando por um processo de desenvolvimento de capitalização responsável e tornando-se uma agricultura mais empresarial, que se evidencia pela formação de um mercado de trabalho formal no meio rural.

Apesar do crescimento do número de empregos formais na agropecuária, o setor ainda é um dos que tem a maior taxa de informalidade. Barbosa Filho e Moura (2012) avaliaram a redução da taxa de informalidade no período de 2002 a 2009, utilizando dados da Pnad e da PME para os setores de agropecuária, indústria e serviços, e observaram que aproximadamente 65% dos trabalhadores assalariados no meio rural não dispunham de carteira assinada em 2009, sendo a agropecuária o setor com a maior taxa de informalidade. Esse elevado índice pode estar associado ao trabalho familiar de

pequenas propriedades, às lavouras temporárias, a culturas tradicionais e/ou ao baixo potencial ou reduzido grau de mecanização.

Em estudo recente, Dieese (2014) colabora com essa afirmação. Com base em dados da Pnad, essa referida instituição avaliou que 59,4% dos 4,1 milhões de empregados assalariados rurais (isto é, cerca de 2,4 milhões de pessoas) não possuíam carteira assinada em 2013. Essa taxa de informalidade é maior nas regiões Norte e Nordeste (77%), e menor nas regiões Centro-Oeste (41%), Sudeste (45%) e Sul (49%).

Embora a taxa de informalidade do setor agropecuário tenha se reduzido ao longo dos anos (entre 2004 e 2013, por exemplo, diminuindo 13,2%, ou 1,6% a.a.), a atividade está entre as mais altas do mercado de trabalho brasileiro. Esse estudo também aponta que o mercado de trabalho nesse setor é caracterizado por baixa escolaridade, que, aliada à alta informalidade, resulta em baixa remuneração. Barbosa Filho e Moura (2012) mostram que a escolaridade e a informalidade têm uma relação monotônica e decrescente, ou seja, as duas variáveis diminuem simultaneamente, mas não na mesma proporção. A maior participação de trabalhadores escolarizados chega a explicar 60% da queda da informalidade do país.

3.2 O mercado de trabalho no agronegócio

Apesar de termos uma literatura abrangente sobre o mercado de trabalho na agropecuária, há pouco material quando se analisam as atividades relacionadas ao setor do agronegócio.

Nesse sentido, Moraes *et al.* (2015) realizaram um estudo sobre o mercado de trabalho no agronegócio com base nos microdados da Pnad, em que verificaram que o setor vem perdendo participação no mercado de trabalho. Em 2002, o setor empregava 50% da mão de obra do país, e em 2013 caiu para aproximadamente 42%. Essa perda não foi homogênea entre as regiões. A região Nordeste foi a que teve a maior perda (16,5%) no período, seguida pela região Sul (16%). Já a região Sudeste teve um aumento no número de ocupações de 3%, enquanto a região Centro-Oeste se manteve estável.

Os maiores rendimentos estão nos setores da agroindústria e de serviços. As atividades ligadas aos setores de agroquímicos e máquinas são as que oferecem

a melhor remuneração, mostrando a tendência de tecnificação e mecanização da agropecuária brasileira. Todos os segmentos tiveram um aumento dos rendimentos no período, pelo aumento do salário mínimo, da formalização do trabalho e da melhor qualificação da mão de obra nesse setor (Moraes *et al.*, 2015).

Montoya *et al.* (2013) analisaram o consumo de energia, as emissões de CO₂ e a geração de emprego e renda no agronegócio brasileiro e concluíram que o setor era responsável por 31,9% dos empregos em 2009.

Apesar de usar diferentes bases de dados, a literatura revisada sobre o mercado de trabalho, seja nas atividades agropecuárias, seja no agronegócio, aponta conclusões bastante semelhantes. Por um lado, é consenso que a PO no setor tem diminuído pelo menos desde 2005. Por outro, essa contração se dá largamente entre as ocupações informais, pois diversos autores apontam expansão da PO formal no setor. Por trás desse processo de redução da participação da mão de obra informal, merecem destaque a mecanização e a concentração da produção, a inviabilidade dos minifúndios na região Nordeste (onde está grande parte da PO agrícola) e as melhores oportunidades de emprego e renda nos centros urbanos.

Simultaneamente à contração da PO, também se observou a elevação do rendimento médio obtido por essa mão de obra. A expansão do rendimento médio observada deve-se, de um lado, à maior demanda por mão de obra mais qualificada e, de outro, à política de valorização do salário mínimo. Todavia, apesar do aumento do rendimento médio e do maior grau de formalização da força de trabalho no universo agro, este continua a ser um dos setores com o menor rendimento médio na economia brasileira e uma das maiores taxas de informalidade de sua mão de obra. Por fim, é importante deixar claro que o universo agro brasileiro não é uma unidade homogênea. É expressiva a desigualdade na distribuição dos rendimentos e nas características dos postos de trabalho do setor. Como era de se esperar, nas regiões mais desenvolvidas (notadamente no Centro-Sul), o mercado de trabalho do agro apresenta suas melhores condições, enquanto as regiões menos desenvolvidas (por exemplo, o Norte-Nordeste) ainda apresentam importantes limitações.

De acordo com a revisão bibliográfica, nota-se que há diversos estudos que mostram a dimensão do mercado de trabalho para a atividade agropecuária, e um deles expande

para a cadeia do agronegócio. Este estudo vai dimensionar o mercado de trabalho tanto nas atividades agropecuárias quanto na cadeia do agronegócio, mas diferentemente dos trabalhos citados, vai analisar e utilizar os microdados da Pnad Contínua.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Dos 204,9 milhões de habitantes do país, 26,8 milhões estão na região do Matopiba, o que representa 13% da população total do país, de acordo com os dados do IBGE. Da mesma forma, a região representa 11,8% da PO do país, 15% da PD, 12% da força de trabalho, 13% da população fora da força de trabalho e 12,6% da PIA.

Para uma ideia da dimensão do Matopiba no setor agropecuário, a região representa 8% do valor bruto da produção nacional, de acordo com os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).¹⁵ Na última safra, a região respondeu por 13% da área plantada e 9,5% da produção total de grãos brasileira, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).¹⁶

A fim de balizar o desempenho e a evolução do mercado de trabalho no período 2012-2016, vale dizer que a economia brasileira veio perdendo força nesses últimos quatro anos. Apesar de ter crescido 1,8% em 2012 e 2,7% em 2013, indicando uma retomada da economia, o ano de 2014 encerrou um quadro de estagnação econômica, quando o PIB cresceu apenas 0,1% em relação ao ano anterior. Em 2015, a economia começou a encolher, e o PIB brasileiro caiu 3,8% em comparação a 2014, o pior resultado em 25 anos, segundo dados do IBGE.¹⁷ Essa recessão se aprofundou no início de 2016, e o primeiro trimestre do ano registrou uma queda acumulada de 4,7% do PIB em comparação aos quatro trimestres anteriores. Esse cenário, sem dúvida, afeta o desempenho do mercado de trabalho, a ser analisado a seguir.

15. Ver: <<http://www.agricultura.gov.br/ministerio/gestao-estrategica/valor-bruto-da-producao>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

16. Ver: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

17. Em 2015, o PIB teve retração de 3,8% em comparação ao ano anterior, o pior desempenho da economia desde 1990, quando caiu 4,3%. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=SCN53&t=produto-interno-brutobrvariacao-volume>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

4.1 PIA

De acordo com os dados analisados, entre 2012 e o primeiro trimestre de 2016, a PIA cresceu na média 1,5% a.a., tanto nas RMs quanto no interior, não só do Brasil como também do Matopiba. No primeiro trimestre de 2016, a PIA no Matopiba era formada por 20,8 milhões de pessoas, representando 12,6% da PIA total do Brasil (165,6 milhões de pessoas). Essa porcentagem foi a mesma durante todo o período analisado.

A maior parte da PIA concentra-se no interior. No Brasil, 59% encontram-se no interior, enquanto, no Matopiba, 73% da PIA estão no interior. Essa concentração maior da PIA no interior ficou constante de 2012 a 2016.

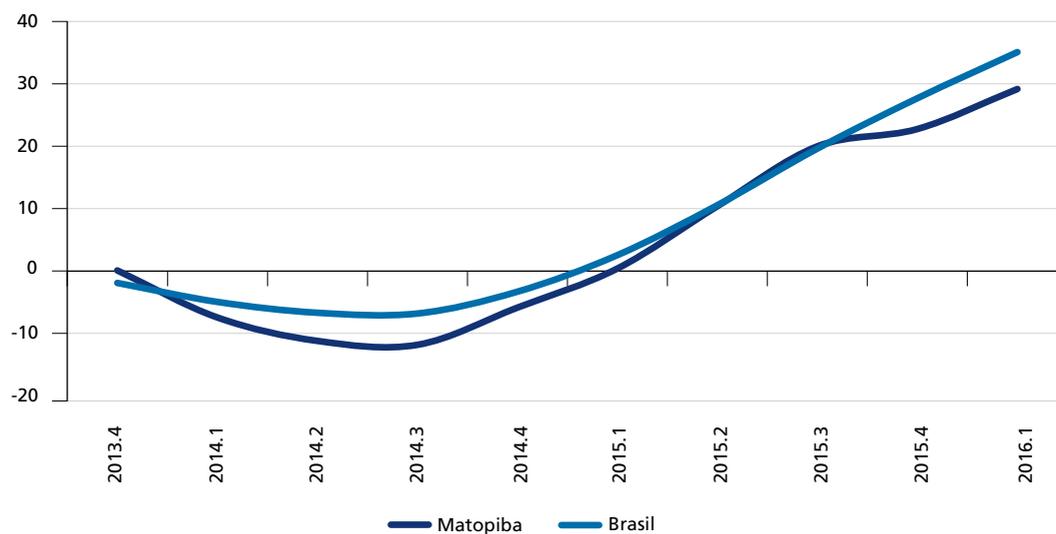
4.2 PD

De acordo com os dados da Pnad Contínua, ao analisar o número de desocupados e a taxa de desocupação, observa-se que a PD na economia brasileira encolheu de 2012 até o final de 2014, passando a crescer desde então.

O número de pessoas desocupadas no Brasil aumentou de 6,4 milhões no último trimestre de 2014 para 11 milhões no primeiro trimestre de 2016, ou seja, 4,6 milhões de pessoas ficaram desempregadas, um aumento de 72% nesse período. No Matopiba, a PD saiu de 1 milhão de pessoas para 1,6 milhão no mesmo período, um crescimento de cerca de 60%. O gráfico 1 mostra que tanto no Brasil como no Matopiba essa inversão do encolhimento da PD ocorre no início de 2015 (quando começa a aumentar), provavelmente reflexo da crise recessiva em que estava o país nesse período.

Esse aumento do desemprego foi mais intenso nas RMs. A tabela 5 mostra a evolução da taxa de desocupação no Brasil e no Matopiba entre 2012 e 2016. A taxa de desemprego no país saltou de 7,9% no primeiro trimestre de 2012 para 10,9% no primeiro trimestre de 2016, enquanto no Matopiba, saiu de 10,1% para 13,5%. Nota-se que a taxa de desocupados aumentou tanto no Brasil quanto no Matopiba, e não só nas RMs como também no interior, mas as maiores taxas encontraram-se nas RMs para todo o período.

GRÁFICO 1
 Brasil e Matopiba: taxa de crescimento da PD – média móvel de quatro trimestres
 (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)
 (Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA 5
 Brasil e Matopiba: evolução da taxa de desocupação (2012 a 2016)
 (Em %)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	7,9	8,6	7,5	10,1	11,3	9,5
2012.2	7,5	8,4	6,9	10,0	12,2	9,1
2012.3	7,1	8,2	6,3	9,3	10,9	8,6
2012.4	6,9	7,7	6,3	9,4	10,6	8,9
2013.1	8,0	8,6	7,5	11,5	13,5	10,7
2013.2	7,4	8,2	6,9	10,5	12,8	9,5
2013.3	6,9	8,0	6,2	9,2	11,6	8,3
2013.4	6,2	7,2	5,4	7,8	10,3	6,8
2014.1	7,2	8,0	6,6	9,6	13,1	8,1
2014.2	6,8	8,0	6,0	8,9	12,6	7,3
2014.3	6,8	7,8	6,0	8,5	11,6	7,2
2014.4	6,5	7,2	6,0	8,5	11,2	7,3
2015.1	7,9	8,7	7,4	10,2	13,6	8,8
2015.2	8,3	9,1	7,8	10,9	14,8	9,4
2015.3	8,9	9,7	8,3	11,0	14,8	9,4
2015.4	9,0	9,7	8,4	10,5	13,0	9,5
2016.1	10,9	11,9	10,2	13,5	16,3	12,3

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Ainda de acordo com os números da tabela 5, observa-se que as taxas de desocupação sempre foram maiores no Matopiba do que no Brasil. No primeiro trimestre de 2016, a taxa de desemprego no Brasil foi 10,9%, enquanto no Matopiba foi de 13,5%. A diferença entre as taxas de desocupação das RMs e do interior também é consideravelmente maior no Matopiba do que no Brasil. No primeiro trimestre de 2016, a diferença entre a taxa de desocupação das RMs e do interior no Brasil ficou em 1,7%, enquanto para o Matopiba a diferença foi de 4%.

4.3 PO

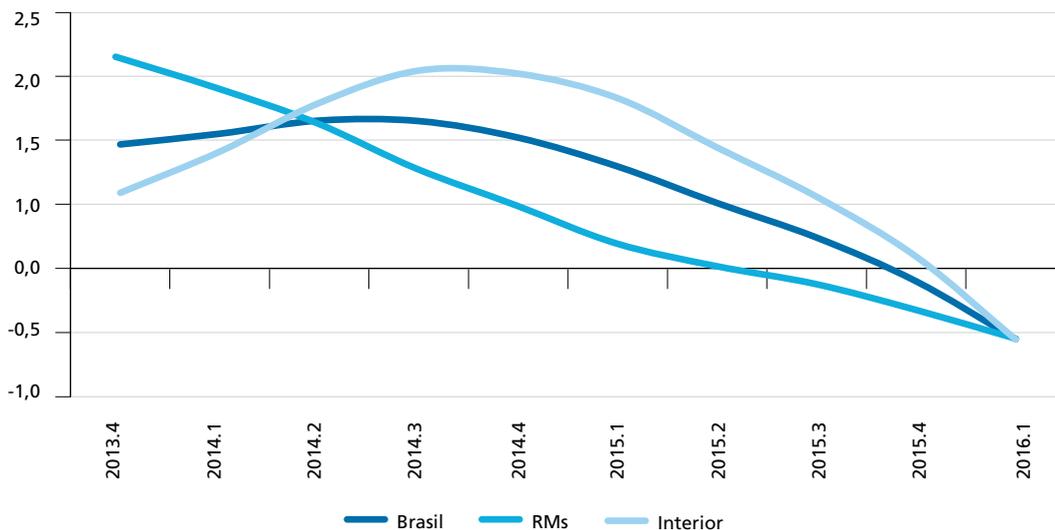
A PO cresceu a uma taxa anual média de 1% no Brasil e 1,8% no Matopiba, no período de 2012 até o primeiro trimestre de 2016. De acordo com os dados, a PO brasileira aumentou no período de 2012 até o primeiro trimestre de 2016, tanto nas RMs quanto no interior. No primeiro trimestre de 2012, a PO brasileira era formada por 88 milhões de pessoas, e em 2016, por 90,6 milhões de pessoas, aumento de 3% no período. Já na região do Matopiba, no primeiro trimestre de 2012 havia 10,6 milhões de pessoas ocupadas, e no primeiro trimestre de 2016, 10,7 milhões de pessoas, praticamente estável, apesar de ter atingido um pico no último trimestre de 2014, quando chegou a 11,3 milhões de pessoas.

Nota-se, entretanto, que as taxas de crescimento da PO no Brasil aumentam até o final de 2014 no interior, e só depois caem (gráfico 2). Além disso, observa-se que, nas RMs, a taxa de crescimento da PO vem desacelerando há mais tempo.

No caso do Matopiba, região que concentrou 12% dos ocupados brasileiros em todo o período analisado, o comportamento da taxa de crescimento da PO é similar ao do Brasil, exceto no caso das RMs. O crescimento da PO nas RMs do Matopiba acompanha o movimento do interior, ou seja, o número de ocupados aumenta até o último trimestre de 2014, e só então esse crescimento começa a desacelerar (gráfico 3).

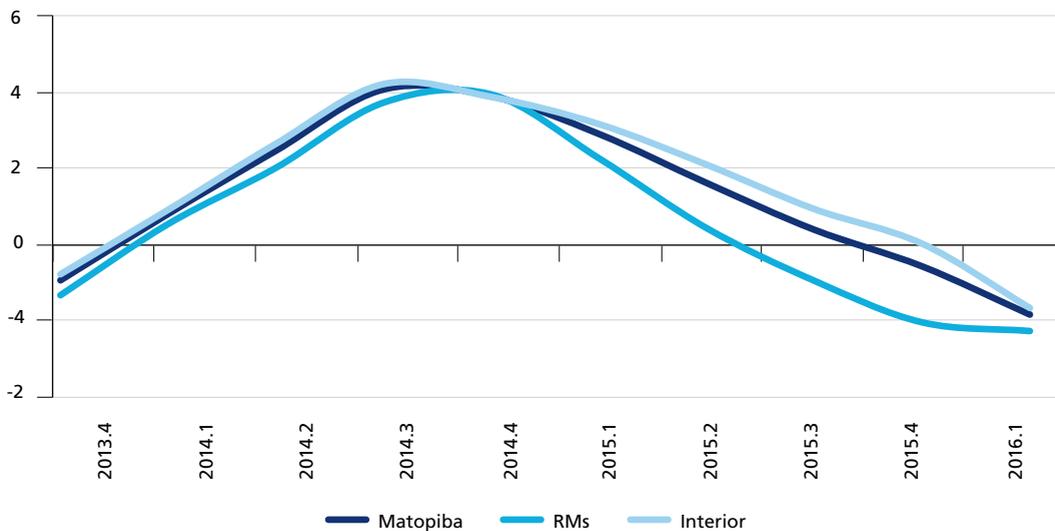
No período pré-crise, isto é, até o final de 2014, o Matopiba agregou mais pessoas ao mercado de trabalho do que o Brasil. O gráfico 4 ilustra essa expansão mais intensa da PO no Matopiba frente ao Brasil.

GRÁFICO 2
Brasil, RMs e interior: taxa de crescimento da PO – média móvel de quatro trimestres
(4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)
 (Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

GRÁFICO 3
Matopiba, RMs e interior: taxa de crescimento da PO – média móvel de quatro trimestres
(4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)
 (Em %)

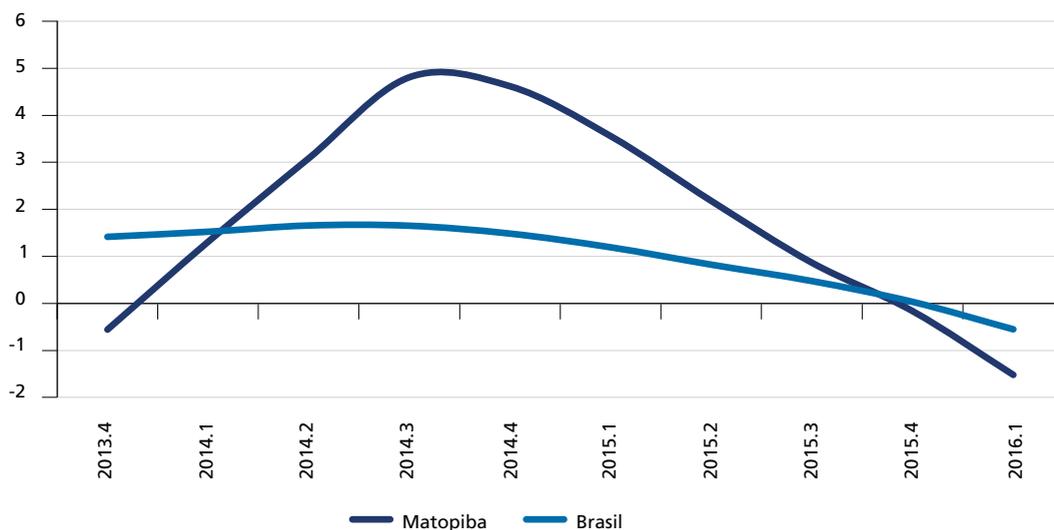


Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

GRÁFICO 4

**Brasil e Matopiba: taxa de crescimento da PO – média móvel de quatro trimestres
(4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)**

(Em %)

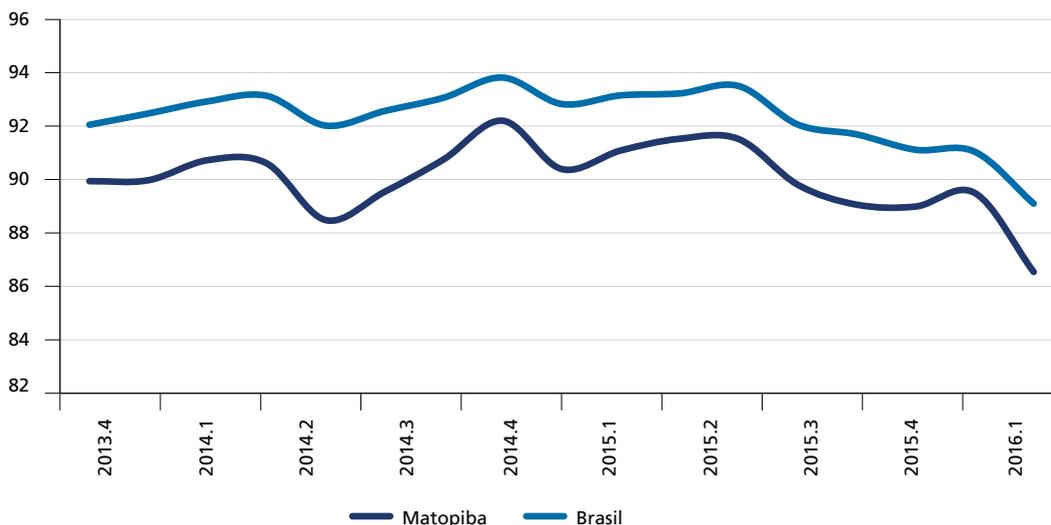


Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Apesar de apresentar crescimento mais acentuado da PO, o Matopiba tem uma taxa de ocupação menor que o Brasil. Pelo gráfico 5, nota-se que a taxa de ocupação seguiu o mesmo comportamento tanto no Brasil como no Matopiba, mas nesse último a participação dos ocupados é menor que a do país.

Quanto à distribuição da PO, observa-se que mais da metade está concentrada no interior, e esse comportamento é mais acentuado no Matopiba. Enquanto no Brasil 58% da PO está no interior, no Matopiba essa porcentagem atinge 71%, para todo o período analisado.

GRÁFICO 5
Brasil e Matopiba: taxa de ocupação (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)
 (Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

4.4 PO por setores econômicos

Na estrutura da PO brasileira, os setores de serviços e indústria têm o maior peso. O setor de serviços compreendia 68% dos ocupados no país, enquanto 21% estavam empregados na indústria e 10% na agropecuária, no primeiro trimestre de 2016. No Matopiba, essa estrutura é um pouco diferente. O setor de serviços, assim como no Brasil, concentrou a maior parte da mão de obra ocupada (64%) nos três primeiros meses de 2016, porém a agropecuária (20%) teve uma participação maior que a indústria (16%).

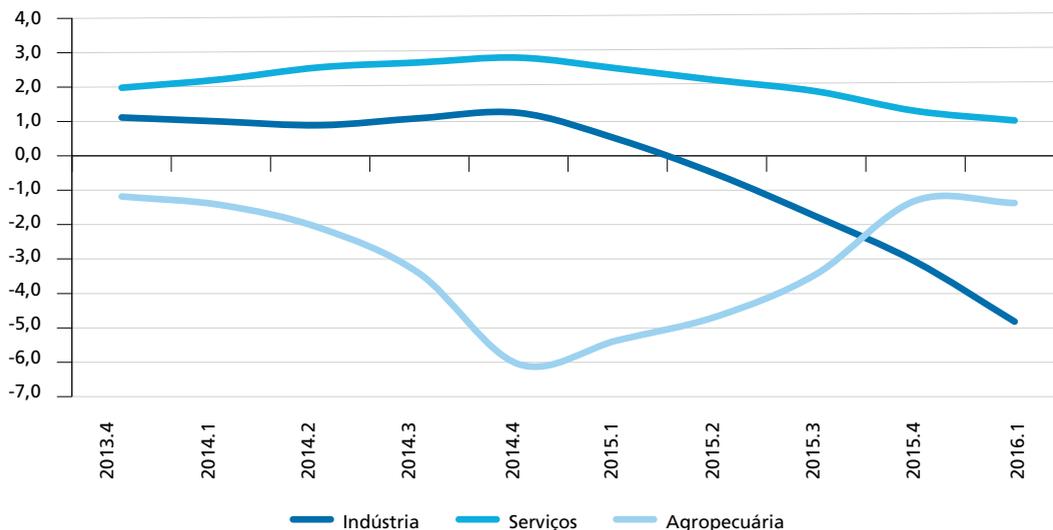
O setor de serviços foi o único que teve uma taxa de crescimento positiva da PO em todo o período, ou seja, foi o mais dinâmico na criação de novos postos de trabalho, incorporando 4,2 milhões de trabalhadores no Brasil e 443 mil no Matopiba, desde o primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2016.

No Brasil, enquanto a PO no setor de serviços cresceu a uma taxa anual média de 2,1%, na agropecuária o número de ocupados diminuiu a uma taxa média de 3% a.a. e, na indústria, caiu a uma taxa média de 0,4% a.a., no período de 2012 a 2016. No Matopiba, a taxa média de crescimento da PO no setor de serviços foi de 3,3% e, na indústria, de 0,7%, enquanto na agropecuária a PO caiu a uma taxa anual média de 1,4% no mesmo período (gráficos 6 e 7).

GRÁFICO 6

Brasil: taxa de crescimento da PO por setor de atividade – média móvel de quatro trimestres (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)

(Em %)

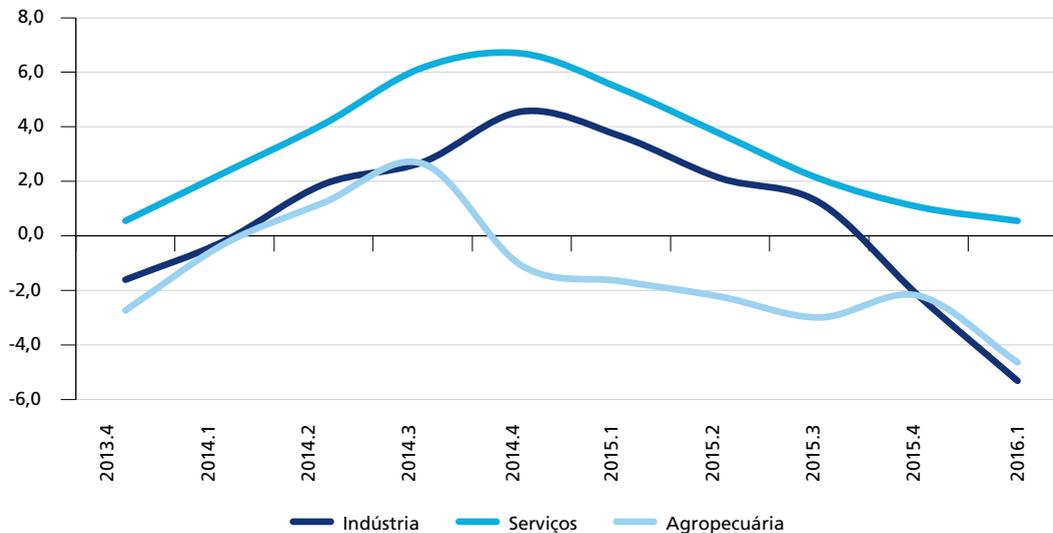


Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

GRÁFICO 7

Matopiba: taxa de crescimento da PO por setor de atividade – média móvel de quatro trimestres (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)

(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Esse movimento sugere que a agropecuária liberou mão de obra que foi absorvida pelo setor de serviços, tanto no Brasil como no Matopiba. Um indicativo de que essa hipótese pode estar correta é o aumento da participação do setor de serviços na PO total em detrimento da queda da participação da agropecuária. De acordo com os dados, no primeiro trimestre de 2012, a participação do setor de serviços na PO do Brasil era de 66%, e, no primeiro trimestre de 2016, essa participação aumentou para 68%. Nesse mesmo período, a agropecuária reduziu sua participação de 12% para 10%, enquanto a da indústria caiu de 23% para 21%.

Esse aumento da participação dos serviços e a redução da agropecuária no número de ocupados também acontecem no Matopiba. Enquanto o setor de serviços aumentou sua participação de 60% em 2012 para 64% na PO total da região do Matopiba em 2016, a agropecuária caiu de 23% para 20%, e a indústria de 17% para 16% no mesmo período.

A maioria dos ocupados esteve concentrada no interior durante todo o período analisado, tanto no Brasil como no Matopiba, para todas as atividades econômicas: agropecuária, indústria e serviços. No Brasil, estavam no interior 95% dos ocupados na agropecuária, 61% dos ocupados na indústria e 52% dos ocupados no setor de serviços, no primeiro trimestre de 2016. Da mesma forma, na região no Matopiba, 97% dos ocupados da agropecuária, 70% da indústria e 63% do setor de serviços estavam no interior.

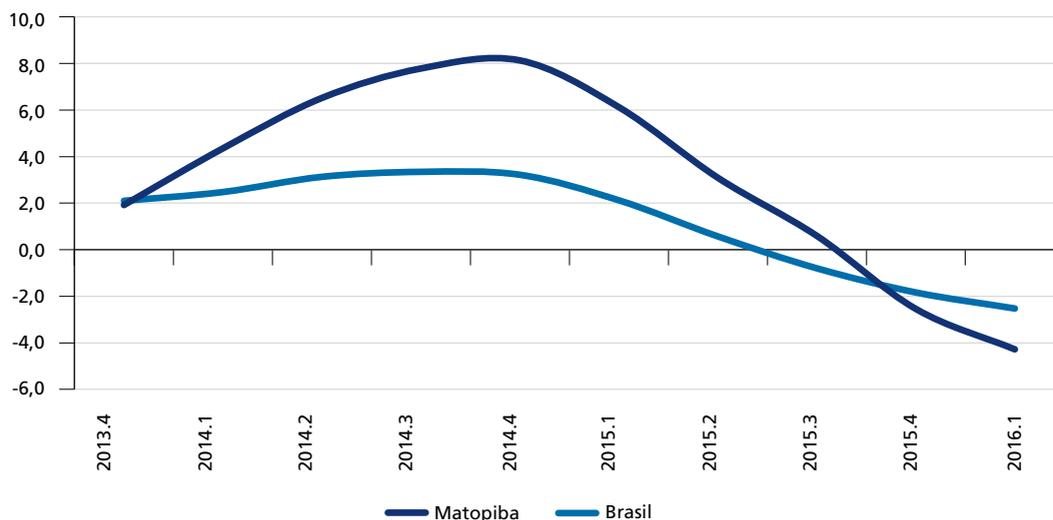
4.4.1 PO formal

O número de empregos formais aumentou em 3% no período de 2012 até o primeiro trimestre de 2016 no Brasil, criando 1,4 milhão de postos de trabalho formais, e 2,5% no Matopiba, agregando mais 89 mil vagas de trabalho com carteira assinada. A partir do último trimestre de 2014, no entanto, esse crescimento do número de empregos formais começou a desacelerar. No Brasil, a PO formal cresceu a uma taxa anual média de 2,9% até o último trimestre de 2014, quando começou a desacelerar. No Matopiba, cresceu a uma taxa de 5,4% a.a. no mesmo período, também começando a desacelerar no início de 2015 (gráfico 8). A partir do segundo trimestre de 2015 até o primeiro de 2016, o número de trabalhos formais começa a encolher, a uma taxa média de 1,1% no Brasil e 0,8% no Matopiba, provavelmente já sentindo os reflexos da crise econômica no país.

GRÁFICO 8

Brasil e Matopiba: taxa de crescimento da PO formal – média móvel de quatro trimestres (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)

(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Esse comportamento aconteceu tanto nas RMs como no interior do Brasil e do Matopiba. De acordo com o gráfico 9, a PO formal nas RMs do Matopiba começa a desacelerar já no terceiro trimestre de 2014, enquanto no Brasil o emprego formal nas RMs veio desacelerando durante todo o período. No interior, tanto no Brasil como no Matopiba, a PO formal começa a desacelerar no último trimestre de 2014, um pouco mais tarde do que nas RMs.

Nas atividades agropecuárias, observa-se uma redução dos empregos formais no Brasil e no Matopiba em todo o período analisado. No Brasil, essa redução da PO formal agrícola acontece tanto no interior como nas RMs, a uma taxa anual média de aproximadamente 3,1% no período de 2012 ao primeiro trimestre de 2016.

Já no Matopiba, há uma queda constante e bastante acentuada da PO formal nas RMs, chegando a uma taxa anual média de 19% no período.¹⁸ No interior, porém, os empregos formais crescem a uma taxa média de 0,6% a.a., tendo um pico de crescimento

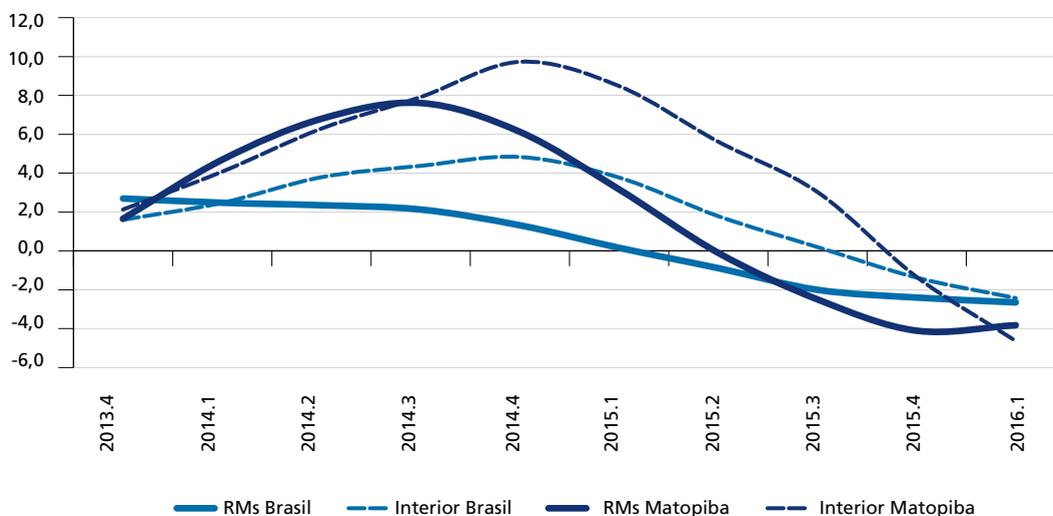
18. Nota-se que a PO formal agrícola nas RMs do Matopiba representa apenas 2% da PO formal agrícola total dessa região.

de 14% no terceiro trimestre de 2015. Nota-se pelo gráfico 10 que o crescimento da PO formal na agropecuária no Matopiba começa no início de 2015, puxado pelo desempenho do interior, onde as atividades agropecuárias são mais representativas.

GRÁFICO 9

RMs e interior do Brasil e do Matopiba: taxa de crescimento da PO formal – média móvel de quatro trimestres (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)

(Em %)



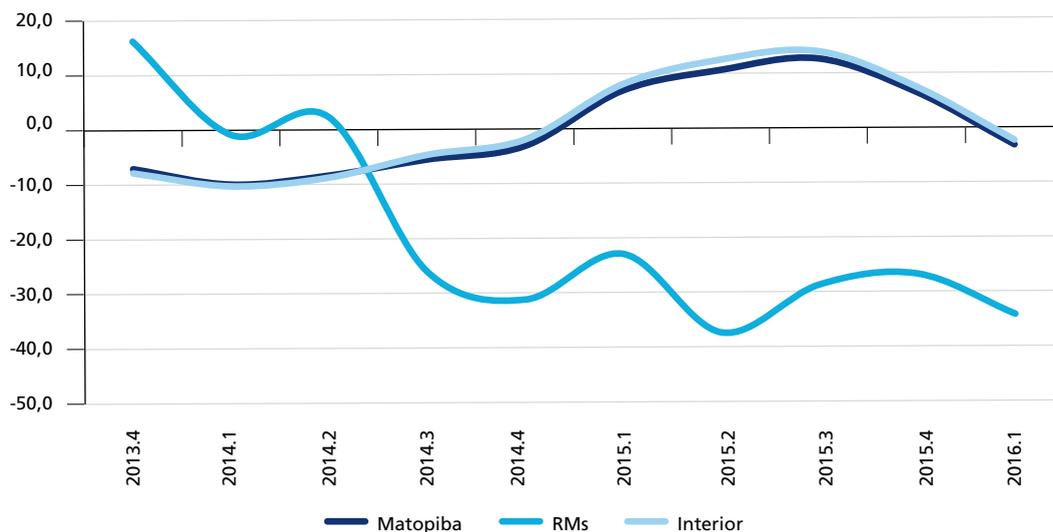
Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Esse crescimento no interior do Matopiba pode ter sido estimulado pelo cenário positivo para os preços das *commodities* agrícolas em 2015. Nesse ano, o Índice de *Commodities* Brasil (IC-Br), calculado pelo Banco Central (BCB) e baseado na variação dos preços das *commodities* brasileiras negociadas no exterior, apresentou alta de 27% para o segmento agropecuário (carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz e carne de porco). Além disso, a depreciação do câmbio estimulou as vendas externas desses produtos, o que aqueceu o mercado brasileiro para algumas *commodities* agropecuárias brasileiras.

GRÁFICO 10

RMs e interior do Matopiba: taxa de crescimento da PO formal na agropecuária – média móvel de quatro trimestres (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)

(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

4.4.2 PO informal

Em todo o período analisado, nota-se uma queda da informalidade no Brasil, tanto nas RMs como no interior, a uma taxa anual média de 2%. A PO informal era de 17,2 milhões de pessoas em 2012, e no primeiro trimestre de 2016 caiu para 15,8 milhões de pessoas. Em termos relativos, a PO informal passa de 28% da PO brasileira em 2012 para 26% no primeiro trimestre de 2016.

No Matopiba, o número de empregos informais também cai, tanto nas RMs como no interior, no mesmo período. Em 2012, a PO informal no Matopiba era de 2,8 milhões de pessoas, e, em 2016, de 2,6 milhões de pessoas. Em termos relativos, a taxa de informalidade no Matopiba também caiu, assim como no Brasil, saindo de 44% em 2012 para 42% em 2016. Apesar da queda, essa taxa é bem superior à do país, ou seja, a informalidade é maior no Matopiba do que no Brasil.

Nas atividades agropecuárias, nota-se uma queda generalizada da PO informal, tanto no Brasil como no Matopiba e tanto nas RMs quanto no interior. Ainda se observa, entretanto, um alto nível de informalidade no setor. No primeiro

trimestre de 2016 havia 1,5 milhão de pessoas ocupadas no mercado de trabalho formal na agropecuária brasileira, e 1,8 milhão de pessoas na informalidade. Na região do Matopiba, o nível de informalidade no setor é ainda mais acentuado. Enquanto a PO formal agrícola era composta por 140 mil pessoas no primeiro trimestre de 2016, a PO informal do setor era de 453 mil pessoas no mesmo período, ou seja, a PO informal no setor era mais de três vezes maior que a PO no mercado de trabalho formal.

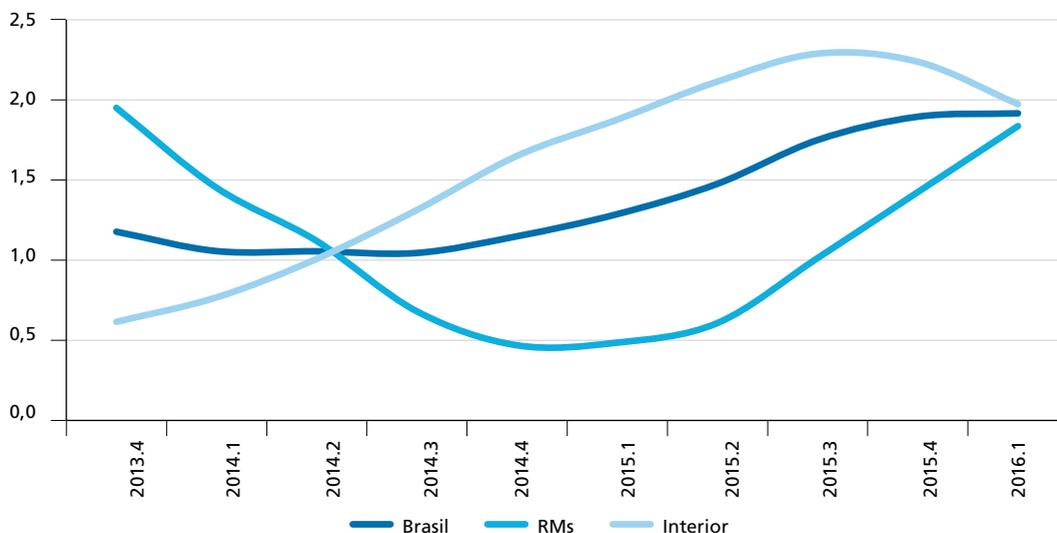
4.5 População na força de trabalho

A população na força de trabalho no Brasil apresentou crescimento no período de 2012 até o primeiro trimestre de 2016, saindo de 95,6 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2012 para 101,7 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2016, um aumento de 6,1 milhões de pessoas (6%). Esse aumento foi mais intenso no interior do que nas RMs, como mostra o gráfico 11. Apesar da PEA nas RMs brasileiras também ter aumentado, apresentando uma taxa de crescimento média anual de 1,1%, esse crescimento foi mais acelerado no interior, que cresceu a uma taxa média de 1,6% a.a.

GRÁFICO 11

Brasil, RMs e interior: taxa de crescimento da PEA – média móvel de quatro trimestres (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)

(Em %)



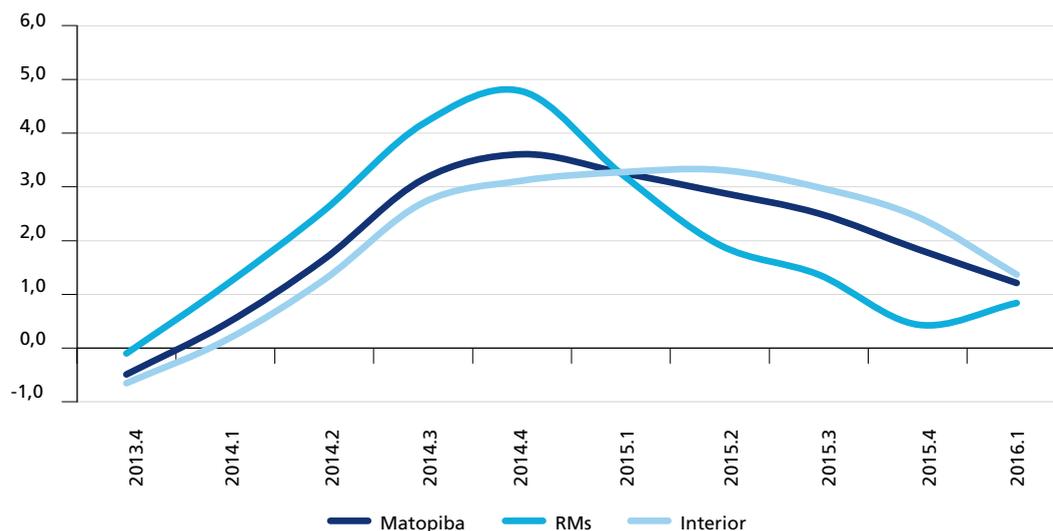
Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Assim como no Brasil, na região do Matopiba a força de trabalho aumentou no período analisado, saindo de 11,8 milhões de pessoas no trimestre de 2012 para 12,4 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2016. Esse crescimento foi mais intenso no período de 2014, quando a PEA aumentou a uma taxa anual média de aproximadamente 2,2%, atingindo um pico de crescimento de 3,6% no último trimestre desse ano. A partir de 2015, porém, notou-se uma desaceleração no crescimento da população na força de trabalho no Matopiba, como ilustrado no gráfico 12. Esse movimento foi homogêneo, seja no interior, seja nas RMs.

GRÁFICO 12

Matopiba, RMs e interior: taxa de crescimento da PEA – média móvel de quatro trimestres (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)

(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

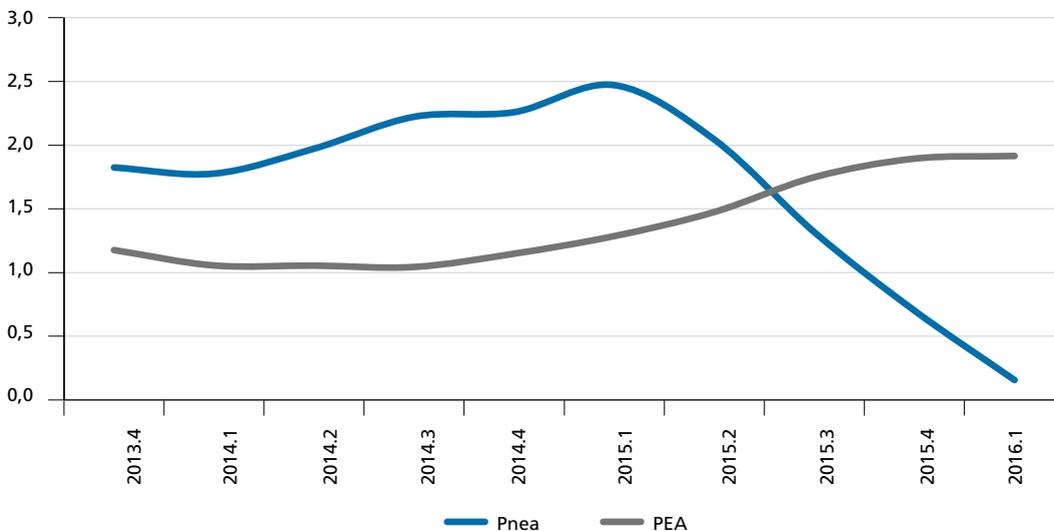
Apesar da população na força de trabalho ter aumentado tanto no Brasil como no Matopiba, esse crescimento foi mais intenso na região do Matopiba, onde a PEA cresceu a uma taxa anual média de 2%, maior do que no Brasil, que cresceu em média 1,4% a.a.

4.6 População fora da força de trabalho

No Brasil, a Pnea aumentou a uma taxa anual média de 1,7% no período de 2012 a 2014. Como a Pnea brasileira teve um crescimento mais intenso que a PEA (1,4%)

nesse período, provavelmente mais pessoas saíram do mercado de trabalho do que ingressaram. No início de 2015, entretanto, observa-se uma inversão no ritmo de crescimento da Pnea brasileira (gráfico 13).

GRÁFICO 13
Brasil: taxa de crescimento da Pnea e da PEA – média móvel de quatro trimestres
(4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)
(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Em 2015, a taxa de crescimento da Pnea começa a desacelerar fortemente, caindo de 2,5% no primeiro trimestre de 2015, para 0,2% no primeiro trimestre de 2016. No mesmo período, a PEA sai de uma taxa de crescimento de 1,3% para 1,9%, caracterizando uma mudança no mercado de trabalho brasileiro, no qual mais pessoas passaram a ingressar na força de trabalho, reflexo da deterioração do quadro econômico brasileiro. O aumento da PD nesse mesmo período, que cresceu a uma taxa de 2,5% no primeiro trimestre de 2015 e foi para 34,6% no mesmo período em 2016, corrobora o aumento do desemprego no país no período de 2015, quando a atividade econômica brasileira encolheu 3,8%.

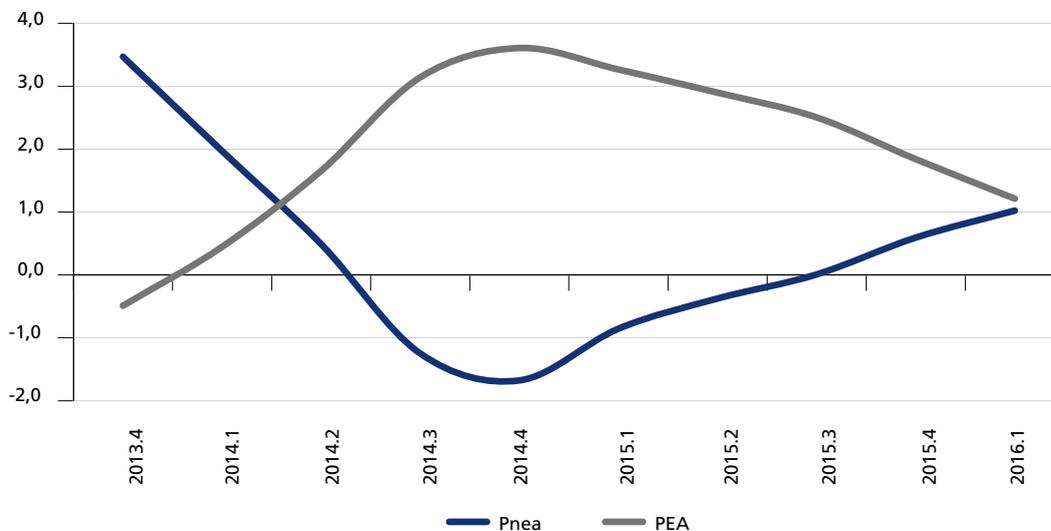
No Matopiba, a Pnea veio encolhendo até o final de 2014 e, a partir de então, começou a crescer (gráfico 14). No mesmo período, a PEA cresceu à taxa anual média de 1,7% no período de 2012 a 2014, sugerindo que havia mais pessoas entrando no mercado do que saindo, movimento contrário ao que aconteceu no Brasil no mesmo

período. Uma hipótese é que a região do Matopiba pode ter demorado mais para sentir os efeitos da crise, já que a participação da PO na agropecuária nessa região (cerca de 20%) é o dobro da participação da PO desse setor no Brasil (cerca de 10%).

GRÁFICO 14

Matopiba: taxa de crescimento da Pnea e da PEA – média móvel de quatro trimestres (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)

(Em %)

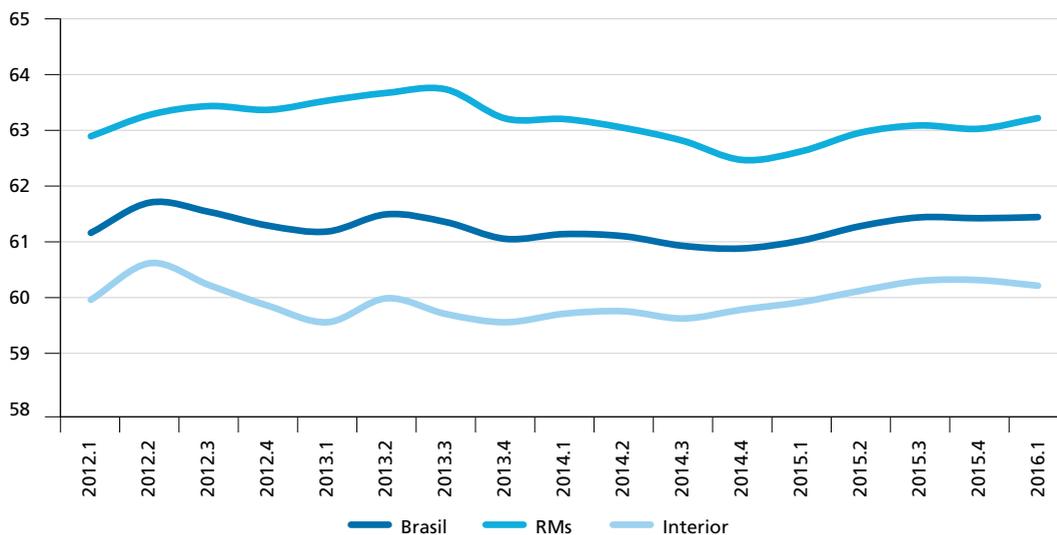


Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

4.7 Taxa de atividade

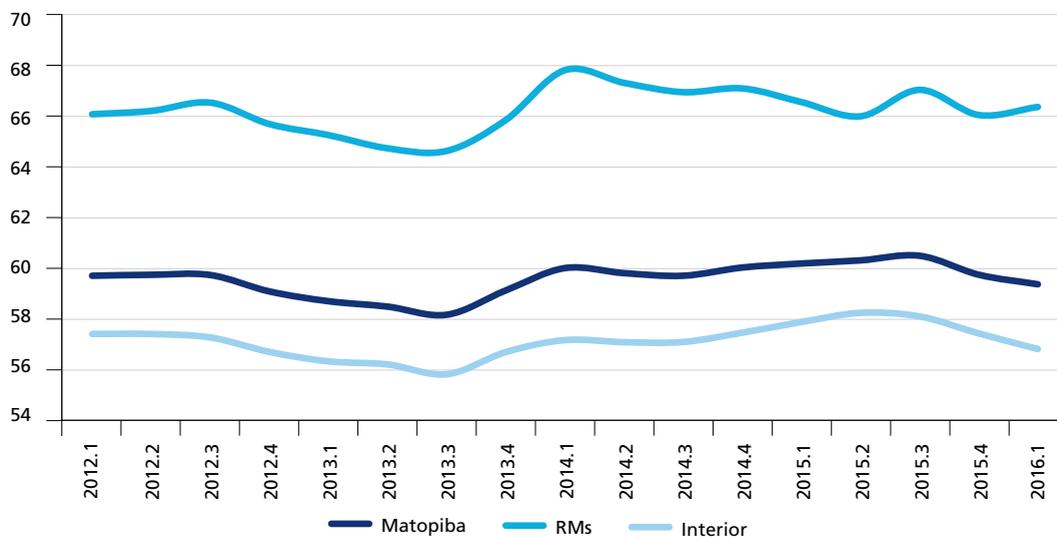
A taxa de atividade, que mostra a proporção de pessoas com 14 anos de idade ou mais incorporadas na força de trabalho, ficou em 59,4% no Matopiba, pouco menor que a do Brasil, de 61,4% no primeiro trimestre de 2016. De acordo com os gráficos 15 e 16, nota-se que a taxa de atividade é maior nas RMs, tanto para o Brasil quanto para o Matopiba. Enquanto no Brasil a taxa de atividade média ficou em torno de 63% nas RMs e 60% no interior no período de 2012 até o primeiro trimestre de 2016, no Matopiba, as RMs tiveram uma taxa de atividade de cerca de 66%, e no interior, de 57%.

GRÁFICO 15
Brasil, RMs e interior: taxa de atividade por trimestre (2012-2016)
 (Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

GRÁFICO 16
Matopiba, RMs e interior: taxa de atividade por trimestre (2012-2016)
 (Em %)

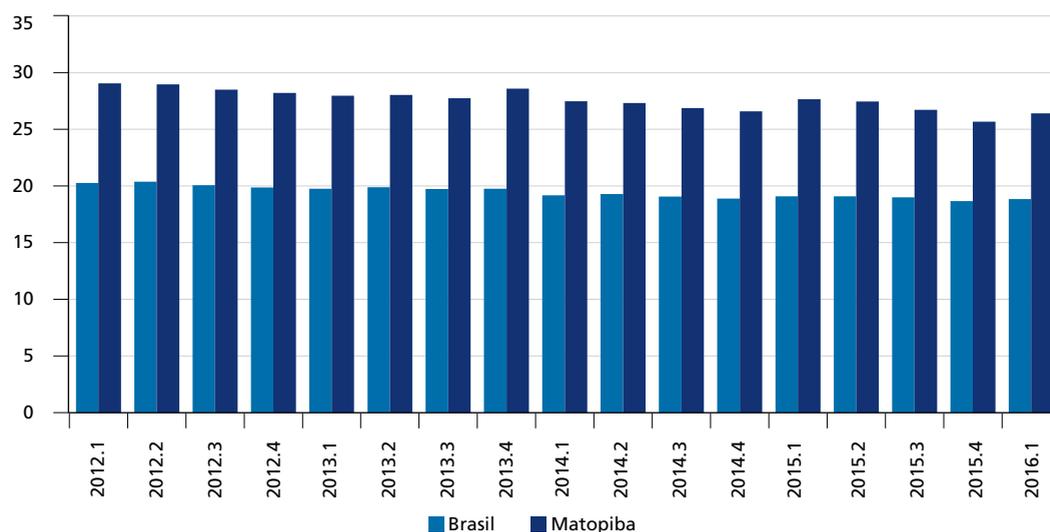


Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

4.8 PO no agronegócio

O gráfico 17 mostra a evolução da participação da PO do agronegócio na PO total do Brasil e do Matopiba. Nota-se que a PO nas atividades relacionadas ao agronegócio veio caindo em praticamente todo o período analisado. No primeiro trimestre de 2012, o agronegócio brasileiro empregava mais de 20% da PO do Brasil e, no primeiro trimestre de 2016, 18,8%. No Matopiba, a participação do agronegócio no mercado de trabalho foi maior que a do Brasil para todo o período, mas também apresentou uma tendência de queda, saindo de uma participação de 29% na PO total do Matopiba em 2012 para 26,4% no primeiro trimestre de 2016.

GRÁFICO 17
Brasil e Matopiba: participação da PO do agronegócio na PO total por trimestre (2012-2016)
(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Nesses quatro anos, o agronegócio brasileiro perdeu cerca de 765,5 mil trabalhadores, ou 4,3% do total de ocupados nesse setor desde 2012. No mesmo período, o número de ocupados no Brasil aumentou em 2,6 milhões de pessoas, ou 3%.

Na região do Matopiba, 268 mil trabalhadores deixaram o agronegócio no período de 2012 a 2016, uma perda de 8,6% do total de ocupados nesse setor. Enquanto isso, a PO total nessa região teve um leve aumento de 0,5%.

Essa tendência de queda da PO do agronegócio ao longo do período analisado causa maior impacto no interior do que nas RMs, já que é onde se concentra a grande maioria dos trabalhadores desse setor: aproximadamente 80% do total dos ocupados no agronegócio brasileiro encontravam-se no interior e apenas 20% nas RMs em todo o período analisado. No Matopiba, 91% dessa PO estavam no interior, e apenas 9% nas RMs.

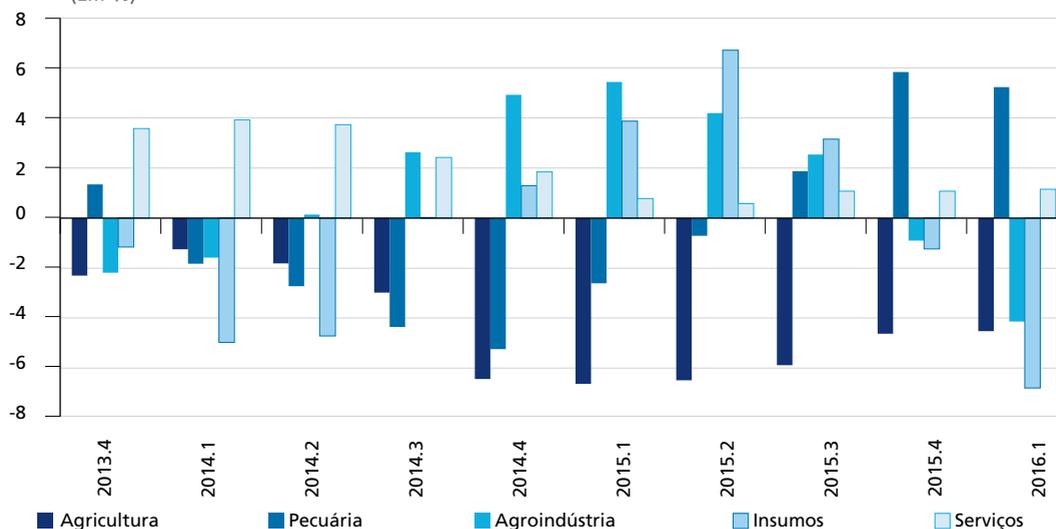
No Brasil, ao analisar os diferentes setores da cadeia do agronegócio (insumos, agricultura, pecuária, agroindústria e serviços), nota-se que apenas a PO na agroindústria e nos serviços apresentaram crescimento médio no período de 2012 a 2016. Enquanto o número de ocupados na agroindústria cresceu a uma taxa anual média de 1,1%, o do setor de serviços expandiu 2% a.a. Nesse mesmo período, a mão de obra na agricultura caiu a uma taxa média anual de 4,3%; e na pecuária e no setor de insumos houve uma leve queda de 0,3% a.a. e 0,4% a.a., respectivamente.

O gráfico 18 mostra as taxas de crescimento da PO em cada um dos setores da cadeia do agronegócio brasileiro para o período analisado. Nota-se uma constante redução da PO na agricultura em todo o período, provável consequência da mecanização crescente no campo com ganhos de produtividade em quase todas as culturas agrícolas. O setor de serviços e agroindústria pode ter absorvido parte dessa mão de obra liberada pela agricultura.

GRÁFICO 18

Brasil: taxa de crescimento da PO nos setores do agronegócio – média móvel de quatro trimestres (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)

(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Em termos relativos, apenas a pecuária e o setor de serviços aumentaram sua participação na PO no agronegócio (tabela 6). A agricultura, apesar de ter reduzido sua participação ao longo do período, ainda foi o setor que concentrou a maior parte da mão de obra do agronegócio (36%) no primeiro trimestre de 2016.

TABELA 6
Brasil: evolução da participação da PO nos setores do agronegócio (2012-2016)
(Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços
2012.1	41,3	16,6	20,4	1,1	20,7
2012.2	40,0	17,8	20,7	1,1	20,4
2012.3	39,7	17,7	21,0	1,1	20,6
2012.4	38,3	18,6	20,7	1,1	21,3
2013.1	38,7	18,1	20,5	1,2	21,5
2013.2	39,3	17,8	20,5	1,1	21,3
2013.3	39,0	18,0	20,3	1,0	21,7
2013.4	39,2	17,9	20,0	1,1	21,8
2014.1	37,8	17,3	21,1	1,1	22,7
2014.2	37,8	17,3	21,7	1,0	22,1
2014.3	37,2	17,5	22,0	1,1	22,2
2014.4	36,4	17,4	22,3	1,2	22,8
2015.1	36,2	18,2	21,8	1,2	22,6
2015.2	36,4	18,0	21,9	1,1	22,6
2015.3	35,7	18,5	22,0	1,1	22,8
2015.4	34,9	19,4	21,2	1,0	23,4
2016.1	36,0	19,4	20,4	1,0	23,3

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

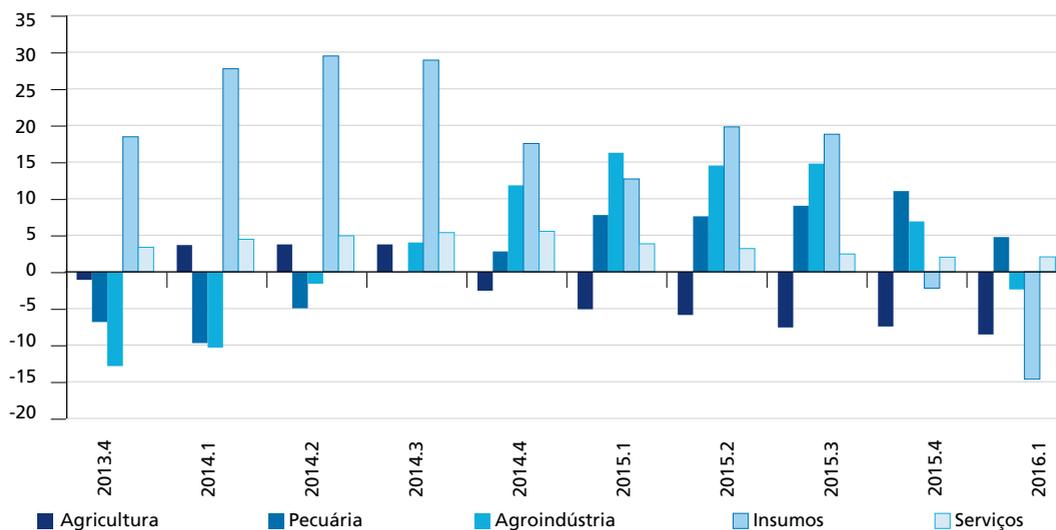
No Matopiba, todos os setores apresentaram um crescimento da PO no período analisado, exceto a agricultura. O setor de insumos foi o que teve a maior taxa de crescimento médio anual no período de 2012 ao primeiro trimestre de 2016 (15,6%), seguido pela agroindústria (4,1%), pelo setor de serviços (3,7%) e, finalmente, pela pecuária (2,1%). A mão de obra ocupada na agricultura teve uma queda anual média de 2,7% no período.

De acordo com o gráfico 19, nota-se o forte crescimento da PO no setor de insumos no Matopiba. No segundo trimestre de 2014, a PO do setor cresceu quase 30% em relação aos quatro trimestres anteriores. As maiores taxas de crescimento da PO no setor de insumos coincidem com o período em que são feitas as compras de fertilizantes pelos produtores rurais (segundo e terceiro trimestres do ano).

GRÁFICO 19

Matopiba: taxa de crescimento da PO nos setores do agronegócio – média móvel de quatro trimestres (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)

(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Assim como no Brasil, a agricultura foi o setor que concentrou a maior parcela da mão de obra do agronegócio no primeiro trimestre de 2016 no Matopiba, seguido pela pecuária (24%), serviços (16,2%), agroindústria (7,2%) e insumos (0,3%). Apesar do setor de insumos ter apresentado altas taxas de crescimento da PO no período analisado, a sua participação relativa no número total de ocupados no agronegócio é muito pequena em relação aos outros setores, ficando entre 0,3% e 0,6% ao longo do período de 2012 a 2016 (tabela 7).

Em resumo, os setores onde o número de ocupados teve maior crescimento no Brasil foram agroindústria e serviços; e no Matopiba, todos os setores, exceto a agricultura, criaram vagas no mercado de trabalho durante o período analisado.

TABELA 7
Matopiba: evolução da participação da PO nos setores do agronegócio (2012-2016)
(Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços
2012.1	59,1	19,7	7,6	0,3	13,3
2012.2	55,9	23,0	7,6	0,3	13,2
2012.3	55,3	22,6	8,4	0,3	13,4
2012.4	54,1	24,1	7,3	0,3	14,2
2013.1	55,0	22,9	7,2	0,3	14,5
2013.2	57,7	21,1	6,5	0,3	14,3
2013.3	56,9	20,7	7,6	0,3	14,5
2013.4	58,2	20,8	6,4	0,5	14,0
2014.1	56,4	21,2	7,0	0,4	15,0
2014.2	55,2	22,2	7,6	0,3	14,7
2014.3	54,9	21,8	7,9	0,4	15,0
2014.4	53,8	22,0	8,2	0,6	15,4
2015.1	52,6	24,0	8,1	0,5	14,7
2015.2	52,3	23,6	8,5	0,5	15,0
2015.3	50,7	24,9	8,5	0,4	15,5
2015.4	50,0	25,2	7,9	0,3	16,6
2016.1	52,3	24,0	7,2	0,3	16,2

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

4.8.1 PO no agronegócio no interior

O agronegócio tem forte peso e impacto no mercado de trabalho do interior, já que é onde a maior parte de seus ocupados está inserida, tanto do Brasil (80%) quanto do Matopiba (91%).

No interior do país, a PO do agronegócio também veio perdendo participação na PO total do interior, caindo de 28,1% no primeiro trimestre de 2012 para 25,8% quatro anos depois. Nesse período, o número de ocupados no interior do Brasil cresceu a uma taxa média anual de 1,2%, mas no agronegócio caiu 1,2% a.a.

Entre os setores da cadeia do agronegócio no interior do país, insumos (2,8% a.a.), agroindústria (2,7% a.a.) e serviços (2,6% a.a.) foram os que tiveram maior crescimento da PO no período analisado. A agricultura apresentou uma queda no número de ocupados (-4,4% a.a.), assim como a pecuária (-0,3% a.a.), mas em menor intensidade.

No interior do Matopiba, o movimento também foi de queda da participação do agronegócio na PO total. O agronegócio chegou a empregar 37% da mão de obra disponível no primeiro trimestre de 2012. Foi perdendo participação, entretanto, e, após quatro anos, respondia por 33,6% das pessoas ocupadas no interior da região do Matopiba. Por ser uma região de fronteira agrícola, note-se que a participação da PO no agronegócio é bem superior que a do Brasil.

A agricultura foi o único setor do agronegócio no interior do Matopiba a registrar queda na PO, de aproximadamente 2,7% a.a. O setor de insumos foi o que teve o maior crescimento (18,7% a.a.), seguido pela agroindústria (6% a.a.), serviços (4,2% a.a.) e pecuária (1,9% a.a.).

4.9 Rendimento médio da PO

Os rendimentos nominais foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Como a Pnad Contínua tem abrangência nacional, o IBGE definiu índices de preços para todas as UFs. Para aquelas que já têm levantamento de índice de preços, este foi estendido para todos os municípios desse estado. Para as áreas em que não é feito o levantamento de índice de preços, foram definidos índices ponderados de preços. Neste trabalho foi usado um deflator para o Brasil (deflator Brasil – IPCA Brasil) e outro para o Matopiba (deflator Nordeste – IPCA Nordeste). Os rendimentos analisados foram os rendimentos reais (a preços de 2016) de todos os trabalhos na semana de referência da pesquisa.

Analisando os rendimentos no setor do agronegócio brasileiro no período de 2012 a 2016, observa-se que a renda média do setor cresceu durante todo o período analisado. Desde 2012, o ritmo médio de expansão dos rendimentos da PO no agronegócio foi de cerca de 2,1% a.a. no Brasil (tabela 8). O salário médio no agronegócio brasileiro em 2012 era de aproximadamente R\$ 1.208,00; e no primeiro trimestre de 2016, de cerca de R\$ 1.278,00.

Ainda de acordo com os dados da tabela 8, os segmentos da agricultura (2,1% a.a.) e pecuária (3,4% a.a.) foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento da renda, mas foram também os que tinham os menores salários de todo o agronegócio nacional.

TABELA 8

Brasil: taxa de crescimento do rendimento médio nos setores do agronegócio – média móvel de quatro trimestres (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)
(Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços	Agronegócio
2013.4	3,0	4,8	4,8	-3,4	3,0	4,2
2014.1	2,6	8,3	5,1	1,8	2,9	4,7
2014.2	3,4	8,9	2,2	0,2	1,6	4,0
2014.3	3,1	7,6	-1,2	3,6	0,0	2,6
2014.4	4,5	4,1	-2,5	7,4	-0,5	2,5
2015.1	4,3	2,5	-2,6	2,3	-1,1	1,7
2015.2	2,4	0,7	-2,9	3,5	-0,5	1,1
2015.3	1,1	-0,2	-0,3	1,5	-0,3	1,1
2015.4	-0,8	-0,6	2,6	-0,1	-1,7	0,3
2016.1	-2,6	-1,7	2,9	-1,2	-2,8	-0,8
Crescimento médio a.a.	2,1	3,4	0,8	1,6	0,1	2,1

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

No Matopiba, o ritmo médio de expansão dos rendimentos da PO no agronegócio foi de cerca de 1,8% a.a. (tabela 9). Em valores reais, entretanto, o salário médio, que era de R\$ 573,00 em 2012, estava no mesmo valor no primeiro trimestre de 2016.

No Matopiba, também foi a agricultura (1,5% a.a.) que apresentou a maior taxa de crescimento médio dos rendimentos, seguido por agroindústria (0,5% a.a.) e serviços (0,2% a.a.). Apesar do maior crescimento da renda ter ocorrido na agricultura na região do Matopiba, esse segmento, assim como no Brasil, é o que tem a menor renda entre todos os setores do agronegócio. Como o Matopiba é uma região de fronteira agrícola, existe ainda um grande número de áreas recém-abertas ou em processo de abertura, estágio em que se ocupa mais mão de obra de baixa qualificação e, portanto, com menores salários.

TABELA 9

Matopiba: taxa de crescimento do rendimento médio nos setores do agronegócio – média móvel de quatro trimestres (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)
(Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços	Agronegócio
2013.4	-0,1	-4,6	6,9	-7,2	1,4	0,6
2014.1	-0,2	-1,7	15,0	-18,6	0,2	1,0
2014.2	-0,1	0,7	9,9	-20,2	1,3	1,7
2014.3	1,9	-0,1	2,5	-18,9	0,8	1,4
2014.4	7,9	4,2	0,0	0,2	-0,6	5,5
2015.1	6,9	3,8	-12,1	-5,9	0,7	4,0
2015.2	6,9	-0,2	-14,3	-3,6	1,5	3,2
2015.3	3,2	1,1	-5,8	7,4	0,6	3,4
2015.4	-4,2	-4,2	-2,1	-2,3	-0,7	-1,1
2016.1	-7,1	-3,8	4,4	-0,6	-3,1	-2,1
Crescimento médio a.a.	1,5	-0,5	0,5	-7,0	0,2	1,8

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

A pecuária (-0,5% a.a.) apresentou uma leve queda no rendimento, mas foi no setor de insumos (-7% a.a.) que a renda mais caiu e mais variou ao longo do período analisado no Matopiba. Os períodos de picos de salário no setor de insumos foram sempre observados nos últimos trimestres dos anos (entre outubro e março), na época de safra, quando há aumento das atividades nesse setor, devido a maior entrega de fertilizantes e defensivos nas revendas agrícolas, empresas de químicos e cooperativas. Além disso, as empresas de agroquímicos aumentam a contratação de pessoas nessa época para acompanhamento da safra com produtores, os representantes técnicos de vendas (RTVs). Outra hipótese para a queda do rendimento do setor de insumos no Matopiba pode ser explicada pelo chamado salário de fronteira, que anteriormente (até 2012-2013) era oferecido por algumas empresas de agroquímicos. Como poucos profissionais estavam dispostos a trabalhar em áreas mais distantes e de fronteira agrícola como o Matopiba, essas empresas ofereciam esse adicional ao salário dos que aceitavam se mudar para essas regiões. Atualmente, como essas regiões já estão mais desenvolvidas, não há mais o salário de fronteira.

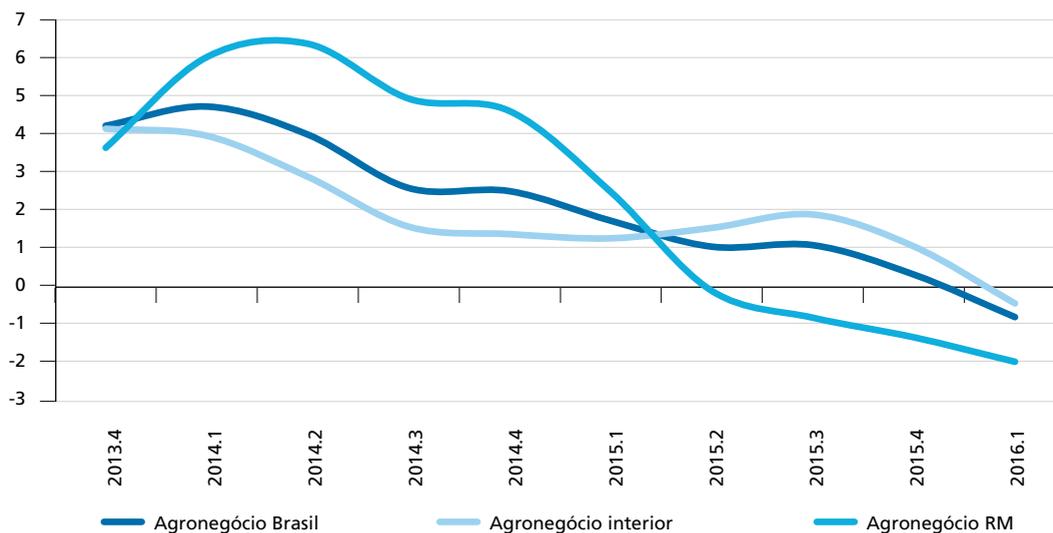
Ao analisar o agronegócio no interior e nas RMs do país, observa-se que a taxa média de crescimento da renda no interior foi de 1,9% a.a., pouco menor que a do Brasil; e nas RMs, de 2,4% a.a. Apesar de os rendimentos nas RMs terem crescido mais que no interior, após 2015 a renda média sofre uma desaceleração bem mais intensa

nessas localidades. O gráfico 20 mostra o comportamento mais estável do rendimento médio no interior do país do que nas RMs. A agropecuária é o setor de maior peso no agronegócio, e esse setor tende a sentir menos as variações da economia do país. Sendo assim, quando a economia está aquecida, a agropecuária responde menos a esse estímulo de crescimento, mas quando há uma recessão, o setor também parece ser o último a sentir os seus impactos. O gráfico 20 ilustra esse comportamento no agronegócio do interior do país, onde tanto a agropecuária como o agronegócio têm maior representatividade.

GRÁFICO 20

Brasil: taxa de crescimento do rendimento médio no agronegócio – média móvel de quatro trimestres (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)

(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

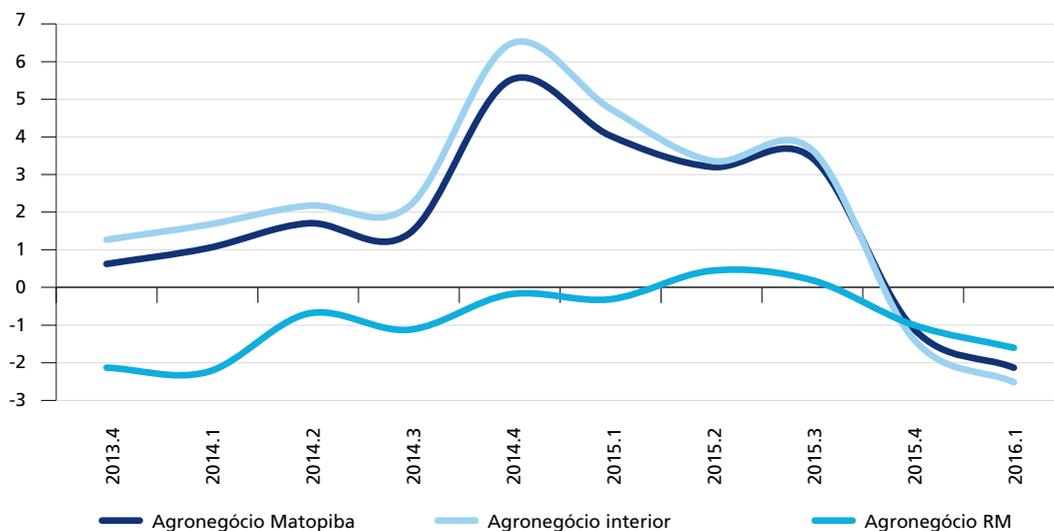
Além disso, essa queda mais acentuada nas RMs pode ser um reflexo da queda da renda nos setores da agroindústria e serviços, mais representativos nessas regiões do que no interior do país, onde a agropecuária tem maior peso. No último trimestre pesquisado de 2016, 27% da PO no agronegócio das RMs brasileiras estavam concentradas no setor da agroindústria, e 56% no setor de serviços. Como o rendimento médio caiu principalmente nesses setores (tabela 8), o rendimento médio do agronegócio nas RMs tende a acompanhar esse movimento.

No Matopiba, os rendimentos no agronegócio tiveram um crescimento médio de 2,2% a.a. no interior, mas observa-se uma pequena queda nas RMs, de 0,9% a.a. O gráfico 21 mostra esse crescimento mais intenso no interior, chegando a aumentar 6,5% no último trimestre de 2014, em comparação aos quatro últimos trimestres.

GRÁFICO 21

Matopiba: taxa de crescimento do rendimento médio no agronegócio – média móvel de quatro trimestres (4º trimestre/2013-1º trimestre/2016)

(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

A desaceleração observada na taxa de crescimento do agronegócio no interior do Matopiba pode estar relacionada ao fenômeno El Niño, que influenciou a safra 2015-2016, devido à falta de água e à má distribuição de chuvas nessa região. O problema se acentua na presença de solos arenosos e áreas novas de plantio, com histórico recente de cultivo. Segundo o último levantamento da safra de grãos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), publicado em agosto de 2016, estima-se uma queda de 36% na produção de grãos do Matopiba, saindo de uma produção de 19,5 milhões de toneladas na safra passada (2014-2015), para uma estimativa de 12,5 milhões de toneladas na safra 2015-2016. A produtividade da região também deve cair em média 33%, também segundo dados da Conab.¹⁹

19. Sobre o 11º levantamento de safra, agosto de 2016, ver: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

Os baixos salários na agricultura e na pecuária decorrem, provavelmente, do alto grau de informalidade nesses setores, aliado a uma mão de obra pouco qualificada. As faixas de rendimento na agricultura e pecuária foram menores que o rendimento de todos os outros setores para todo o período analisado, tanto no Brasil como no Matopiba, e tanto nas RMs como no interior.

O setor de insumos foi o que teve o maior rendimento médio em valores reais de todo o segmento do agronegócio, em todo o período, tanto no Brasil quanto no Matopiba, e tanto nas RMs quanto no interior. No Brasil, enquanto a renda média no setor de insumos foi de R\$ 2.540,00, na agricultura foi de R\$ 814,00 no primeiro trimestre de 2016. Na mesma base de comparação, o setor de insumos no Matopiba teve uma remuneração média de R\$ 1.545,00, enquanto na agricultura a renda foi R\$ 352,00. Esses valores mostram a grande diferença entre o rendimento médio nos setores do agronegócio, tanto no Brasil como no Matopiba.

Nas RMs, os rendimentos são mais elevados quando comparados com os do interior, tanto para o Brasil quanto para o Matopiba, em todos os setores do agronegócio. No Brasil, a agricultura teve um rendimento médio nas RMs 31% maior do que no interior no primeiro trimestre de 2016. Para a pecuária, a renda média foi 69% maior nas RMs; para a agroindústria, 43%; e para insumos e serviços, 38%. No caso do Matopiba, esses valores ficam ainda mais discrepantes: a agricultura teve rendimento médio nas RMs 77% superior ao rendimento do interior; a pecuária, 64%; a agroindústria, 80%; e os insumos e serviços tiveram rendimento médio cerca de 50% maior nas RMs.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar a evolução e o desempenho do mercado de trabalho no agronegócio, tanto para o Brasil quanto para a região do Matopiba. Para tal, foram analisados os microdados da Pnad Contínua do IBGE, de abrangência nacional e início em 2012. Embora as séries históricas disponibilizadas por esta pesquisa ainda sejam curtas, os dados permitiram gerar respostas para as sete perguntas propostas na introdução do trabalho.

Os parágrafos a seguir apresentarão uma síntese da resposta encontrada para cada pergunta.

Onde houve maior contração da PD, no Brasil ou no Matopiba, nas RMs ou no interior?

De acordo com os números da Pnad Contínua do IBGE, há evidências de que o mercado de trabalho no interior estava mais aquecido do que nas RMs durante o período pré-crise (de 2012 a 2014). Em ambas as regiões, a PD encolheu ao longo do período, porém com uma intensidade maior no interior (-17,0% acumulado entre o primeiro trimestre de 2012 e o quarto trimestre de 2014) do que nas RMs (-12,9%). A partir do período de crise (a partir de 2015), em ambas as regiões, a PD tem aumentado, porém, na mesma intensidade; no interior, a PD cresceu 39,7% entre o primeiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2016; e nas RMs, 39,8%.

Embora a tendência da PD tenha sido semelhante nos dois períodos analisados para ambas as regiões (contração no período pré-crise e expansão durante a crise), a taxa de desocupação foi estruturalmente menor no interior. Em outras palavras, em todos os trimestres analisados, a taxa de desocupação nas RMs foi maior. Por fim, em ambas as regiões, a trajetória de contração da PD é revertida no mesmo período, no quarto trimestre de 2014.

À primeira vista, a dinâmica do mercado de trabalho no Matopiba foi semelhante àquela observada na economia brasileira: contração da PD entre 2012 e 2014 e elevação a partir de 2015 (tabela 2), além de uma taxa de desocupação estruturalmente menor no interior do que nas RMs. Ao desagregar os números da Pnad Contínua, fica claro, todavia, que o desempenho do mercado de trabalho no Matopiba apresentou características bastante particulares. Diferente do que aconteceu no Brasil, a PD nas RMs do Matopiba cresceu ao longo de todo o período analisado (2012-2016). Ou seja, a contração da PD observada entre 2012 e 2014 na região, na verdade, reflete a dinâmica do mercado de trabalho no interior do Matopiba, cuja contração da sua PD (11,4% a.a., em média, entre 2012 e 2014) mais do que compensou a expansão observada nas RMs (4,2% a.a., em média, no mesmo período). No período de crise, a PD cresceu em todo o Matopiba, seja no interior, seja em suas RMs.

A recente expansão da PD no Brasil e no Matopiba reflete uma contração na PO ou uma volta da PIA ao mercado de trabalho?

De acordo com os números da Pnad Contínua, a PO parou de crescer somente no segundo semestre de 2015, tanto no Brasil quanto no Matopiba, enquanto a PD tem

aumentado desde o final de 2014 (como visto anteriormente). Esse descompasso, portanto, é explicado pela expansão da força de trabalho disponível na economia brasileira e no Matopiba – embora, na média, em ritmo mais acelerado no caso desta região. Em outras palavras, a forte expansão da PD observada não está associada apenas à destruição de postos de trabalho, mas, sim, principalmente, à volta de parte da PIA ao mercado de trabalho.

Conforme já adiantado, a expansão da PD no Brasil e no Matopiba se deu mais devido à expansão da força de trabalho do que à contração da PO. Essa dinâmica se deu de forma praticamente homogênea tanto no interior do Matopiba (2,0% a.a., em média, entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro trimestre de 2016) quanto nas suas RMs (2,0% a.a.). No caso brasileiro, porém, a expansão da força de trabalho se deu com maior intensidade no interior (1,6% a.a.), e não nas RMs (1,1% a.a.).

Onde o mercado de trabalho conseguiu atrair mais a PIA, no Matopiba ou no total da economia brasileira?

Assim como a PO na força de trabalho (antiga PEA), a população fora da força de trabalho (antiga Pnea) também cresceu no período, porém com maior intensidade no Brasil (1,7% a.a., em média, entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro trimestre de 2016) e com menor intensidade no Matopiba (0,3% a.a., em média, no mesmo período). Em outras palavras, esses números refletem que, enquanto uma fração crescente da PIA saía do mercado de trabalho no Brasil, uma fração crescente passava a integrar o mercado de trabalho no Matopiba.

Por trás desses movimentos, há uma saída mais intensa da PIA do mercado de trabalho nas RMs tanto no Brasil quanto no Matopiba – embora, no primeiro, em uma intensidade bem maior (2,1% a.a., em média, entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro trimestre de 2016) do que no último, com 0,5% a.a., em média. Limitando a análise ao interior, tanto no Brasil quanto no Matopiba, na média, o crescimento da força de trabalho (respectivamente, 1,4% a.a. e 2,0% a.a., em média, entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro trimestre de 2016) foi maior do que a expansão da população fora da força de trabalho. Ou seja, o mercado de trabalho no interior, seja o brasileiro, seja o do Matopiba, conseguiu atrair uma fração crescente da população em idade disponível, diferente do que aconteceu nas RMs.

Qual é a participação das RMs no mercado de trabalho do agronegócio e das atividades agropecuárias?

É importante ter claro que a participação das RMs no mercado de trabalho do agronegócio ou das atividades agropecuárias é muito limitada. No caso brasileiro, as RMs respondem por menos de 20% da PO no agronegócio e por menos de 6% da PO nas atividades agropecuárias. Essa concentração da PO fora das RMs é ainda mais intensa no Matopiba, respondendo por apenas 9,4% da PO no agronegócio e por 2,6% da PO nas atividades agropecuárias. Diante do exposto, as análises a seguir se concentrarão muito mais no mercado de trabalho do interior do que no das RMs.

Para onde foi a mão de obra liberada pelas atividades agropecuárias? Os movimentos observados no Matopiba foram semelhantes àqueles observados na economia brasileira?

Entre 2012 e 2015, enquanto a economia brasileira cresceu, em média, 0,3% a.a., segundo o IBGE, o agronegócio brasileiro cresceu, em média, 11% a.a., de acordo com o Cepea. Como se observou, esta expansão se deu com poupança de mão de obra, por meio de tecnologias intensivas em capital, que, por sua vez, aumentaram a produtividade do setor (Vieira Filho, 2016; Gasques *et al.*, 2016; Buainain e Garcia, 2016). No Brasil, esse movimento permitiu que a mão de obra liberada pelas atividades agropecuárias fosse incorporada no setor de serviços, tanto nas RMs quanto no interior, e no setor industrial (mas não na agroindústria), porém, apenas no interior – nas RMs, também houve contração da PO no setor industrial ao longo de praticamente todo o período analisado.

No Matopiba, o agronegócio também liberou mão de obra para os demais setores da economia praticamente ao longo de todo o período analisado. Assim como na economia brasileira, no interior do Matopiba essa mão de obra encontrou ocupação tanto nas atividades industriais quanto no setor de serviços. Nas RMs, todavia, essa mão de obra foi incorporada apenas no setor de serviços.

Como, de acordo com os números da Pnad Contínua, durante o período pré-crise, a taxa de desocupação caiu no interior, tanto o do Brasil quanto o do Matopiba, há evidências para sustentar a hipótese de que a mão de obra liberada pelas atividades agropecuárias encontrara oportunidades de trabalho na indústria e no setor de serviços.

É nesse sentido que Alves e Rocha (2010) mostraram a importância de se estudar o Nordeste brasileiro, região que concentra grande parte da pobreza rural, e que ainda enfrentará intensamente o êxodo rural nos próximos anos. Para esses autores, é necessário planejar a economia de modo a incorporar a parcela da população que sairá das atividades agropecuárias para outros setores de atividades econômicas. Infelizmente, como os dados mais recentes sobre o PIB municipal se referem ao ano de 2013, não é possível cruzar os números do mercado de trabalho com os dados sobre a atividade econômica do interior a fim de verificar se foi a geração de renda das atividades agropecuárias que aqueceu o setor de serviços dessas regiões. Será possível, todavia, avaliar qual foi a contribuição da agroindústria para aquecer o mercado de trabalho nas atividades industriais no interior, seja no país, seja no Matopiba.

De que forma o agronegócio impactou o mercado de trabalho no Matopiba?

Assim como na economia brasileira, no Matopiba, a PO nas atividades que compõem o agronegócio encolheu, de forma geral, ao longo de todo o período analisado (do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2016). Enquanto, de acordo com os números da Pnad Contínua, no primeiro trimestre de 2012, o agronegócio brasileiro gerava ocupação para 17,8 milhões de brasileiros, ao final do primeiro trimestre de 2016, esse número reduziu para 17 milhões. Com isso, a participação do agronegócio na PO na economia brasileira contraiu de 20,2% (primeiro trimestre de 2012) para 18,8% (primeiro trimestre de 2016). Essa dinâmica foi semelhante no Matopiba. Enquanto, no primeiro trimestre de 2012, o agronegócio respondia por 29,0% do total da PO na região (3,1 milhões de pessoas), no primeiro trimestre de 2016 essa participação encolheu para 26,4% (2,8 milhões de pessoas).

Desagregando pelos principais segmentos do agronegócio (agricultura, pecuária, agroindústria, indústria de insumos de produção e setor de serviços), a contração da PO no agronegócio brasileiro se deu principalmente na agricultura (de 7,3 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2012 para 6,1 milhões no primeiro trimestre de 2016). Com isso, a participação da agricultura no total da PO no agronegócio contraiu de 41,3% (primeiro trimestre de 2012) para 36,0% (primeiro trimestre de 2016). Apesar dessa contração, a agricultura continua sendo o segmento que responde pela maior fração da PO no agronegócio brasileiro, seguido do setor de serviços (23,3%), da agroindústria (20,4%), da pecuária (19,4%) e do setor de insumos (1,0%). Na realidade,

apenas a PO no setor de serviços associados ao agronegócio registrou taxas positivas de crescimento ao longo do período.

A dinâmica observada no agronegócio brasileiro não difere muito daquela observada para o Matopiba. A agricultura continua sendo o segmento que responde pela maior fração da PO no setor (52,3% no primeiro trimestre de 2016); não obstante essa participação ser ainda maior no primeiro trimestre de 2012 (59,1%). Ou seja, a PO na agricultura nessa região encolheu de 1,8 milhão de pessoas (primeiro trimestre de 2012) para 1,5 milhão (primeiro trimestre de 2016). Embora essa contração tenha sido observada na agroindústria da região (de 236 mil para 203 mil pessoas no mesmo período), houve expansão na PO na pecuária (de 609 mil para 679 mil), no setor de serviços (de 413 mil para 457 mil) e na indústria de insumos (de 8 mil para 10 mil). Apesar desse crescimento, a expansão nesses segmentos não foi suficiente para compensar a contração na agricultura, o que levou à redução da PO no agronegócio no Matopiba ao longo do período, conforme já discutido.

É importante destacar que a contração da PO no agronegócio, tanto no Brasil quanto no Matopiba, se deu de forma generalizada, isto é, no interior e também nas RMs. No caso brasileiro, a PO no agronegócio no interior contraiu de 14,4 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2012 para 13,7 milhões no primeiro trimestre de 2016; e nas RMs, de 3,42 milhões para 3,38 milhões no mesmo período. No Matopiba, essa contração foi de 2,8 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2012 para 2,6 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2016, no interior; e nas RMs, de 279 mil pessoas para 265 mil, ao longo do mesmo período.

Desagregando pelos principais segmentos do agronegócio no interior do Brasil, houve contração da PO apenas na agricultura, ficando praticamente estagnada na agroindústria, mas crescendo na pecuária, na indústria de insumos e no setor de serviços. Apesar da expansão nesses segmentos, a contração na agricultura, todavia, reduziu a PO no agronegócio no interior do país. Essa dinâmica foi semelhante no interior do Matopiba, com contração da PO na agricultura e na agroindústria, estagnação no setor de insumos e expansão na pecuária e no setor de serviços (tabela A.9 do anexo). Como observado por Alves e Souza (2015), em muitos casos o êxodo rural é sinônimo de progresso, já que é um indício de maior tecnificação no campo, o que, conseqüentemente, reduz a PO. Esses autores mostram que pequenos produtores também podem crescer,

porém, enfrentam barreiras institucionais e imperfeições de mercado maiores do que a produção de maior porte, modelo característico do Cerrado nordestino, como mostrado por Buainain e Garcia (2016). Assim como no interior brasileiro, a contração da PO na agricultura foi a principal responsável pela redução da PO no agronegócio no interior do Matopiba. Em ambos os casos (interior do Brasil e interior do Matopiba), apesar da contração, a maior parte da PO no agronegócio continuou na agricultura (42,5% no Brasil e 56,2% no Matopiba no primeiro trimestre de 2016).

De acordo com os dados da Pnad Contínua, entre o primeiro semestre de 2012 e o primeiro semestre de 2016, enquanto a PO na economia brasileira cresceu praticamente ao longo de todo o período (em média, 1,0% a.a.), a PO no agronegócio nacional encolheu em praticamente todo o período (em média, -1,1% a.a.). Embora os números sugiram que o mercado de trabalho no Matopiba estava mais aquecido, a dinâmica observada foi a mesma, apenas com intensidades distintas: enquanto a PO nessa região cresceu praticamente ao longo de todo o período analisado (em média, 1,8% a.a.), no agronegócio local a PO encolheu (em média, -0,2% a.a.), puxada por uma contração a partir de 2015. Assim como no Brasil, a contração da PO no agronegócio do Matopiba foi puxada pela redução dos postos de trabalho na agricultura, e só não foi ainda mais intensa devido à expansão da PO no setor de serviços e na indústria de insumos. Dado o maior peso que o agronegócio tem no mercado de trabalho fora das RMs, essa dinâmica se repetiu tanto no interior do Brasil quanto no do Matopiba.

*O rendimento médio cresceu mais no agronegócio ou no restante da economia?
A dinâmica observada no Brasil vale também para o Matopiba?*

Entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro trimestre de 2016, na média, o rendimento médio de todos os trabalhos no agronegócio foi estruturalmente menor do que no restante da economia, seja no Brasil, seja no Matopiba, no interior ou nas RMs. Embora o rendimento médio no agronegócio seja menor que no total da economia, o seu ritmo de expansão foi semelhante ao restante da economia brasileira, desacelerando desde 2012. Todavia, enquanto no geral da economia do Matopiba (seja como um todo, ou mesmo no interior), o ritmo de expansão do rendimento médio tenha desacelerado desde 2012, no agronegócio (no Matopiba ou apenas no seu interior), o rendimento médio expandiu até 2014 ou 2015, desacelerando e, posteriormente, retraindo desde então. Dada a dinâmica apresentada ao longo do período analisado, na média, o rendimento médio da PO no agronegócio cresceu em um ritmo mais

acelerado no Brasil (seja no interior, seja nas RMs) e no interior do Matopiba. Isto é, apenas nas RMs do Matopiba o rendimento médio do agronegócio expandiu a uma taxa menor do que a do restante da economia.

Entre os segmentos do agronegócio, os menores rendimentos estão, estruturalmente, na agricultura e na pecuária, enquanto os maiores estão na indústria de insumos e no setor de serviços, seja no Brasil, seja no Matopiba, no interior ou nas RMs. Entretanto, apesar dessas características, foi justamente na agricultura e na pecuária que os rendimentos, na média, mais cresceram no período, com exceção do interior do Matopiba, onde foram os rendimentos da indústria de insumos e da agroindústria que mais cresceram.

A evolução do mercado de trabalho no Matopiba revela uma dinâmica bastante particular e positiva. Nessa região, o agronegócio conseguiu cumprir dois importantes papéis: de um lado, ao aumentar a sua produtividade, conseguiu gerar um volume crescente de renda; de outro, como esse ganho de produtividade foi realizado por meio da incorporação de tecnologias e procedimentos poupadores de mão de obra, o universo agro liberou força de trabalho para os demais setores da economia. Em outras palavras, ao menos considerando os movimentos no mercado de trabalho no Matopiba, o agronegócio cumpriu o seu papel de agente dinamizador da economia, gerando renda e criando demanda para o setor de serviços e liberando mão de obra para que essa demanda pudesse ser atendida. Em trabalhos futuros, é importante avaliar se essa dinâmica foi observada em outras regiões e, principalmente, quais cadeias do agronegócio brasileiro têm os maiores efeitos multiplicadores sobre as economias onde estão situadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? *In*: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. cap. 11, p. 275-290.

ALVES, E.; SOUZA, G. Pequenos estabelecimentos também enriquecem? Pedras e troços. **Revista de Política Agrícola**, v. 24, n. 3, p. 7-21, 2015.

BALSADI, O. V. **O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período de 1992-2004 e suas diferenciações regionais**. 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2007.

BALSADI, O. V.; GRAZIANO, F. J. S. A polarização da qualidade do emprego na agricultura brasileira no período 1992-2004. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 493-524, dez. 2008.

BARBOSA FILHO, F. H.; MOURA, R. L. **Evolução recente da informalidade no Brasil: uma análise segundo características da oferta e demanda de trabalho**. São Paulo: Ibre/FGV, ago. 2012. (Texto de Discussão, n. 17).

BARROS, G. S. C.; SILVA, A. F.; FACHINELLO, A. L. **PIB do agronegócio brasileiro – comentários metodológicos**. Piracicaba: Cepea/Esalq/USP, nov. 2014.

BEZERRA, E.; ELIAS, D. **Difusão do trabalho agrícola formal no Brasil e sua dinâmica multiescalar**. Ciudad de México: Unam, 2011. p. 104-117. (Investigaciones Geográficas, n. 76).

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. Introdução: emprego e trabalho na agricultura brasileira. *In: _____*. (Org.). **Emprego e trabalho na agricultura brasileira**. Brasília: Iica, 2008.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Crescimento da agricultura no Cerrado nordestino: fatores condicionantes, limites e resultados socioeconômicos. *In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade*. Brasília: Ipea, 2016. cap. 4, p. 109-142.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. Dieese, out. 2014. (Estudos e Pesquisas, n. 74).

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. R. P. Crescimento da agricultura e produtividade da mão-de-obra no Brasil. *In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. (Org.). Emprego e trabalho na agricultura brasileira*. Brasília: Iica, 2008. p. 197-213.

GASQUES, J. G. *et al.* Produtividade da agricultura brasileira: a hipótese da desaceleração. *In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade*. Brasília: Ipea, 2016. cap. 5, p. 143-164.

HOFFMAN, R. Desigualdade e polarização entre empregados na agricultura brasileira: 1992-2007. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2, ago. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182009000200008>>.

KUBRUSLY, L. S. A população ocupada e a renda no Brasil: encontros e desencontros. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 567-600, dez. 2011.

LEONTIEF, W. W. **The structure of the American economy**. 2nd ed. New York: Oxford University Press, 1951.

MAIA, A. G.; SAKAMOTO, C. S. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. *In*: BUAINAIN, A. M. *et al.* (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. 1. ed. Brasília: Embrapa, 2014. p. 591-620.

MONTOYA, M. A. *et al.* **Consumo de energia, emissões de CO₂ e a geração de emprego e renda no agronegócio brasileiro: uma análise insumo-produto**. São Paulo: USP, jul. 2013. (TD Nereus, n. 07-2013).

MORAES, A. C. P. *et al.* Análise do mercado de trabalho no agronegócio no Brasil a partir dos microdados das Pnads entre 2002 e 2013. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 45, n. 4, jul./ago. 2015.

NAVARRO, Z. O mundo rural no novo século (um ensaio de interpretação). *In*: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016. cap. 1, p. 25-63.

OLIVEIRA, F. C. R. de. **Ocupação, emprego e remuneração na cana-de-açúcar e em outras atividades agropecuárias no Brasil: de 1992 a 2007**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2009.

PERES, F. **Saúde, trabalho e ambiente no meio rural brasileiro**. Rio de Janeiro: Ensp/Fiocruz, 2009.

VELOSO, F.; MATOS, S.; COELHO, B. **A produtividade do trabalho no Brasil: uma análise setorial**. São Paulo: Ibre/FGV, set. 2015. (Texto de Discussão, n. 85).

VIEIRA FILHO, J. E. R. A fronteira agropecuária brasileira: redistribuição produtiva, efeito poupa-terra e desafios estruturais logísticos. *In*: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016. cap. 3, p. 89-108.

ANEXO

DADOS GERADOS

TABELA A.1
População desocupada (PD)
(Por mil pessoas)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	Regiões metropolitanas (RMs)	Interior	Total	Regiões metropolitanas (RMs)	Interior
2012.1	7.602	3.466	4.136	1.193	393	800
2012.2	7.287	3.429	3.859	1.193	427	766
2012.3	6.856	3.349	3.507	1.109	385	724
2012.4	6.653	3.144	3.509	1.114	372	742
2013.1	7.755	3.573	4.182	1.360	472	888
2013.2	7.271	3.408	3.863	1.232	444	788
2013.3	6.796	3.328	3.468	1.087	403	684
2013.4	6.052	2.986	3.066	936	365	571
2014.1	7.049	3.314	3.735	1.172	480	692
2014.2	6.767	3.347	3.420	1.090	463	627
2014.3	6.705	3.251	3.454	1.038	422	616
2014.4	6.452	3.019	3.433	1.050	413	637
2015.1	7.934	3.644	4.290	1.268	496	772
2015.2	8.354	3.829	4.525	1.369	539	830
2015.3	8.979	4.116	4.863	1.383	552	831
2015.4	9.073	4.124	4.949	1.306	479	827
2016.1	11.089	5.095	5.994	1.667	602	1.065

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.2
PD: variação acumulada em quatro trimestres
(Em %)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2013.4	-1,8	-0,7	-2,9	0,1	6,8	-3,3
2014.1	-4,8	-3,4	-6,1	-7,3	2,2	-12,4
2014.2	-6,6	-3,7	-9,1	-11,0	2,2	-18,1
2014.3	-6,7	-4,1	-9,0	-11,6	2,3	-19,2
2014.4	-3,2	-2,7	-3,7	-5,7	5,6	-12,3
2015.1	2,5	1,7	3,3	0,4	6,0	-3,0
2015.2	10,4	5,9	14,7	10,3	9,4	10,9
2015.3	19,4	13,3	25,1	19,7	15,7	22,5
2015.4	27,3	21,5	32,7	22,5	16,2	26,8
2016.1	34,6	29,4	39,3	28,8	21,1	34,0
Crescimento médio	7,1	5,7	8,4	4,6	8,7	2,6

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.3
Taxa de desocupação total
(Em %)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	7,9	8,6	7,5	10,1	11,3	9,5
2012.2	7,5	8,4	6,9	10,0	12,2	9,1
2012.3	7,1	8,2	6,3	9,3	10,9	8,6
2012.4	6,9	7,7	6,3	9,4	10,6	8,9
2013.1	8,0	8,6	7,5	11,5	13,5	10,7
2013.2	7,4	8,2	6,9	10,5	12,8	9,5
2013.3	6,9	8,0	6,2	9,2	11,6	8,3
2013.4	6,2	7,2	5,4	7,8	10,3	6,8
2014.1	7,2	8,0	6,6	9,6	13,1	8,1
2014.2	6,8	8,0	6,0	8,9	12,6	7,3
2014.3	6,8	7,8	6,0	8,5	11,6	7,2
2014.4	6,5	7,2	6,0	8,5	11,2	7,3
2015.1	7,9	8,7	7,4	10,2	13,6	8,8
2015.2	8,3	9,1	7,8	10,9	14,8	9,4
2015.3	8,9	9,7	8,3	11,0	14,8	9,4
2015.4	9,0	9,7	8,4	10,5	13,0	9,5
2016.1	10,9	11,9	10,2	13,5	16,3	12,3

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.4
População ocupada (PO)
(Por mil pessoas)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	88.041	36.783	51.258	10.665	3.082	7.583
2012.2	89.557	37.158	52.398	10.708	3.075	7.633
2012.3	90.082	37.530	52.552	10.852	3.156	7.696
2012.4	90.306	37.861	52.445	10.752	3.129	7.624
2013.1	89.443	37.734	51.708	10.448	3.016	7.432
2013.2	90.557	38.020	52.537	10.546	3.041	7.505
2013.3	91.175	38.323	52.852	10.669	3.076	7.593
2013.4	91.881	38.520	53.362	11.075	3.187	7.888
2014.1	91.252	38.256	52.995	11.030	3.198	7.832
2014.2	92.052	38.387	53.665	11.138	3.201	7.937
2014.3	92.269	38.456	53.814	11.212	3.219	7.993
2014.4	92.875	38.640	54.235	11.332	3.277	8.055
2015.1	92.023	38.218	53.805	11.180	3.165	8.015
2015.2	92.211	38.416	53.795	11.145	3.117	8.028
2015.3	92.090	38.320	53.770	11.182	3.174	8.008
2015.4	92.245	38.375	53.870	11.131	3.215	7.915
2016.1	90.639	37.750	52.889	10.722	3.100	7.621

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.5
PO: variação acumulada em quatro trimestres
(Em %)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2013.4	1,4	2,2	0,9	-0,6	-1,0	-0,4
2014.1	1,5	1,9	1,3	1,3	1,0	1,4
2014.2	1,7	1,5	1,7	3,1	2,6	3,3
2014.3	1,7	1,1	2,0	4,8	4,4	5,0
2014.4	1,5	0,7	2,0	4,6	4,7	4,6
2015.1	1,2	0,4	1,8	3,6	2,9	3,8
2015.2	0,8	0,2	1,3	2,2	0,9	2,7
2015.3	0,5	0,0	0,8	0,9	-0,6	1,4
2015.4	0,0	-0,3	0,2	-0,2	-1,7	0,5
2016.1	-0,6	-0,5	-0,6	-1,5	-2,0	-1,3
Crescimento médio	1,0	0,7	1,2	1,8	1,1	2,1

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.6
Taxa de ocupação
(Em %)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	92	91	93	90	89	90
2012.2	92	92	93	90	88	91
2012.3	93	92	94	91	89	91
2012.4	93	92	94	91	89	91
2013.1	92	91	93	88	86	89
2013.2	93	92	93	90	87	91
2013.3	93	92	94	91	88	92
2013.4	94	93	95	92	90	93
2014.1	93	92	93	90	87	92
2014.2	93	92	94	91	87	93
2014.3	93	92	94	92	88	93
2014.4	94	93	94	92	89	93
2015.1	92	91	93	90	86	91
2015.2	92	91	92	89	85	91
2015.3	91	90	92	89	85	91
2015.4	91	90	92	90	87	91
2016.1	89	88	90	87	84	88

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.7
Brasil: PO por setores de atividade
 (Por mil pessoas)

Trimestre	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	10.307	511	9.797	19.977	8.116	11.861	57.757	28.156	29.601
2012.2	10.522	513	10.009	20.590	8.356	12.234	58.445	28.290	30.155
2012.3	10.356	506	9.849	20.757	8.492	12.265	58.969	28.532	30.437
2012.4	10.192	528	9.664	20.921	8.576	12.345	59.193	28.758	30.436
2013.1	10.018	515	9.503	20.552	8.415	12.137	58.872	28.804	30.068
2013.2	10.280	499	9.781	20.817	8.493	12.324	59.461	29.028	30.433
2013.3	10.244	481	9.764	20.798	8.391	12.407	60.133	29.451	30.681
2013.4	10.346	496	9.850	20.996	8.400	12.596	60.540	29.623	30.916
2014.1	9.631	487	9.144	21.036	8.331	12.706	60.584	29.439	31.146
2014.2	9.768	487	9.281	20.956	8.128	12.828	61.328	29.772	31.556
2014.3	9.597	472	9.126	21.009	8.042	12.967	61.662	29.942	31.721
2014.4	9.416	478	8.938	21.202	8.011	13.191	62.256	30.150	32.106
2015.1	9.548	485	9.063	20.887	8.019	12.868	61.588	29.714	31.874
2015.2	9.561	477	9.084	20.237	7.769	12.468	62.413	30.170	32.244
2015.3	9.463	466	8.997	20.189	7.668	12.521	62.438	30.186	32.252
2015.4	9.339	520	8.819	20.301	7.901	12.400	62.604	29.953	32.651
2016.1	9.440	508	8.932	19.276	7.552	11.724	61.923	29.690	32.232

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.8
Brasil: população na força de trabalho total – variação acumulada em quatro trimestres
 (Em %)

Trimestre	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2013.4	-1,2	-3,2	-1,1	1,1	0,5	1,6	2,0	2,8	1,2
2014.1	-1,4	-4,8	-1,3	1,0	-0,7	2,1	2,2	2,8	1,7
2014.2	-2,1	-4,7	-2,0	0,9	-2,1	3,0	2,6	2,7	2,4
2014.3	-3,4	-4,0	-3,4	1,1	-2,9	3,8	2,7	2,4	3,1
2014.4	-6,1	-3,3	-6,2	1,3	-3,5	4,5	2,9	2,0	3,6
2015.1	-5,4	-2,1	-5,5	0,5	-4,2	3,6	2,5	1,7	3,3
2015.2	-4,7	-2,0	-4,8	-0,5	-4,2	1,9	2,2	1,4	2,9
2015.3	-3,4	-1,8	-3,5	-1,8	-4,4	-0,1	1,9	1,2	2,5
2015.4	-1,3	1,3	-1,4	-3,1	-3,6	-2,8	1,3	0,6	2,0
2016.1	-1,4	2,6	-1,6	-4,8	-4,1	-5,3	1,0	0,4	1,7

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.9
Matopiba: PO por setores de atividades
(Por mil pessoas)

Trimestre	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	2.437	76	2.360	1.786	610	1.177	6.442	2.396	4.045
2012.2	2.444	66	2.378	1.804	628	1.177	6.459	2.381	4.078
2012.3	2.407	66	2.341	1.884	651	1.233	6.561	2.439	4.123
2012.4	2.366	65	2.301	1.877	673	1.204	6.510	2.390	4.119
2013.1	2.274	65	2.208	1.772	614	1.158	6.402	2.336	4.066
2013.2	2.326	56	2.270	1.754	633	1.121	6.465	2.351	4.114
2013.3	2.292	66	2.226	1.850	635	1.215	6.528	2.375	4.152
2013.4	2.497	64	2.434	1.858	619	1.239	6.720	2.505	4.216
2014.1	2.347	68	2.279	1.862	586	1.276	6.821	2.544	4.277
2014.2	2.350	63	2.287	1.855	576	1.280	6.932	2.562	4.370
2014.3	2.308	62	2.246	1.874	581	1.293	7.030	2.576	4.454
2014.4	2.281	63	2.218	1.972	601	1.371	7.079	2.612	4.467
2015.1	2.365	73	2.293	1.890	580	1.310	6.925	2.512	4.413
2015.2	2.320	72	2.248	1.846	556	1.290	6.979	2.489	4.490
2015.3	2.252	68	2.184	1.832	552	1.280	7.098	2.554	4.544
2015.4	2.145	62	2.083	1.829	555	1.274	7.156	2.598	4.558
2016.1	2.156	57	2.099	1.680	509	1.172	6.885	2.535	4.350

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.10
Matopiba: população na força de trabalho total – variação acumulada em quatro trimestres
(Em %)

Trimestre	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2013.4	-2,7	-8,1	-2,6	-1,6	-2,3	-1,2	0,6	-0,4	1,1
2014.1	-0,3	-3,3	-0,2	-0,2	-3,6	1,7	2,3	2,4	2,3
2014.2	1,2	3,0	1,2	1,9	-6,0	6,2	4,1	4,9	3,6
2014.3	2,6	1,7	2,7	2,7	-7,6	8,3	6,2	7,8	5,3
2014.4	-1,1	2,3	-1,2	4,6	-6,3	10,3	6,7	7,6	6,2
2015.1	-1,7	2,9	-1,8	3,7	-5,5	8,3	5,4	5,0	5,6
2015.2	-2,2	3,7	-2,4	2,1	-4,0	5,1	3,7	2,0	4,7
2015.3	-3,0	7,3	-3,3	1,2	-3,0	3,2	2,1	-0,2	3,4
2015.4	-2,2	6,9	-2,5	-2,2	-4,3	-1,3	1,1	-1,4	2,5
2016.1	-4,6	-1,1	-4,7	-5,3	-7,1	-4,5	0,5	-0,8	1,4

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.11
PO por setores de atividades
 (Em %)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
2012.1	12	23	66	23	17	60
2012.2	12	23	65	23	17	60
2012.3	11	23	65	22	17	60
2012.4	11	23	66	22	17	61
2013.1	11	23	66	22	17	61
2013.2	11	23	66	22	17	61
2013.3	11	23	66	21	17	61
2013.4	11	23	66	23	17	61
2014.1	11	23	66	21	17	62
2014.2	11	23	67	21	17	62
2014.3	10	23	67	21	17	63
2014.4	10	23	67	20	17	62
2015.1	10	23	67	21	17	62
2015.2	10	22	68	21	17	63
2015.3	10	22	68	20	16	63
2015.4	10	22	68	19	16	64
2016.1	10	21	68	20	16	64

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.12
Brasil: participação da PO nas RMs e no interior, por setores de atividades
 (Em %)

Trimestre	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	100	5	95	100	41	59	100	48	52
2012.2	100	5	95	100	41	59	100	48	52
2012.3	100	5	95	100	41	59	100	49	51
2012.4	100	5	95	100	41	59	100	49	51
2013.1	100	5	95	100	41	59	100	49	51
2013.2	100	5	95	100	40	60	100	49	51
2013.3	100	5	95	100	40	60	100	49	51
2013.4	100	5	95	100	40	60	100	49	51
2014.1	100	5	95	100	39	61	100	49	51
2014.2	100	5	95	100	38	62	100	49	51
2014.3	100	5	95	100	38	62	100	48	52
2014.4	100	5	95	100	38	62	100	48	52
2015.1	100	5	95	100	38	62	100	48	52
2015.2	100	5	95	100	38	62	100	48	52
2015.3	100	6	94	100	39	61	100	48	52
2015.4	100	5	95	100	39	61	100	48	52
2016.1	100	5	95	100	39	61	100	48	52

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.13

Matopiba: participação da PO nas RMs e no interior, por setores de atividades

(Em %)

Trimestre	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	100	3	97	100	35	65	100	37	63
2012.2	100	3	97	100	35	65	100	37	63
2012.3	100	3	97	100	36	64	100	37	63
2012.4	100	3	97	100	35	65	100	36	64
2013.1	100	2	98	100	36	64	100	36	64
2013.2	100	3	97	100	34	66	100	36	64
2013.3	100	3	97	100	33	67	100	37	63
2013.4	100	3	97	100	31	69	100	37	63
2014.1	100	3	97	100	31	69	100	37	63
2014.2	100	3	97	100	31	69	100	37	63
2014.3	100	3	97	100	30	70	100	37	63
2014.4	100	3	97	100	31	69	100	36	64
2015.1	100	3	97	100	30	70	100	36	64
2015.2	100	3	97	100	30	70	100	36	64
2015.3	100	3	97	100	30	70	100	36	64
2015.4	100	3	97	100	30	70	100	37	63
2016.1	100	3	97	100	30	70	100	37	63

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.14

Brasil: PO formal

(Por mil pessoas)

Trimestre	Brasil			Agropecuária		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	44.394	20.323	24.071	1.579	75	1.504
2012.2	45.244	20.590	24.654	1.636	73	1.563
2012.3	45.617	20.738	24.879	1.688	79	1.609
2012.4	45.836	21.027	24.809	1.611	104	1.507
2013.1	45.529	21.030	24.499	1.542	80	1.462
2013.2	45.987	21.136	24.851	1.542	75	1.466
2013.3	46.500	21.225	25.275	1.600	80	1.521
2013.4	46.881	21.517	25.364	1.601	85	1.517
2014.1	47.372	21.573	25.799	1.454	87	1.368
2014.2	47.944	21.589	26.355	1.495	79	1.416
2014.3	47.805	21.537	26.268	1.519	69	1.450
2014.4	47.727	21.329	26.398	1.482	75	1.407
2015.1	47.227	21.133	26.094	1.480	73	1.407
2015.2	47.017	21.144	25.873	1.462	76	1.386
2015.3	46.513	20.884	25.629	1.440	66	1.375
2015.4	46.588	20.802	25.786	1.538	96	1.442
2016.1	45.771	20.493	25.278	1.528	87	1.442

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.15
Brasil: PO formal – variação acumulada em quatro trimestres
 (Em %)

Trimestre	Brasil			Agropecuária		
	Total	RMs	Interior Brasil	Total	RMs	Interior
2013.4	2,1	2,7	1,6	-3,5	-3,3	-3,5
2014.1	2,5	2,5	2,5	-4,3	-3,0	-4,4
2014.2	3,1	2,4	3,8	-3,6	-2,6	-3,7
2014.3	3,3	2,1	4,4	-3,6	-5,7	-3,4
2014.4	3,2	1,3	4,8	-5,3	-3,1	-5,4
2015.1	2,1	0,2	3,8	-3,6	-9,0	-3,3
2015.2	0,6	-0,9	1,8	-3,4	-11,0	-3,0
2015.3	-0,8	-2,0	0,2	-3,4	-9,3	-3,1
2015.4	-1,8	-2,4	-1,4	-0,5	0,4	-0,6
2016.1	-2,5	-2,6	-2,4	-0,1	9,3	-0,6

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.16
Matopiba: PO formal
 (Por mil pessoas)

Trimestre	Matopiba			Agropecuária Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	3.580	1.618	1.962	143	5	138
2012.2	3.553	1.603	1.950	158	5	153
2012.3	3.588	1.583	2.005	164	4	160
2012.4	3.555	1.571	1.984	146	6	140
2013.1	3.548	1.566	1.982	141	6	135
2013.2	3.591	1.596	1.995	140	4	136
2013.3	3.669	1.623	2.046	142	7	135
2013.4	3.742	1.695	2.047	145	6	139
2014.1	3.862	1.705	2.157	122	4	118
2014.2	3.940	1.722	2.218	133	4	129
2014.3	3.937	1.717	2.220	138	3	135
2014.4	3.994	1.734	2.260	157	5	152
2015.1	3.903	1.656	2.247	158	4	154
2015.2	3.849	1.632	2.217	146	1	145
2015.3	3.827	1.647	2.180	145	2	143
2015.4	3.754	1.660	2.094	137	4	132
2016.1	3.669	1.629	2.040	140	3	137

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.17

Matopiba: PO formal – variação acumulada em quatro trimestres

(Em %)

Trimestre	Matopiba			Agropecuária		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2013.4	1,9	1,7	2,1	-7,1	16,3	-7,8
2014.1	4,4	4,7	4,1	-10,0	-0,9	-10,3
2014.2	6,5	6,8	6,3	-8,4	2,3	-8,8
2014.3	7,8	7,6	7,9	-5,5	-26,1	-4,7
2014.4	8,1	6,1	9,7	-3,1	-31,2	-2,0
2015.1	6,1	3,2	8,5	6,9	-23,0	8,1
2015.2	3,1	-0,1	5,6	10,6	-37,4	12,5
2015.3	0,6	-2,5	3,0	12,6	-28,7	14,0
2015.4	-2,5	-4,1	-1,3	6,4	-26,8	7,4
2016.1	-4,3	-3,8	-4,6	-3,2	-34,2	-2,4
Crescimento médio	3,2	2,0	4,1	-0,1	-19,0	0,6

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.18

Taxa de formalidade

(Em %)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	72	78	68	45	49	44
2012.2	72	78	68	45	48	45
2012.3	72	78	68	46	53	46
2012.4	73	78	68	46	60	45
2013.1	73	79	69	45	52	45
2013.2	73	79	68	44	52	44
2013.3	73	79	69	44	52	44
2013.4	73	79	69	45	57	45
2014.1	74	80	70	44	56	44
2014.2	74	80	70	44	52	44
2014.3	74	80	70	46	51	46
2014.4	74	79	70	46	56	46
2015.1	74	80	71	47	55	46
2015.2	74	79	70	46	56	45
2015.3	74	79	70	45	53	44
2015.4	74	80	70	47	61	46
2016.1	74	80	70	46	53	46

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.19
Brasil: PO informal
(Por mil pessoas)

Trimestre	Brasil			Agropecuária		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	17.217	5.777	11.440	1.964	77	1.887
2012.2	17.465	5.821	11.644	1.990	78	1.912
2012.3	17.713	5.882	11.831	1.984	70	1.914
2012.4	17.316	5.774	11.542	1.878	68	1.810
2013.1	16.928	5.677	11.251	1.865	73	1.793
2013.2	17.158	5.650	11.508	1.954	69	1.885
2013.3	17.314	5.733	11.581	2.020	73	1.947
2013.4	17.094	5.603	11.491	1.932	64	1.869
2014.1	16.606	5.411	11.195	1.816	68	1.748
2014.2	16.643	5.390	11.253	1.872	73	1.799
2014.3	16.640	5.350	11.290	1.748	66	1.682
2014.4	16.851	5.565	11.286	1.717	59	1.658
2015.1	16.253	5.392	10.861	1.696	59	1.636
2015.2	16.413	5.454	10.959	1.732	60	1.672
2015.3	16.639	5.522	11.117	1.776	59	1.718
2015.4	16.481	5.333	11.148	1.757	62	1.695
2016.1	15.776	5.101	10.675	1.779	77	1.702

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.20
Brasil: PO formal – variação acumulada em quatro trimestres
(Em %)

Trimestre	Brasil			Agropecuária		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2013.4	-1,7	-2,5	-1,3	-0,6	-5,2	-0,4
2014.1	-1,8	-3,3	-1,1	0,1	-5,5	0,3
2014.2	-2,1	-3,7	-1,3	-0,5	-1,0	-0,5
2014.3	-2,5	-4,7	-1,4	-4,5	-4,4	-4,5
2014.4	-2,6	-4,2	-1,8	-8,0	-4,6	-8,1
2015.1	-2,6	-3,1	-2,4	-8,9	-5,9	-9,0
2015.2	-2,2	-1,7	-2,5	-9,8	-11,8	-9,7
2015.3	-1,2	0,8	-2,2	-6,1	-12,3	-5,8
2015.4	-1,4	-0,1	-2,1	-2,7	-9,5	-2,4
2016.1	-1,6	-1,3	-1,8	0,2	0,4	0,2

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.21
Brasil: PO informal – taxa de informalidade
(Em %)

Trimestre	Brasil			Agropecuária		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	28	22	32	55	51	56
2012.2	28	22	32	55	52	55
2012.3	28	22	32	54	47	54
2012.4	27	22	32	54	40	55
2013.1	27	21	31	55	48	55
2013.2	27	21	32	56	48	56
2013.3	27	21	31	56	48	56
2013.4	27	21	31	55	43	55
2014.1	26	20	30	56	44	56
2014.2	26	20	30	56	48	56
2014.3	26	20	30	54	49	54
2014.4	26	21	30	54	44	54
2015.1	26	20	29	53	45	54
2015.2	26	21	30	54	44	55
2015.3	26	21	30	55	47	56
2015.4	26	20	30	53	39	54
2016.1	26	20	30	54	47	54

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.22
Matopiba: PO informal
(Por mil pessoas)

Trimestre	Matopiba			Agropecuária		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	2.806	623	2.183	515	15	500
2012.2	2.830	621	2.209	517	14	503
2012.3	2.981	676	2.305	519	12	507
2012.4	2.830	638	2.192	453	13	439
2013.1	2.701	599	2.102	446	16	431
2013.2	2.714	569	2.145	459	10	449
2013.3	2.772	548	2.224	483	10	473
2013.4	2.788	562	2.226	489	9	480
2014.1	2.744	566	2.178	472	10	462
2014.2	2.782	571	2.211	468	10	458
2014.3	2.845	588	2.257	465	10	455
2014.4	2.827	619	2.208	422	8	414
2015.1	2.712	613	2.099	415	11	404
2015.2	2.751	590	2.161	419	9	410
2015.3	2.775	612	2.163	444	11	433
2015.4	2.812	592	2.220	416	11	405
2016.1	2.618	514	2.104	453	10	443

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.23

Matopiba: PO formal – variação acumulada em quatro trimestres

(Em %)

Trimestre	Matopiba			Agropecuária		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2013.4	-4,1	-11,0	-2,1	-6,3	-17,5	-6,0
2014.1	-2,9	-11,4	-0,4	-1,6	-27,5	-0,9
2014.2	-1,2	-9,5	1,1	1,9	-22,8	2,6
2014.3	1,3	-2,9	2,4	2,8	-20,5	3,5
2014.4	2,0	2,9	1,8	-2,7	-14,7	-2,4
2015.1	1,3	6,5	0,0	-7,0	-3,8	-7,1
2015.2	0,4	7,3	-1,3	-10,0	-4,2	-10,1
2015.3	-0,8	6,5	-2,7	-10,2	-2,1	-10,4
2015.4	-1,3	2,7	-2,4	-7,3	7,6	-7,7
2016.1	-1,9	-3,5	-1,4	-2,2	6,3	-2,4

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.24

Matopiba: PO informal – taxa de informalidade

(Em %)

Trimestre	Matopiba			Agropecuária		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	44	28	53	78	75	78
2012.2	44	28	53	77	76	77
2012.3	45	30	53	76	74	76
2012.4	44	29	52	76	69	76
2013.1	43	28	51	76	72	76
2013.2	43	26	52	77	73	77
2013.3	43	25	52	77	60	78
2013.4	43	25	52	77	60	78
2014.1	42	25	50	79	73	80
2014.2	41	25	50	78	71	78
2014.3	42	26	50	77	78	77
2014.4	41	26	49	73	62	73
2015.1	41	27	48	72	72	72
2015.2	42	27	49	74	90	74
2015.3	42	27	50	75	85	75
2015.4	43	26	51	75	72	75
2016.1	42	24	51	76	76	76

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.25
População na força de trabalho
(Por mil pessoas)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	95.644	40.249	55.395	11.858	3.475	8.382
2012.2	96.844	40.587	56.257	11.901	3.501	8.399
2012.3	96.938	40.880	56.058	11.962	3.541	8.420
2012.4	96.959	41.005	55.954	11.866	3.500	8.366
2013.1	97.197	41.307	55.890	11.807	3.488	8.319
2013.2	97.829	41.428	56.401	11.778	3.485	8.293
2013.3	97.971	41.651	56.319	11.757	3.480	8.277
2013.4	97.934	41.506	56.428	12.012	3.552	8.460
2014.1	98.300	41.570	56.730	12.202	3.679	8.524
2014.2	98.819	41.734	57.085	12.227	3.664	8.564
2014.3	98.974	41.706	57.268	12.250	3.641	8.608
2014.4	99.326	41.659	57.667	12.382	3.690	8.692
2015.1	99.957	41.861	58.095	12.448	3.661	8.787
2015.2	100.566	42.245	58.320	12.514	3.657	8.858
2015.3	101.069	42.436	58.633	12.566	3.726	8.839
2015.4	101.318	42.499	58.819	12.436	3.694	8.742
2016.1	101.728	42.845	58.883	12.389	3.703	8.686

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.26
População na força de trabalho – variação acumulada em quatro trimestres
(Em %)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2013.4	1,2	1,9	0,6	-0,5	-0,1	-0,7
2014.1	1,1	1,5	0,8	0,4	1,2	0,1
2014.2	1,1	1,1	1,0	1,7	2,6	1,3
2014.3	1,0	0,7	1,3	3,1	4,2	2,7
2014.4	1,1	0,5	1,6	3,6	4,8	3,1
2015.1	1,3	0,5	1,9	3,3	3,2	3,3
2015.2	1,5	0,6	2,1	2,9	1,9	3,3
2015.3	1,7	1,0	2,3	2,5	1,4	3,0
2015.4	1,9	1,4	2,2	1,8	0,4	2,4
2016.1	1,9	1,8	2,0	1,2	0,8	1,4

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.27
População fora da força de trabalho total
(Por mil pessoas)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	60.741	23.748	36.993	7.998	1.784	6.214
2012.2	60.107	23.555	36.552	8.014	1.787	6.227
2012.3	60.594	23.566	37.028	8.058	1.781	6.277
2012.4	61.242	23.707	37.535	8.211	1.828	6.383
2013.1	61.662	23.711	37.951	8.301	1.857	6.444
2013.2	61.261	23.639	37.622	8.353	1.898	6.455
2013.3	61.714	23.702	38.012	8.449	1.904	6.545
2013.4	62.475	24.157	38.318	8.298	1.842	6.456
2014.1	62.484	24.205	38.279	8.127	1.746	6.381
2014.2	62.914	24.465	38.449	8.212	1.779	6.433
2014.3	63.472	24.693	38.779	8.262	1.798	6.464
2014.4	63.824	25.030	38.794	8.240	1.810	6.430
2015.1	63.849	24.987	38.862	8.229	1.840	6.390
2015.2	63.543	24.857	38.685	8.230	1.884	6.346
2015.3	63.438	24.831	38.607	8.202	1.832	6.370
2015.4	63.637	24.932	38.705	8.374	1.899	6.475
2016.1	63.839	24.929	38.910	8.474	1.876	6.597

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.28
População fora da força de trabalho total – variação acumulada em quatro trimestres
(Em %)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2013.4	1,8	0,7	2,6	3,5	4,5	3,2
2014.1	1,8	1,2	2,1	2,0	1,9	2,0
2014.2	2,0	2,0	1,9	0,5	-1,3	1,0
2014.3	2,2	2,9	1,8	-1,2	-4,3	-0,4
2014.4	2,3	3,3	1,6	-1,7	-4,9	-0,7
2015.1	2,5	3,6	1,7	-0,9	-2,2	-0,5
2015.2	2,0	3,1	1,3	-0,4	0,8	-0,7
2015.3	1,3	2,2	0,7	0,0	2,8	-0,8
2015.4	0,7	1,2	0,4	0,6	4,5	-0,5
2016.1	0,2	0,4	0,0	1,0	3,7	0,3

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.29
Taxa de atividade
(Em %)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	61,2	62,9	60,0	59,7	66,1	57,4
2012.2	61,7	63,3	60,6	59,8	66,2	57,4
2012.3	61,5	63,4	60,2	59,7	66,5	57,3
2012.4	61,3	63,4	59,9	59,1	65,7	56,7
2013.1	61,2	63,5	59,6	58,7	65,3	56,3
2013.2	61,5	63,7	60,0	58,5	64,7	56,2
2013.3	61,4	63,7	59,7	58,2	64,6	55,8
2013.4	61,1	63,2	59,6	59,1	65,9	56,7
2014.1	61,1	63,2	59,7	60,0	67,8	57,2
2014.2	61,1	63,0	59,8	59,8	67,3	57,1
2014.3	60,9	62,8	59,6	59,7	66,9	57,1
2014.4	60,9	62,5	59,8	60,0	67,1	57,5
2015.1	61,0	62,6	59,9	60,2	66,6	57,9
2015.2	61,3	63,0	60,1	60,3	66,0	58,3
2015.3	61,4	63,1	60,3	60,5	67,0	58,1
2015.4	61,4	63,0	60,3	59,8	66,0	57,4
2016.1	61,4	63,2	60,2	59,4	66,4	56,8

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.30
População em idade ativa (PIA) total
(Por mil pessoas)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	156.384	63.997	92.388	19.855	5.259	14.596
2012.2	156.951	64.142	92.809	19.915	5.289	14.627
2012.3	157.532	64.446	93.086	20.020	5.323	14.697
2012.4	158.201	64.712	93.489	20.078	5.328	14.749
2013.1	158.859	65.018	93.841	20.109	5.345	14.764
2013.2	159.090	65.067	94.023	20.131	5.383	14.748
2013.3	159.685	65.354	94.332	20.205	5.383	14.822
2013.4	160.408	65.663	94.746	20.309	5.394	14.915
2014.1	160.784	65.774	95.009	20.329	5.424	14.905
2014.2	161.734	66.199	95.534	20.439	5.443	14.996
2014.3	162.446	66.399	96.047	20.512	5.439	15.073
2014.4	163.151	66.689	96.462	20.622	5.500	15.122
2015.1	163.806	66.848	96.957	20.678	5.501	15.177
2015.2	164.108	67.102	97.006	20.745	5.541	15.204
2015.3	164.507	67.267	97.239	20.767	5.558	15.209
2015.4	164.955	67.431	97.524	20.810	5.593	15.218
2016.1	165.567	67.774	97.793	20.863	5.579	15.283

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.31

Taxa de crescimento da PIA – variação acumulada em quatro trimestres
(Em %)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2013.4	1,4	1,5	1,4	1,1	1,4	1,0
2014.1	1,3	1,4	1,3	1,1	1,4	0,9
2014.2	1,4	1,4	1,4	1,2	1,2	1,2
2014.3	1,5	1,5	1,5	1,3	1,2	1,4
2014.4	1,6	1,5	1,6	1,4	1,4	1,4
2015.1	1,7	1,6	1,8	1,6	1,4	1,6
2015.2	1,7	1,5	1,8	1,6	1,6	1,6
2015.3	1,6	1,5	1,7	1,5	1,8	1,4
2015.4	1,4	1,4	1,5	1,3	1,8	1,2
2016.1	1,2	1,3	1,2	1,1	1,8	0,9

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.32

PO agronegócio e participação PO brasileira
(Por mil pessoas)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	Agronegócio	Participação (%)	Total	Agronegócio	Participação (%)
2012.1	88.041	17.814	20,2	10.665	3.094	29,0
2012.2	89.557	18.214	20,3	10.708	3.097	28,9
2012.3	90.082	18.052	20,0	10.852	3.088	28,5
2012.4	90.306	17.918	19,8	10.752	3.027	28,2
2013.1	89.443	17.631	19,7	10.448	2.917	27,9
2013.2	90.557	17.987	19,9	10.546	2.951	28,0
2013.3	91.175	17.968	19,7	10.669	2.954	27,7
2013.4	91.881	18.124	19,7	11.075	3.160	28,5
2014.1	91.252	17.464	19,1	11.030	3.025	27,4
2014.2	92.052	17.723	19,3	11.138	3.038	27,3
2014.3	92.269	17.558	19,0	11.212	3.009	26,8
2014.4	92.875	17.504	18,8	11.332	3.008	26,5
2015.1	92.023	17.534	19,1	11.180	3.086	27,6
2015.2	92.211	17.580	19,1	11.145	3.055	27,4
2015.3	92.090	17.475	19,0	11.182	2.982	26,7
2015.4	92.245	17.181	18,6	11.131	2.853	25,6
2016.1	90.639	17.049	18,8	10.722	2.826	26,4

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.33

PO agronegócio e participação PO brasileira – variação acumulada em quatro trimestres
(Em %)

Trimestre	Brasil		Matopiba	
	Total	Agronegócio	Total	Agronegócio
2013.4	1,4	-0,4	-0,6	-2,6
2014.1	1,5	-0,4	1,3	-0,3
2014.2	1,7	-0,4	3,1	1,6
2014.3	1,7	-0,9	4,8	3,2
2014.4	1,5	-2,0	4,6	0,8
2015.1	1,2	-1,7	3,6	0,4
2015.2	0,8	-1,5	2,2	-0,2
2015.3	0,5	-1,1	0,9	-0,8
2015.4	0,0	-0,7	-0,2	-0,9
2016.1	-0,6	-1,5	-1,5	-3,5

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.34

Brasil: PO agronegócio por setores
(Por mil pessoas)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços	Total
2012.1	7.355	2.952	3.634	188	3.685	17.814
2012.2	7.283	3.239	3.769	199	3.723	18.214
2012.3	7.160	3.196	3.785	199	3.713	18.052
2012.4	6.866	3.326	3.705	199	3.822	17.918
2013.1	6.827	3.191	3.612	207	3.794	17.631
2013.2	7.071	3.209	3.683	191	3.833	17.987
2013.3	7.005	3.239	3.639	180	3.904	17.968
2013.4	7.101	3.245	3.634	198	3.946	18.124
2014.1	6.608	3.023	3.679	195	3.959	17.464
2014.2	6.705	3.062	3.852	185	3.918	17.723
2014.3	6.526	3.071	3.860	200	3.901	17.558
2014.4	6.363	3.053	3.895	206	3.986	17.504
2015.1	6.350	3.197	3.824	203	3.959	17.534
2015.2	6.402	3.159	3.848	200	3.971	17.580
2015.3	6.239	3.225	3.840	193	3.978	17.475
2015.4	5.998	3.341	3.636	180	4.026	17.181
2016.1	6.131	3.309	3.469	167	3.972	17.049

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.35
Brasil: participação da PO por setores do agronegócio
 (Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços
2012.1	41,3	16,6	20,4	1,1	20,7
2012.2	40,0	17,8	20,7	1,1	20,4
2012.3	39,7	17,7	21,0	1,1	20,6
2012.4	38,3	18,6	20,7	1,1	21,3
2013.1	38,7	18,1	20,5	1,2	21,5
2013.2	39,3	17,8	20,5	1,1	21,3
2013.3	39,0	18,0	20,3	1,0	21,7
2013.4	39,2	17,9	20,0	1,1	21,8
2014.1	37,8	17,3	21,1	1,1	22,7
2014.2	37,8	17,3	21,7	1,0	22,1
2014.3	37,2	17,5	22,0	1,1	22,2
2014.4	36,4	17,4	22,3	1,2	22,8
2015.1	36,2	18,2	21,8	1,2	22,6
2015.2	36,4	18,0	21,9	1,1	22,6
2015.3	35,7	18,5	22,0	1,1	22,8
2015.4	34,9	19,4	21,2	1,0	23,4
2016.1	36,0	19,4	20,4	1,0	23,3

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.36
Brasil: participação da PO por setores do agronegócio – variação acumulada em quatro trimestres
 (Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços	Total
2013.4	-2,3	1,3	-2,2	-1,2	3,6	-0,4
2014.1	-1,2	-1,8	-1,6	-5,0	3,9	-0,4
2014.2	-1,8	-2,7	0,1	-4,7	3,7	-0,4
2014.3	-3,0	-4,4	2,6	0,0	2,4	-0,9
2014.4	-6,4	-5,2	4,9	1,3	1,9	-2,0
2015.1	-6,6	-2,6	5,4	3,9	0,8	-1,7
2015.2	-6,5	-0,7	4,2	6,7	0,6	-1,5
2015.3	-5,9	1,9	2,5	3,2	1,1	-1,1
2015.4	-4,6	5,8	-0,9	-1,2	1,1	-0,7
2016.1	-4,5	5,2	-4,1	-6,8	1,2	-1,5

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.37
Matopiba: PO agronegócio por setores
(Por mil pessoas)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços	Total
2012.1	1.827	609	236	8	413	3.094
2012.2	1.731	713	235	9	408	3.097
2012.3	1.708	699	259	9	412	3.088
2012.4	1.637	729	222	10	429	3.027
2013.1	1.606	668	211	8	424	2.917
2013.2	1.702	624	192	9	423	2.951
2013.3	1.680	611	224	10	428	2.954
2013.4	1.840	658	203	16	444	3.160
2014.1	1.705	642	213	12	454	3.025
2014.2	1.677	673	231	10	446	3.038
2014.3	1.652	656	237	11	452	3.009
2014.4	1.619	662	247	18	462	3.008
2015.1	1.624	741	251	14	455	3.086
2015.2	1.598	722	261	14	459	3.055
2015.3	1.510	742	255	12	463	2.982
2015.4	1.426	719	225	10	473	2.853
2016.1	1.478	679	203	10	457	2.826

Fonte: Pnad Continua/IBGE.

TABELA A.38
Matopiba: participação da PO por setores do agronegócio
(Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços
2012.1	59,1	19,7	7,6	0,3	13,3
2012.2	55,9	23,0	7,6	0,3	13,2
2012.3	55,3	22,6	8,4	0,3	13,4
2012.4	54,1	24,1	7,3	0,3	14,2
2013.1	55,0	22,9	7,2	0,3	14,5
2013.2	57,7	21,1	6,5	0,3	14,3
2013.3	56,9	20,7	7,6	0,3	14,5
2013.4	58,2	20,8	6,4	0,5	14,0
2014.1	56,4	21,2	7,0	0,4	15,0
2014.2	55,2	22,2	7,6	0,3	14,7
2014.3	54,9	21,8	7,9	0,4	15,0
2014.4	53,8	22,0	8,2	0,6	15,4
2015.1	52,6	24,0	8,1	0,5	14,7
2015.2	52,3	23,6	8,5	0,5	15,0
2015.3	50,7	24,9	8,5	0,4	15,5
2015.4	50,0	25,2	7,9	0,3	16,6
2016.1	52,3	24,0	7,2	0,3	16,2

Fonte: Pnad Continua/IBGE.

TABELA A.39

Matopiba: participação da PO por setores do agronegócio – variação acumulada em quatro trimestres
(Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços	Total
2013.4	-1,1	-6,9	-12,9	18,4	3,4	-2,6
2014.1	3,7	-9,7	-10,3	27,7	4,5	-0,3
2014.2	3,7	-5,0	-1,6	29,5	4,9	1,6
2014.3	3,7	-0,1	4,0	28,9	5,4	3,2
2014.4	-2,6	2,8	11,8	17,5	5,6	0,8
2015.1	-5,1	7,8	16,3	12,7	3,8	0,4
2015.2	-5,9	7,6	14,5	19,8	3,2	-0,2
2015.3	-7,6	9,0	14,8	18,8	2,4	-0,8
2015.4	-7,4	11,1	6,9	-2,2	2,0	-0,9
2016.1	-8,5	4,7	-2,4	-14,7	2,0	-3,5

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.40

PO agronegócio – interior
(Por mil pessoas)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	Agronegócio	Participação (%)	Total	Agronegócio	Participação (%)
2012.1	51.258	14.387	28,1	7.583	2.814	37,1
2012.2	52.398	14.765	28,2	7.633	2.831	37,1
2012.3	52.552	14.603	27,8	7.696	2.807	36,5
2012.4	52.445	14.391	27,4	7.624	2.752	36,1
2013.1	51.708	14.144	27,4	7.432	2.656	35,7
2013.2	52.537	14.496	27,6	7.505	2.690	35,8
2013.3	52.852	14.494	27,4	7.593	2.675	35,2
2013.4	53.362	14.625	27,4	7.888	2.885	36,6
2014.1	52.995	14.008	26,4	7.832	2.746	35,1
2014.2	53.665	14.245	26,5	7.937	2.767	34,9
2014.3	53.814	14.140	26,3	7.993	2.729	34,1
2014.4	54.235	14.035	25,9	8.055	2.718	33,7
2015.1	53.805	14.118	26,2	8.015	2.799	34,9
2015.2	53.795	14.169	26,3	8.028	2.768	34,5
2015.3	53.770	14.037	26,1	8.008	2.704	33,8
2015.4	53.870	13.723	25,5	7.915	2.574	32,5
2016.1	52.889	13.667	25,8	7.621	2.561	33,6

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.41
PO agronegócio e participação PO brasileira – variação acumulada em quatro trimestres
(Em %)

Trimestre	Brasil		Matopiba	
	Total	Agronegócio	Total	Agronegócio
2013.4	0,9	-0,7	-0,4	-2,7
2014.1	1,3	-0,5	1,4	-0,4
2014.2	1,7	-0,5	3,3	1,5
2014.3	2,0	-0,9	5,0	3,3
2014.4	2,0	-2,3	4,6	0,5
2015.1	1,8	-1,9	3,8	0,2
2015.2	1,3	-1,6	2,7	-0,5
2015.3	0,8	-1,2	1,4	-1,2
2015.4	0,2	-0,7	0,5	-1,0
2016.1	-0,6	-1,7	-1,3	-3,7

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.42
Brasil: PO agronegócio por setores – interior
(Por mil pessoas)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços	Total
2012.1	7.009	2.788	2.585	99	1.906	14.387
2012.2	6.944	3.065	2.718	113	1.925	14.765
2012.3	6.829	3.021	2.730	105	1.918	14.603
2012.4	6.523	3.141	2.652	102	1.972	14.391
2013.1	6.480	3.024	2.576	104	1.961	14.144
2013.2	6.738	3.043	2.645	100	1.971	14.496
2013.3	6.693	3.070	2.645	102	1.983	14.494
2013.4	6.776	3.073	2.641	107	2.028	14.625
2014.1	6.288	2.855	2.701	108	2.055	14.008
2014.2	6.390	2.890	2.831	106	2.027	14.245
2014.3	6.212	2.914	2.880	115	2.019	14.140
2014.4	6.053	2.885	2.901	117	2.079	14.035
2015.1	6.031	3.032	2.860	118	2.077	14.118
2015.2	6.094	2.990	2.886	116	2.084	14.169
2015.3	5.932	3.065	2.861	108	2.071	14.037
2015.4	5.672	3.146	2.697	96	2.111	13.723
2016.1	5.810	3.122	2.561	94	2.079	13.667

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.43

Brasil: participação da PO por setores do agronegócio – interior

(Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços
2012.1	48,7	19,4	18,0	0,7	13,3
2012.2	47,0	20,8	18,4	0,8	13,0
2012.3	46,8	20,7	18,7	0,7	13,1
2012.4	45,3	21,8	18,4	0,7	13,7
2013.1	45,8	21,4	18,2	0,7	13,9
2013.2	46,5	21,0	18,2	0,7	13,6
2013.3	46,2	21,2	18,2	0,7	13,7
2013.4	46,3	21,0	18,1	0,7	13,9
2014.1	44,9	20,4	19,3	0,8	14,7
2014.2	44,9	20,3	19,9	0,7	14,2
2014.3	43,9	20,6	20,4	0,8	14,3
2014.4	43,1	20,6	20,7	0,8	14,8
2015.1	42,7	21,5	20,3	0,8	14,7
2015.2	43,0	21,1	20,4	0,8	14,7
2015.3	42,3	21,8	20,4	0,8	14,8
2015.4	41,3	22,9	19,7	0,7	15,4
2016.1	42,5	22,8	18,7	0,7	15,2

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.44

Brasil: participação da PO por setores do agronegócio – interior (variação acumulada em quatro trimestres)

(Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços	Total
2013.4	-2,3	1,6	-1,7	-1,6	2,9	-0,7
2014.1	-1,0	-1,7	-0,4	-1,8	3,3	-0,5
2014.2	-1,6	-2,8	2,0	3,1	3,5	-0,5
2014.3	-2,9	-4,4	5,1	6,8	3,1	-0,9
2014.4	-6,5	-5,4	7,7	8,1	3,0	-2,3
2015.1	-6,8	-2,7	7,9	9,3	2,1	-1,9
2015.2	-6,7	-0,6	6,6	9,9	2,0	-1,6
2015.3	-6,1	2,0	4,1	5,1	2,2	-1,2
2015.4	-4,9	6,0	-0,1	-2,0	2,0	-0,7
2016.1	-4,8	5,1	-4,1	-9,3	1,8	-1,7

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.45
Matopiba: PO agronegócio por setores – interior
(Por mil pessoas)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços	Total
2012.1	1.776	584	184	4	266	2.814
2012.2	1.688	691	187	4	261	2.831
2012.3	1.663	678	199	5	262	2.807
2012.4	1.595	705	170	4	278	2.752
2013.1	1.565	644	170	4	274	2.656
2013.2	1.665	605	146	4	271	2.690
2013.3	1.640	587	172	4	272	2.675
2013.4	1.805	629	160	7	285	2.885
2014.1	1.665	613	167	7	293	2.746
2014.2	1.644	643	186	5	288	2.767
2014.3	1.619	627	187	6	290	2.729
2014.4	1.585	633	197	8	296	2.718
2015.1	1.583	710	205	6	295	2.799
2015.2	1.556	692	212	7	300	2.768
2015.3	1.468	716	210	6	304	2.704
2015.4	1.386	697	180	4	307	2.574
2016.1	1.439	660	167	4	291	2.561

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.46
Matopiba: participação da PO por setores do agronegócio – interior
(Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços
2012.1	63,1	20,8	6,5	0,1	9,4
2012.2	59,6	24,4	6,6	0,1	9,2
2012.3	59,2	24,1	7,1	0,2	9,3
2012.4	58,0	25,6	6,2	0,1	10,1
2013.1	58,9	24,2	6,4	0,2	10,3
2013.2	61,9	22,5	5,4	0,1	10,1
2013.3	61,3	21,9	6,4	0,2	10,2
2013.4	62,6	21,8	5,5	0,2	9,9
2014.1	60,6	22,3	6,1	0,3	10,7
2014.2	59,4	23,2	6,7	0,2	10,4
2014.3	59,3	23,0	6,8	0,2	10,6
2014.4	58,3	23,3	7,2	0,3	10,9
2015.1	56,6	25,4	7,3	0,2	10,5
2015.2	56,2	25,0	7,7	0,3	10,8
2015.3	54,3	26,5	7,8	0,2	11,2
2015.4	53,9	27,1	7,0	0,2	11,9
2016.1	56,2	25,8	6,5	0,2	11,4

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.47

Matopiba: participação da PO por setores do agronegócio – interior (variação acumulada em quatro trimestres)

(Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços	Total
2013.4	-0,7	-7,3	-12,5	12,7	3,3	-2,7
2014.1	4,1	-10,4	-11,2	27,1	4,3	-0,4
2014.2	4,1	-6,1	-0,1	40,8	5,1	1,5
2014.3	4,2	-1,1	6,4	55,6	5,7	3,3
2014.4	-2,4	2,1	13,7	39,3	6,0	0,5
2015.1	-5,1	7,3	20,3	14,2	4,3	0,2
2015.2	-6,1	7,7	17,1	12,7	3,7	-0,5
2015.3	-8,0	9,5	17,9	9,4	3,3	-1,2
2015.4	-8,0	11,9	9,7	-12,1	3,3	-1,0
2016.1	-9,0	5,8	-0,8	-12,8	2,8	-3,7

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.48

PO agronegócio – RMs

(Por mil pessoas)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	Agronegócio	Participação (%)	Total	Agronegócio	Participação (%)
2012.1	36.783	3.427	9,3	3.082	279	9,1
2012.2	37.158	3.449	9,3	3.075	266	8,6
2012.3	37.530	3.449	9,2	3.156	281	8,9
2012.4	37.861	3.527	9,3	3.129	275	8,8
2013.1	37.734	3.487	9,2	3.016	261	8,7
2013.2	38.020	3.491	9,2	3.041	261	8,6
2013.3	38.323	3.475	9,1	3.076	280	9,1
2013.4	38.520	3.499	9,1	3.187	275	8,6
2014.1	38.256	3.456	9,0	3.198	280	8,7
2014.2	38.387	3.478	9,1	3.201	271	8,5
2014.3	38.456	3.418	8,9	3.219	280	8,7
2014.4	38.640	3.469	9,0	3.277	290	8,9
2015.1	38.218	3.416	8,9	3.165	287	9,1
2015.2	38.416	3.410	8,9	3.117	287	9,2
2015.3	38.320	3.438	9,0	3.174	277	8,7
2015.4	38.375	3.458	9,0	3.215	279	8,7
2016.1	37.750	3.382	9,0	3.100	265	8,5

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.49

PO agronegócio e participação PO brasileira – variação acumulada em quatro trimestres
(Em %)

Trimestre	Brasil		Matopiba	
	Total	Agronegócio	Total	Agronegócio
2013.4	2,2	0,7	-1,0	-2,3
2014.1	1,9	0,1	1,0	1,0
2014.2	1,5	-0,3	2,6	2,4
2014.3	1,1	-0,9	4,4	2,6
2014.4	0,7	-0,9	4,7	4,1
2015.1	0,4	-1,0	2,9	3,1
2015.2	0,2	-1,4	0,9	3,6
2015.3	0,0	-0,9	-0,6	3,3
2015.4	-0,3	-0,7	-1,7	0,9
2016.1	-0,5	-0,7	-2,0	-1,8

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.50

Brasil: PO agronegócio por setores – RMs
(Por mil pessoas)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços	Total
2012.1	346	165	1.049	88	1.779	3.427
2012.2	339	174	1.051	87	1.798	3.449
2012.3	331	175	1.055	93	1.795	3.449
2012.4	343	184	1.053	97	1.849	3.527
2013.1	347	168	1.036	103	1.833	3.487
2013.2	333	166	1.038	91	1.863	3.491
2013.3	312	169	995	78	1.921	3.475
2013.4	325	171	993	91	1.919	3.499
2014.1	320	167	978	87	1.904	3.456
2014.2	315	172	1.022	78	1.891	3.478
2014.3	314	157	979	85	1.882	3.418
2014.4	311	168	994	89	1.908	3.469
2015.1	319	166	964	85	1.883	3.416
2015.2	308	169	962	84	1.888	3.410
2015.3	307	159	979	86	1.906	3.438
2015.4	326	194	939	84	1.915	3.458
2016.1	321	187	909	73	1.893	3.382

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.51
Brasil: participação da PO por setores do agronegócio – RMs
 (Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços
2012.1	10,1	4,8	30,6	2,6	51,9
2012.2	9,8	5,0	30,5	2,5	52,1
2012.3	9,6	5,1	30,6	2,7	52,0
2012.4	9,7	5,2	29,9	2,8	52,4
2013.1	10,0	4,8	29,7	2,9	52,6
2013.2	9,5	4,7	29,7	2,6	53,4
2013.3	9,0	4,9	28,6	2,2	55,3
2013.4	9,3	4,9	28,4	2,6	54,8
2014.1	9,3	4,8	28,3	2,5	55,1
2014.2	9,1	4,9	29,4	2,3	54,4
2014.3	9,2	4,6	28,7	2,5	55,1
2014.4	9,0	4,8	28,7	2,6	55,0
2015.1	9,3	4,8	28,2	2,5	55,1
2015.2	9,0	5,0	28,2	2,5	55,3
2015.3	8,9	4,6	28,5	2,5	55,5
2015.4	9,4	5,6	27,1	2,4	55,4
2016.1	9,5	5,5	26,9	2,2	56,0

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.52
Brasil: participação da PO por setores do agronegócio – variação acumulada em quatro trimestres
 (Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços	Total
2013.4	-3,1	-3,4	-3,5	-0,7	4,4	0,7
2014.1	-5,2	-3,9	-4,6	-8,5	4,6	0,1
2014.2	-6,2	-1,9	-4,7	-13,0	4,0	-0,3
2014.3	-4,6	-2,8	-3,6	-7,5	1,7	-0,9
2014.4	-4,4	-1,4	-2,2	-6,4	0,7	-0,9
2015.1	-2,4	-1,5	-1,1	-2,7	-0,6	-1,0
2015.2	-1,5	-2,9	-2,2	2,7	-1,0	-1,4
2015.3	-2,3	-0,9	-1,8	0,7	-0,2	-0,9
2015.4	0,0	3,7	-3,3	-0,2	0,1	-0,7
2016.1	0,3	7,1	-4,3	-3,4	0,5	-0,7

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.53
Matopiba: PO agronegócio por setores – RMs
(Por mil pessoas)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços	Total
2012.1	51	25	52	4	147	279
2012.2	43	23	48	5	147	266
2012.3	45	21	60	4	151	281
2012.4	42	23	52	6	151	275
2013.1	41	24	41	4	150	261
2013.2	38	19	46	6	152	261
2013.3	41	25	52	6	156	280
2013.4	35	29	43	9	159	275
2014.1	40	28	46	5	160	280
2014.2	33	30	45	5	158	271
2014.3	33	29	50	6	162	280
2014.4	35	28	50	10	167	290
2015.1	41	31	46	9	160	287
2015.2	42	29	49	7	159	287
2015.3	42	26	44	6	159	277
2015.4	40	22	45	6	166	279
2016.1	39	18	36	5	166	265

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.54
Matopiba: participação da PO por setores do agronegócio – RMs
(Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços
2012.1	18,4	8,9	18,6	1,6	52,6
2012.2	16,3	8,5	17,9	2,0	55,3
2012.3	16,1	7,5	21,3	1,5	53,6
2012.4	15,2	8,4	19,1	2,3	55,0
2013.1	15,8	9,2	15,9	1,6	57,5
2013.2	14,5	7,2	17,7	2,2	58,5
2013.3	14,6	8,9	18,6	2,2	55,7
2013.4	12,6	10,6	15,6	3,3	57,9
2014.1	14,3	10,1	16,5	1,8	57,3
2014.2	12,0	11,2	16,7	1,7	58,3
2014.3	11,8	10,5	18,0	2,0	57,7
2014.4	12,0	9,8	17,4	3,4	57,4
2015.1	14,4	10,9	16,0	3,0	55,7
2015.2	14,8	10,2	17,1	2,5	55,4
2015.3	15,1	9,3	16,0	2,1	57,5
2015.4	14,3	8,0	16,2	2,1	59,4
2016.1	14,6	6,9	13,6	2,0	62,8

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.55

Matopiba: participação da PO por setores do agronegócio – variação acumulada em quatro trimestres
(Em %)

Trimestre	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Insumos	Serviços	Total
2013.4	-15,1	5,7	-14,0	23,2	3,6	-2,3
2014.1	-10,8	11,0	-7,2	28,2	4,7	1,0
2014.2	-10,8	29,3	-7,0	20,4	4,6	2,4
2014.3	-13,3	28,5	-4,0	10,0	4,7	2,6
2014.4	-9,0	20,2	5,2	1,2	4,7	4,1
2015.1	-7,3	18,3	2,5	11,4	3,0	3,1
2015.2	2,6	5,2	5,1	26,4	2,3	3,6
2015.3	14,7	-1,6	2,9	28,2	0,9	3,3
2015.4	17,8	-6,4	-3,9	8,0	-0,4	0,9
2016.1	14,6	-19,7	-8,8	-16,3	0,7	-1,8

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.56

Agronegócio: PO
(Por mil pessoas)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2012.1	17.814	3.427	14.387	3.094	279	2.814
2012.2	18.214	3.449	14.765	3.097	266	2.831
2012.3	18.052	3.449	14.603	3.088	281	2.807
2012.4	17.918	3.527	14.391	3.027	275	2.752
2013.1	17.631	3.487	14.144	2.917	261	2.656
2013.2	17.987	3.491	14.496	2.951	261	2.690
2013.3	17.968	3.475	14.494	2.954	280	2.675
2013.4	18.124	3.499	14.625	3.160	275	2.885
2014.1	17.464	3.456	14.008	3.025	280	2.746
2014.2	17.723	3.478	14.245	3.038	271	2.767
2014.3	17.558	3.418	14.140	3.009	280	2.729
2014.4	17.504	3.469	14.035	3.008	290	2.718
2015.1	17.534	3.416	14.118	3.086	287	2.799
2015.2	17.580	3.410	14.169	3.055	287	2.768
2015.3	17.475	3.438	14.037	2.982	277	2.704
2015.4	17.181	3.458	13.723	2.853	279	2.574
2016.1	17.049	3.382	13.667	2.826	265	2.561

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

TABELA A.57

Agronegócio: PO – variação acumulada em quatro trimestres

(Em %)

Trimestre	Brasil			Matopiba		
	Total	RMs	Interior	Total	RMs	Interior
2013.4	-0,4	0,7	-0,7	-2,6	-2,3	-2,7
2014.1	-0,4	0,1	-0,5	-0,3	1,0	-0,4
2014.2	-0,4	-0,3	-0,5	1,6	2,4	1,5
2014.3	-0,9	-0,9	-0,9	3,2	2,6	3,3
2014.4	-2,0	-0,9	-2,3	0,8	4,1	0,5
2015.1	-1,7	-1,0	-1,9	0,4	3,1	0,2
2015.2	-1,5	-1,4	-1,6	-0,2	3,6	-0,5
2015.3	-1,1	-0,9	-1,2	-0,8	3,3	-1,2
2015.4	-0,7	-0,7	-0,7	-0,9	0,9	-1,0
2016.1	-1,5	-0,7	-1,7	-3,5	-1,8	-3,7

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Luciana Nogueira Duarte

Mariana Silva de Lima

Vivian Barros Volotão Santos

Cynthia Neves Guilhon (estagiária)

Madjoy de Almeida Pereira (estagiária)

Editoração

Aeromilson Mesquita

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Carlos Henrique Santos Vianna

Glaucia Soares Nascimento (estagiária)

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**



ISSN 1415-4765

